



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



HUGO NASCIMENTO GUIMARÃES

**DO CURRÍCULO À PRÁTICA SUSTENTÁVEL: INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NOS CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS**

OURO PRETO

2025

HUGO NASCIMENTO GUIMARÃES

**DO CURRÍCULO À PRÁTICA SUSTENTÁVEL: INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NOS CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS**

Monografia a ser apresentada ao curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Solano de Souza Braga

OURO PRETO

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G963c Guimaraes, Hugo Nascimento.

Do currículo à prática sustentável [manuscrito]: inserção da educação ambiental nos cursos de bacharelado em turismo das Universidades Federais de Minas Gerais. / Hugo Nascimento Guimaraes. - 2025.
97 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Solano de Souza Braga.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Educação Ambiental. 2. Turismo Sustentável. 3. Diretrizes Curriculares. I. Braga, Solano de Souza. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



FOLHA DE APROVAÇÃO

Hugo Nascimento Guimarães

Do currículo à prática sustentável: inserção da educação ambiental nos cursos de bacharelado em turismo das Universidades Federais de Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 29 de agosto de 2025

Membros da banca

Dr. Solano de Souza Braga - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Rodrigo Burkowski - Universidade Federal de Ouro Preto
Ma. Simone Fernandes Machado - Universidade Federal de Ouro Preto

Solano de Souza Braga, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Solano de Souza Braga, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/09/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0976196** e o código CRC **3010DFBA**.

AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia é resultado de uma trajetória marcada por apoio, afeto e incentivo, e é com gratidão que dedico este espaço a todos que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram de todas as formas. À minha mãe, pelo apoio emocional e por sua força silenciosa. Ao meu pai, pelas palavras de incentivo e presença firme ao longo da minha vida.

Ao meu irmão, meu melhor amigo, agradeço por sempre estar comigo e por desde novo estarmos juntos.

Minha gratidão também à minha avó, Maria Perpétua. Sua dedicação, cuidado e generosidade tornaram minha vida muito mais leve e me proporcionaram a tranquilidade necessária para seguir nos estudos da melhor forma possível.

Agradeço, de forma especial, ao professor Solano, meu orientador de monografia, que acreditou no meu potencial e sempre me incentivou a continuar escrevendo e publicando. Seu apoio foi fundamental não apenas neste trabalho, mas também na elaboração do meu primeiro artigo acadêmico, o que contribuiu de forma decisiva para o meu amadurecimento na pesquisa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e às oportunidades que tive por meio das bolsas e projetos.

A todos, meu mais sincero agradecimento.

“You can't experience being alive without realizing that you have to die [...]. But it's just as impossible to realize you have to die without thinking how incredibly amazing it is to be alive”.

(Jostein Gaarder)

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho são as matrizes curriculares dos cursos superiores de turismo nas Universidades Federais (UFs) de Minas Gerais (MG). O objetivo central da pesquisa é analisar a estrutura dessas matrizes, com ênfase na presença ou ausência da Educação Ambiental (EA) na formação de turismólogos. Busca-se comparar e verificar em que medida as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Turismo (2006) e as legislações vigentes – como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº9.795/1999) e as determinações do Ministério do Turismo – são refletidas na organização pedagógica desses cursos, considerando que a EA deve ser um componente curricular obrigatório e permanente em todos os níveis de ensino, conforme estabelecido pela legislação brasileira. A pesquisa, conforme as DCNs do Curso de Graduação em Turismo de 2006, contextualiza as Instituições de Ensino Superior (IES) de acordo com suas inserções, políticas, geográficas e sociais, analisa como cada uma projeta a disseminação de boas práticas ambientais em seus objetivos, missão e visão. Com a análise de documentos oficiais, como os Planos de Turismo, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e características das respectivas localizações das IES, é analisada a importância da EA na formação de um turismólogo para a atuação local. Este estudo possui como intenção, atualizar a pesquisa sobre a formação de turismólogos para o desenvolvimento do turismo sustentável, ao serem formados como agentes disseminadores de boas práticas ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Turismo Sustentável, Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

The object of study of this research focuses on the curriculum frameworks of tourism undergraduate programs at Federal Universities (UFs) in Minas Gerais (MG), Brazil. The main objective of the research is to analyze the structure of these curricula, with an emphasis on the presence or absence of Environmental Education (EA) in the training of tourism professionals. The study aims to compare and assess the extent to which the National Curriculum Guidelines (DCNs) for Undergraduate Tourism Programs (2006) and current legislation—such as the National Environmental Education Policy (Law No. 9,795/1999) and the regulations set by the Ministry of Tourism—are reflected in the pedagogical organization of these courses. It is important to note that, according to Brazilian law, EA should be a mandatory and permanent component of curricula at all educational levels. In line with the 2006 DCNs for Undergraduate Tourism Programs, the research contextualizes Higher Education Institutions (IES) based on their political, geographic, and social settings, examining how each institution incorporates the promotion of environmental best practices into its objectives, mission, and vision. Through the analysis of official documents—such as Tourism Plans, Institutional Development Plans (PDIs), and the specific characteristics of each HEI's location—the study evaluates the importance of EA in training tourism professionals for local engagement. This research intends to update discussions on the education of tourism professionals for sustainable tourism development, equipping them to become advocates for environmental best practices.

Keywords: Educação Ambiental, Turismo Sustentável, Diretrizes Curriculares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni.....	26
FIGURA 2 – Cursos de turismo a partir da divisão regional brasileira, Distribuição, por região, dos cursos de turismo no Brasil: 2001 - 2002.....	50
FIGURA 3 – Mapa de localização das UCs de Ouro Preto (MG) com destaque para o PNMA (Polígono róseo de número 8).....	61
FIGURA 4 – Abordagens Universitárias à Sustentabilidade (Minas Gerais).....	77
FIGURA 5 – Mapa das Unidades de Conservação Estaduais.....	78
FIGURA 6 – Mapa das Unidades de Conservação Federais e Municipais localizadas em Minas Gerais.....	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão ambiental.....	20
QUADRO 2 – Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável das praias.....	29
QUADRO 3 – Tipologia das concepções sobre o ambiente na EA.....	42
QUADRO 4 – O turismo para as concepções do meio ambiente de Sauvé (1997).....	43
QUADRO 5 – Disciplinas de Turismo da UFOP com possibilidade aplica�o da EA de forma transversal e interdisciplinar.....	59
QUADRO 6 – Disciplinas de Turismo da UFMG com possibilidade aplica�o da EA de forma transversal e interdisciplinar.....	63
QUADRO 7 – Disciplinas de Turismo da UFJF com possibilidade aplica�o da EA de forma transversal e interdisciplinar.....	65
QUADRO 8 – Disciplinas de Turismo da UFVJM com possibilidade aplica�o da EA de forma transversal e interdisciplinar.....	67
QUADRO 9 – Análise de propostas das IES para a inser�o da Sustentabilidade Institucional e forma�o de agentes disseminadores de boas práticas ambientais e produtores de conteúdo científico sobre a temática.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CES – Câmara de Educação Superior
CF – Constituição Federal
CFE – Conselho Federal de Educação
Cicatur – Centro de Capacitação Turística
CNE – Conselho Nacional de Educação
CST – Cursos Superiores de Turismo
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
EA – Educação Ambiental
IA – Interpretação Ambiental
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IES – Instituição de Ensino Superior
LGT – Lei Geral do Turismo
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OMT – Organização Mundial do Turismo
PEIb – Parque Estadual de Ilhabela
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PNT – Plano Nacional de Turismo
RE – Relações Ecológicas
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RUF – Ranking Universitário da Folha de São Paulo
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTUR – Sistema de Turismo
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC – Unidade de Conservação
UF – Universidade Federal
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Formulação do problema da pesquisa.....	12
1.2 Justificativa.....	13
1.3 Objetivos da pesquisa.....	14
1.3.1 Objetivo geral.....	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	14
2 METODOLOGIA.....	16
2.1 Aspectos metodológicos.....	16
2.2 Sobre o método.....	16
2.2.1 Método objetivo qualitativo.....	16
2.2.2 Método de pesquisa.....	17
2.2.3 Definição do material de pesquisa e procedimentos de pesquisa.....	18
2.2.3.1 Análise de Conteúdo.....	18
2.2.3.2 Análise documental.....	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
3.1 Turismo.....	22
3.2 Turismo como fenômeno e ciência.....	25
3.3 Meio ambiente para o turismo.....	34
3.4 Educação ambiental.....	37
3.5 Turismo no meio ambiente.....	39
3.6 Educação ambiental para o desenvolvimento do turismo.....	42
4 PRESSUPOSTOS PARA APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TURISMO.....	52
4.1 Cursos superiores de turismo.....	52
4.2 Currículo dos cursos superiores de turismo.....	56
4.3 Turismólogos e educação ambiental.....	58
4.4 Educação ambiental nos cursos superiores de turismo de Minas Gerais.....	60
4.4.1 UFOP.....	61
4.4.2 UFMG.....	65
4.4.3 UFJF.....	67
4.4.4 UFVJM.....	70
4.5 Análise das Universidades Federais Seleccionadas.....	73
4.6 Sensibilização ambiental para a profissionalização no turismo.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta monografia é apresentar o turismo a partir de bibliografia clássica e contemporânea, considerando seu surgimento e particularidades, este que, atualmente é definido como fenômeno social. Será apresentada a relação do turismo com o meio ambiente natural, a fim de que sejam compreendidos pelo leitor os fundamentos básicos da elaboração deste estudo. A Educação Ambiental (EA) será apresentada em seu contexto mais amplo na realidade social, estudantil, acadêmica e profissional, abordando suas temáticas em cada realidade, para que então seja compreendida a sua dinâmica nos diversos contextos a serem apresentados.

A partir do conhecimento adquirido sobre o fenômeno turístico e sua relação com o meio ambiente, por conseguinte o entendimento da dinâmica da Educação Ambiental, serão apresentadas as formas e representações físicas e metafísicas do turismo. Serão apresentadas as formas que ocasionam o contato direto com o meio ambiente natural, apontando a existência deste contato, até certo ponto da história. A apresentação destes aspectos tem como objetivo a compreensão por parte do leitor sobre a possibilidade de aplicação da EA durante o planejamento, gestão e prática do turismo e, principalmente, na formação do profissional que atuará com a atividade.

Serão analisadas algumas das Instituições de Ensino Superior (IES) Federais do estado de Minas Gerais e suas respectivas propostas pedagógicas, comparando-as com as características de suas localidades geográficas e a visão municipal quanto ao seu desenvolvimento. Esta análise comparativa será realizada a fim de alcançar a compreensão de como as IES têm inserido os cursos superiores de turismo em relação ao desenvolvimento ambiental municipal e na formação de profissionais do setor. Para a referida comparação, serão identificadas a existência ou não de disciplinas voltadas para a compreensão, atuação e desenvolvimento de práticas, políticas e execução do turismo ecológico, sustentável e de meio ambiente.

Com a proposta desta monografia, apresenta-se a aplicação da EA no turismo a partir da educação superior e sua importância para o desenvolvimento sustentável por intermédio do turismo. Portanto, os cursos de bacharelado em turismo serão contextualizados, ao apresentar sua origem, desafios e os reais motivos para a manutenção de sua permanência como um curso superior universitário em Minas Gerais. Será também apontada as particulares características destes cursos, referente à sua multi e interdisciplinaridade, somada à transdisciplinaridade em prol à adequada formação profissional no setor do turismo.

As competências e as áreas de atuação do turismólogo serão identificadas e apresentadas, a fim de que sejam compreendidas as diversas possibilidades de atuação para com o desenvolvimento sustentável. Serão apontadas as necessidades e limitações do profissional, analisadas as maneiras que os cursos superiores de turismo preparam o discente para lidar com os obstáculos do contato entre turista e ambiente, e também como podem atuar em conjunto com profissionais de outras áreas para desenvolverem a mais eficiente gestão em qualquer ambiente e setor.

A EA, portanto, será identificada em cursos das Universidades Federais presentes em Minas Gerais, isto a partir da coleta de amostragem das Universidades Federais (UFs) que contemplem o curso de bacharelado em turismo e disponibilizam suas matrizes curriculares. Serão neste momento categorizadas como disciplina obrigatória ou eletiva/optativa, a fim de alcançar o principal objetivo da presente pesquisa, identificar a EA como carga horária obrigatória nos cursos superiores de turismo

Esta monografia apresenta a EA com base na visão educacional de Paulo Freire, que A considera como forma de educação permanente transversal ao currículo estudantil. Portanto, será esta, identificada quando aplicada de forma obrigatória nos cursos superiores de turismo, e também, quando não aplicada. O estudo por fim, almeja concluir seu objetivo, ao apresentar a relação entre as matrizes curriculares e suas respectivas disciplinas correlatas à atuação consciente do turismólogo em ambientes naturais, além da sua capacidade de disseminar práticas sustentáveis. Esta relação será analisada e conferida quanto à visão municipal das inserções geográficas das IES e suas respectivas características.

1.1 Formulação do problema da pesquisa

A pesquisa realizada nesta monografia traz como problemática o possível uso de recursos naturais de forma insustentável pelos profissionais do turismo e gestores do patrimônio natural para a prática da atividade. É considerada portanto, a formação do turismólogo sem a adequada inserção da dimensão ambiental em suas matrizes curriculares, como insuficiente para atuação eficiente e sustentável. A referida monografia, parte do pressuposto de que o turismo vem se desenvolvendo de forma massiva, com baixa preocupação quanto à segurança do turista e dos recursos naturais.

Esta, compreende que catástrofes ambientais que atingem turistas e comunidades de núcleos receptores podem ser evitadas ou não, considerando a qualidade da gestão conjunta dos recursos naturais como atrativo turístico. Para o estudo, considera-se que, a atuação de

profissionais do turismo conjunto à outras diversas áreas, como geólogos, biólogos, administradores, gestores do patrimônio, ofertantes dos passeios locais, iniciativas privadas e órgãos públicos responsáveis pela segurança civil, podem amenizar os impactos negativos em atrativos naturais com potencial turístico.

De acordo com Beni (*apud* Körössy, 2008, p.57), o turismo pode ocorrer em qualquer lugar no mundo, independentemente de sua caracterização como local de ação antrópica restrita. Portanto, para o estudo, foi considerado também como uma problemática o turismólogo não possuir obrigatoriamente durante sua formação, conteúdo teórico e prático direcionado à atuação em ambientes naturais, especificamente a EA.

1.2 Justificativa

A presente monografia tem como objetivo investigar a presença da dimensão ambiental nos cursos superiores de turismo, especificamente, sua presença de forma obrigatória nas grades curriculares da graduação em turismo em Minas Gerais. Esta investigação parte do pressuposto que a EA é indispensável para a formação de profissionais que irão atuar diretamente com a promoção do turismo no meio ambiente, gestão do patrimônio natural e desenvolvimento de políticas públicas para uso recreativo de ambientes naturais.

A relevância do assunto reside em sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o ano de 2030 (Organização das Nações Unidas no Brasil, s.d.). Considera também a resolução da ONU (A/71/240) que insere, junto à Organização Mundial do Turismo (OMT), a atividade como uma ferramenta de extrema relevância no que se trata da proteção ambiental.

Também é considerado relevante o tema, devido a realizada análise de matrizes curriculares de cursos superiores de turismo ofertados pelas IES do Estado de Minas Gerais, em busca da EA aplicada de forma obrigatória e a inferior identificação destas em relação ao esperado. Entende-se como necessária a inserção da EA nas matrizes curriculares, devido à sua imprescindível existência em todos os níveis de ensino conforme a legislação brasileira (Lei nº 9.795, 1999).

Conforme a proposição do ODS 4 (Organização das Nações Unidas no Brasil, s.d.), até 2030 é vital garantir a todos os estudantes o conhecimento e capacidade de promover o desenvolvimento sustentável, por meio da educação para a sustentabilidade e estilos de vida sustentáveis. Esta pesquisa também se justifica com o ODS 8, que propõe o uso eficiente dos

recursos globais, de forma a alcançar a dissociação entre desenvolvimento econômico à degradação ambiental.

A pesquisa é considerada relevante por considerar a conclusão da ONU em 2024, quanto ao não cumprimento dos ODS e também pelo aumento das temperaturas globais, que tem provocado diversos danos ao planeta e à vida presente, como o quarto evento global de branqueamento de corais, que afetou a vida na água, referente ao ODS 14 (Copernicus, 2024). Este aumento de temperaturas, ultrapassa o período industrial em diversos pontos, como a temperatura do ar, da superfície terrestre e marítima (Copernicus, 2024).

Segundo Guimarães e Braga (2024), no Brasil existem locais nos quais o turismo está inteiramente ligado a ambientes recifais e coralíneos, e ainda, culturas que dependem desta segmentação do turismo, que podem ser prejudicados economicamente e fisicamente com impactos ambientais como o aumento da temperatura global. Devido à esta afirmação, a referida monografia se embasa no conceito de promoção do desenvolvimento sustentável e valorização de culturas dependentes do meio ambiente a partir do turismo sustentável. Para alcançar esses objetivos propostos, considera-se fundamental a formação de turismólogos preparados ambientalmente, para que estejam aptos a lidar com os desafios de preservar e valorizar, enquanto gera receitas e trabalha em um competitivo mercado.

Considerando portanto, que a vida na terra, incluindo a qualidade da vida, depende da manutenção e equilíbrio ambiental, é ponderada a extrema importância da visão sustentável por parte de profissionais responsáveis por atividades como o turismo que, além de provocar o contato, ainda estimula o desejo de realizá-lo nos mais diversos pontos do mundo. Esta atividade, para que seja benéfica ao globo terrestre, deve compreender a profissão e profissionalização, alinhadas e em conformidade com as IES, para que os turismólogos formados sejam capazes de identificar a viabilidade e viabilizar suas atividades com vistas ao desenvolvimento sustentável.

1.3 Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

Identificar a Educação Ambiental de forma obrigatória na formação do turismólogo para sua atuação sustentável verificando as matrizes curriculares de Cursos Superiores de Turismo (CST) em Universidades Federais do Estado de Minas Gerais.

1.3.2 Objetivos específicos

1. Identificar a relação entre turismo (ciência/fenômeno) e meio ambiente;
2. Observar a atuação do turismólogo no meio ambiente natural;
3. Observar a atual formação dos turismólogos pelas Universidades Federais mineiras;
4. Verificar a educação ambiental de forma obrigatória nos cursos superiores de turismo;
5. Identificar a importância da EA em cursos superiores de Turismo em Minas Gerais.

2 METODOLOGIA

2.1 Aspectos metodológicos

O estudo será realizado a partir de um Método Objetivo Qualitativo Bibliográfico Documental (Zanella, 2011), utilizando tanto a bibliografia relacionada ao tema, quanto os documentos fornecidos pelas IES (Moresi, 2003; Galliano¹, *apud* Zanella, 2011), alinhando-se com pesquisas já realizadas e o conhecimento já alcançado, de forma a buscar as relações entre cada pesquisa e os fatos no campo das ciências sociais.

2.2 Sobre o método

Este método, que guia o percurso da pesquisa, segundo Lunetta e Guerra (p.151, 2023) “consiste no levantamento e na revisão minuciosa de obras publicadas sobre a teoria que guiará o trabalho científico”. Para o autor, este método requer intensa dedicação, minuciosidade e perspicácia por parte do pesquisador, que irá organizar diversos textos até conseguir suporte para alcançar seu objetivo.

A pesquisa documental possui semelhanças quanto à bibliográfica, em que se difere apenas no tipo de material utilizado, no caso documentos em lugar de materiais como livros e artigos científicos (Lunetta e Guerra, 2023). Estes documentos, segundo o autor, se referem a ofícios, boletins, arquivos documentos e outros. Contudo para o autor, a confiabilidade destes documentos, dependem da astúcia do pesquisador em filtrar a grande quantidade de informações coletadas utilizando de técnicas para organizar os dados, estabelecendo critérios seletivos para inclusão e exclusão de material coletado.

De acordo com Cellard (2008), a memória é algo volátil, limitado, impossível de ser permanente em qualquer aspecto que seja. Desta forma, de acordo com o autor, a documentação de fatos, constroi uma sólida e valiosa fonte de informação insubstituível, que remete à história e os vestígios da humanidade, sendo na maioria das vezes o único fato ou testemunho absoluto de atividades já ocorridas.

¹ Galliano, G.. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Mosaico, 1979.

2.2.1 Método objetivo qualitativo

O Método Objetivo Qualitativo é caracterizado pela abordagem imperativa e subjetiva, que possui foco na compreensão de fenômenos sociais como o turismo, no caso deste estudo (Moresi, 2003). A pesquisa qualitativa tem por objetivo encontrar resultados e suas buscas e compreensões a partir de métodos como a pesquisa documental (Creswell, 2014), utilizada nesta pesquisa ao buscar pelas matrizes e grades curriculares dos cursos de graduação em turismo nas páginas oficiais dos cursos e das Universidades Federais.

O método Objetivo Qualitativo utilizará de abordagem objetiva, considerando os esforços realizados para alinhar a subjetividade da análise qualitativa com critérios de rigor científico. Portanto a objetividade deste trabalho se dá pela relação e triangulação, proposta entre as fontes e referencial teórico, com documentos encontrados e estudos anteriores neste âmbito (Soares, 2019).

De acordo com Soares (2019), o entendimento deste método é “indutivo, interpretativo e argumentativo”. Portanto de acordo com a autora, este método possibilita alcançar algo além do mensurável e que está disponível apenas para informação. Este método para a autora, além de possibilitar a análise de fenômenos sociais, como o turismo estudado neste caso, possibilita a busca por significados em forma de pesquisa interpretativa. Soares ainda afirma que há uma intensa ênfase no processo em relação ao produto, portanto, uma pesquisa mais detalhada.

2.2.2 Método de pesquisa

A pesquisa bibliográfica documental envolve a revisão e análise de materiais já publicados, bem como livros, artigos científicos e documentos oficiais (Minayo, *apud* Soares, p.173, 2019). A pesquisa documental irá utilizar de fontes primárias, como relatórios, registros oficiais e arquivos (Gil, 2008), para que seja estruturada a pesquisa de forma coerente, coesa e contextualizada.

O método da pesquisa depende apenas do objeto observado, se refere ao objetivo de conclusão da pesquisa, esperando que o resultado seja alcançado apenas ao observar as grades curriculares do turismo e propostas pedagógicas que são o objeto desta pesquisa. Este método

será utilizado para reforçar a relevância e o valor da contextualização e especificidade do objeto (Moresi, 2003).

Serão analisadas as propostas e ideias de outras pesquisas e resultados já alcançados por acadêmicos que analisaram esta área de forma semelhante, a fim de facilitar a compreensão da motivação do estudo. Desta forma, compreender o que mudou desde as últimas publicações, que tiveram como objetivo, promover o desenvolvimento acadêmico nos cursos de graduação em turismo, será um dos objetivos desta pesquisa. Este método também será utilizado para garantir a consistência e coerência teórica e metodológica do estudo.

2.2.3 Definição do material de pesquisa e procedimentos de pesquisa

Ao considerar a relação previamente estabelecida para a construção deste trabalho, entre o turismo e a EA, fora-se necessário estabelecer uma linha de raciocínio que evidencie a temática, de forma a facilitar a compreensão e localização do leitor, direcionando-o ao principal objetivo desta pesquisa. Foi então encontrada uma problemática, referente à consequências de atuações profissionais não qualificadas para a sustentabilidade.

O primeiro passo do trabalho foi evidenciar a problemática do tema sobre a gestão do patrimônio turístico e da estrutura do turismo ocasionando descarte irregular de resíduos, utilização de espaços públicos para necessidades fisiológicas e ocorrência de acidentes devido uso de substâncias depressoras como o álcool, apresentado por meio do método de Análise de Conteúdo Qualitativa o mapeamento de diretrizes para a gestão responsável das praias de Ilhabela (Seixas e Lobo, 2023). Também foi analisado o sumário climático anual publicado pelo Copernicus referente ao ano de 2024, que apresenta uma situação a qual o turismo pode agir sobre ou ser utilizado como ferramenta auxiliar na prevenção.

Além disto foi apresentado com a Pesquisa Bibliográfica que este é um fenômeno suscetível a ocorrer durante a realização de atividades turísticas, mas que pode ser evitado. Por conseguinte, foi apresentado a relevância desta discussão ao analisar os ODS propostos pela ONU para 2030, a Legislação Brasileira e as Diretrizes Curriculares Nacionais que mencionam a importância da boa e coesa estruturação curricular na formação de turismólogos. Diante disso, o presente trabalho foi estruturado a partir do seguinte corpo documental.

A atuação insustentável de profissionais do turismo, portanto, revelou dois problemas. Estes, foram o risco em que os turistas podem correr ao participarem de atividades em

ambientes com desleixo para com a segurança em prol de lucratividade e também os problemas ambientais que podem ser percebidos, prevenidos, ou causados pelo turismo.

2.2.3.1 Análise de Conteúdo

1. *“The 2024 Annual Climate Summary: Global Climate Highlights 2024”* - Copernicus.

2.2.3.2 Análise documental

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ONU;
2. Assembleia Geral das Nações Unidas – A/RES/71/240 e A/RES/77/178, sobre a promoção do turismo sustentável para a erradicação da pobreza e proteção ambiental
3. Conselho Nacional de Turismo e Empresa Brasileira de Turismo – Lei n. 55 de 1966;
4. Decreto de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro – Lei n. 134 de 1975;
5. Lei de Proteção, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente (Estado de Minas Gerais) – Lei n. 7.772 de 1980;
6. Lei Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental (Estado de Santa Catarina) – Lei n. 5.793 de 1980;
7. Política Nacional do Meio Ambiente – Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981;
8. Constituição da República Federal Brasileira de 1988;
9. Nova denominação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur – Lei n. 8.181 de 1991;
10. Lei de Crimes Ambientais – Lei n. 9.605 de 1998;
11. Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999;
12. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000;
13. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo – MEC – Parecer n. 0288/2003;
14. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo – MEC – Resolução n. 13, 24 de novembro de 2006 ;
15. Política Nacional de Turismo – Lei n. 11.771 de 2008;

16. MEC - Resolução n.2, 15 de junho de 2012 sobre as DCNs para a Educação Ambiental;
17. Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto;
18. Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais;
19. Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora;
20. Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Esta análise documental é realizada criteriosamente para compreender a real motivação da pesquisa, respondendo as perguntas:

1. Onde se encontra a necessidade do ensino da Educação Ambiental nos níveis superiores?
2. De onde surge a necessidade da Educação Ambiental nos cursos superiores de turismo?
3. Qual a importância da capacitação de profissionais do turismo visando a sustentabilidade?
4. As Instituições de Ensino Superior estão em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais no que diz respeito à Educação Ambiental?
5. Existe a preocupação das Instituições de Ensino Superior em evidenciar a necessária ambientalização dos seus Cursos de Turismo?

Durante a pesquisa, foi pensado em uma análise regional, apontando o estado de Minas Gerais como alvo desta. A amostra, no caso as UFs do Estado de Minas Gerais que contemplam o curso de bacharelado em Turismo, foi definida a partir da presença do curso de bacharelado em turismo. As UFs selecionadas foram a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Foi considerado após a definição da amostra, suas respectivas inserções geográficas, a fim de facilitar a identificação das possibilidades de atuação do turismólogo nestas mesmas regiões. Para tanto, foram buscadas informações a respeito da caracterização da atividade turística nesta região ou dos planos de turismo dos órgãos governamentais.

Além da busca pelo conteúdo anteriormente citado, foi realizada uma análise sobre a pesquisa de Bonin (2016), na qual são identificadas as palavras-chave sobre a dimensão

ambiental em documentos relevantes ao corpo documental utilizado neste estudo. A análise realizada pela autora considerou também documentos como a Constituição Federal de 1988 (CF), Lei n. 9.394 de 1996, referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei n. 13.005 de 2014, o Plano Nacional de Turismo (PNT) e a Lei Geral do Turismo (LGT), o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação e o Instrumento de Avaliação Institucional, desenvolvidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esta análise é representada no **Quadro 1**, reproduzido de Bonin (2016).

QUADRO 1 – Totalidade de ocorrências das palavras-chave da dimensão ambiental.

	CF	LGT	PNT	PNE	LDB	Aval. Inst.	Aval. Cursos de Grad.	Total Abs.	Total Percent .
Ambiental	4	2	1	-	-	-	5	13	14,60
Educação Ambiental	1	-	-	-	1	1	5	8	8,98
Sustentabilidade	-	-	6	1	-	7	1	15	16,85
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sustentável	-	4	6	-	-	3	-	13	14,60
Meio Ambiente	18	2	3	-	-	6	-	29	32,58
Desenvolvimento Sustentável	-	1	3	1	-	-	-	5	5,61
Gestão da Sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	23	9	21	2	1	17	11	89	100

Fonte: Reproduzido de Bonin (2016, p.70)

Bonin (2016) demonstra a preocupação, desde a Constituição de 1988 em tratar de assuntos ambientais, principalmente ao atingir o âmbito educacional, a partir do Plano Nacional de Educação, que se desenvolve com maiores menções à dimensão ambiental até os Instrumentos de Avaliação desenvolvidos pelo SINAES. Contudo, ao observar esta presença se reduzindo em documentos oficiais desde a Constituição de 1988, surge uma dúvida quanto à preocupação governamental sobre às crises ambientais. A maior preocupação se dá pela

ausência da Educação Ambiental em documentos como a LGT, PNT, PNE, baixa presença na LDB e no Instrumento de Avaliação Institucional, o que demonstra uma indiferença quanto à atuação do turismólogo e de graduados em outras áreas, no que se refere à disseminação de boas práticas ambientais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Turismo

O turismo é um fenômeno que remete à saída de indivíduos de seu espaço habitual para a visita em outro local sem finalidade de permanência indefinida. Historicamente, a atividade foi limitada apenas ao turista, um termo definido pelos dicionários, e somente depois disso, discutido no meio acadêmico (Cunha, 2010). O turista, portanto, de acordo com o autor, foi estabelecido como o indivíduo que viaja por mais de 24 horas em um país diferente de sua residência. Este tempo foi restabelecido pela Convenção das Nações Unidas, para que todas as pessoas permaneçam pelo menos 24 horas e não mais de 6 meses, desde que sua viagem seja a lazer, diversão, saúde e familiares (Cunha, 2010).

Por fim, Cunha (2010) apresenta que o visitante é uma pessoa que viaja por menos de 12 meses para atividades não remuneradas fora de seu ambiente de vivência natural. Os turistas são visitantes que permanecem ao menos uma noite em alojamentos coletivos ou privados no local de visita, enquanto visitantes do dia a dia, não passam uma noite num alojamento coletivo ou privado neste local visitado. Quanto à atividade de turismo, o autor apresenta a concepção da ONU/ OMT, que a identifica como atividade de pessoas que viajam, enquanto investigadores identificam-o como um fenômeno e outros preferem não o fazer.

Muitos investigadores consideram-no como um fenômeno, entre os quais, Fiquerola (1987), Buckart e Medlik (1981), Tribe (2006), Mathieson e Wall (1982) ou Papadopoulos (1986), mas para outros “o turismo não é um fenômeno nem um simples conjunto de indústrias” porque é uma atividade humana que envolve movimentos e comportamentos humanos, o uso de recursos, a interação com outras pessoas, económicas e ambient (Bull, 1995) (Cunha, p.8, 2010)

No que se refere ao conceito de turismo passado pela ONU/OMT, o mais utilizado e mais adequado, este é um fenômeno referente a quaisquer atividades e interações das pessoas que estão em viagem fora de seu ambiente habitual, seja fora ou dentro de seu país, por menos de um ano (OMT, 2025). Cunha (2010), apresenta a concepção de turismo a partir da definição da ONU/OMT, identificando as motivações do turismo em atividades de lazer, visitas, saúde, religião e ainda outras motivações. O autor, afirma que as definições precisam ser atualizadas e propõe a seguinte: “O conjunto das actividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, às atracções e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenômenos e relações resultantes de uma e de outras”(Cunha, 2010).

As definições passadas pelo autor (Cunha, 2010) englobam o conjunto de atividades desenvolvidas durante a prática do turismo, os próprios visitantes e seu deslocamento, os ambientes em que estão, incluindo a cultura, o caráter dos eventos e comércios, as infraestruturas, atividades disponíveis, hospitalidade e também os fenômenos e relações, considerando fenômenos econômicos, psicológicos, culturais, geográficos e políticos.

De acordo com Ignarra (2020), o turismo, enquanto atividade, surge a partir do momento em que a humanidade deixa de ser sedentária e começa a viajar por motivos comerciais, relacionando-se com outros povos. Portanto, de acordo com o autor, o turismo de negócios surge anteriormente ao turismo de lazer. O autor afirma que o deslocamento do ser humano com finalidades comerciais e lucrativas motivaram o descobrimento de novas terras, isto conseqüentemente incentiva o turismo de aventura, ocorrido enquanto ocorriam as explorações.

Ignarra (2020) apresenta o turismo três mil anos antes de Cristo, na região do Egito, onde os viajantes passavam e visitavam, a partir da viagem pelo rio Nilo, utilizando de embarcações com cabines, motivados apenas pela atividade de contemplação das pirâmides e outras construções. São citados ainda pelo autor, semelhantes formas de turismo ocorrentes devido às particularidades de cada local ainda anos antes de Cristo. Ignarra (2020) menciona também o turismo de eventos, realizado durante o período de governo de Alexandre, o grande. Esta forma de turismo ocorria a partir das visitas e eventos na região do Éfeso, a fim de contemplar apresentações semelhantes às práticas circenses tradicionais.

Grunewald (2003) aponta a visão de que o turismo de fato envolve a movimentação do indivíduo, contudo, para a afirmação do fenômeno turístico, a existência da finalidade lucrativa, ou a negócios, em sua motivação de deslocamento, desconfigura a afirmação de que este deslocamento é uma forma de turismo. O autor define que para este deslocamento ser considerado turismo, o indivíduo não pode estar a trabalho, portanto o deslocamento em busca de novos povos para a realização do comércio não poderia ser considerado turismo. Contudo, dariam início a um dos princípios do turismo que seria o deslocamento.

De acordo com Marques (2017), o turismo motivado por negócios pode ser considerado uma prática que possui grande potencial de desenvolvimento econômico. O autor afirma que a relação entre o turismo motivado por negócios e o turismo de lazer é intrínseca, de forma que o indivíduo tende a estender sua estadia para fins de contemplação e exploração do local visitado. Este segmento de turismo ainda, segundo o autor, pode fomentar no indivíduo o desejo de retorno apenas com finalidades de lazer e incentivar a promoção do local o qual visitou.

Com o desenvolvimento de novas técnicas de locomoção, como no caso dos nobres romanos, que desenvolveram a capacidade de percorrer longas distâncias, cerca de 150 quilômetros por dia por realizar a troca de cavalos e pela montagem de postos de troca para os animais, se tornou possível e viável alcançar novos destinos (Ignarra, 2020). Neste momento, surgem também as primeiras hospedarias que viabilizaram a extensão das viagens.

O turismo medicinal também foi reconhecido a partir do grande deslocamento em prol de alcançar locais que apresentassem potencial curativo ou regenerativo para os seres humanos. Hojcska (2021), afirma que o tratamento que utiliza de fatores naturais como o clima, cavernas, gases, lama, solos e águas termais com propriedades medicinais, têm sido usadas há milênios por diferentes povos para refrescar e aliviar problemas musculoesqueléticos. O autor cita também o caso da Grécia e Roma antigas, nas quais eram utilizadas para fins medicinais e recreativos os banhos públicos.

Desta forma o turismo medicinal, ao utilizar dos recursos e fatores naturais, pode também ser considerado turismo de natureza. Esta forma de turismo emerge com grandes forças e ganha popularidade após a pandemia da COVID - 19 com a necessidade de deslocamento para tratamento médico e recepção de serviços. Esta modalidade de turismo pode ser considerada uma modalidade de turismo sustentável, devido à necessária eficiente gestão do turismo e dos recursos naturais e estruturais do local em prol da qualidade de vida (Antunes e Costa, 2024).

O turismo, por tanto, se trata de uma atividade antiga, que se deu início a partir da necessidade do deslocamento de pessoas para interação com outras ou com o meio. O deslocamento em prol do comércio deu início às viagens, enquanto as grandes construções e belezas naturais e visuais se tornaram motivo para o deslocamento com vistas à contemplação (Ignarra 2013). Com o desenvolvimento de novas técnicas de locomoção e desenvolvimento de estadias e hospedagens para beneficiar as viagens, se tornou cômoda a permanência no destino.

Ignarra (2013) mostra também que o turismo surge como hoje conhecemos, a partir dos primeiros sinais do desenvolvimento científico no século XVII. O fato de acordo com o autor, por aumentar as riquezas e ampliar a classe comerciante junto ao desenvolvimento educacional, estimularam o interesse pelas outras culturas e pelo conceito de viagem educativa. De acordo com John Henry (1998), no século XVII, este avanço científico, proveniente da revolução científica, mudou a forma de se enxergar a natureza. Tendo como principais atores, Galileu, Descartes e Newton, esta revolução possibilitou a visão crítica e elaboração de raciocínio quanto à interferências religiosas e particularidades regionais. De

acordo com o autor, é esta revolução que torna possível a realização da ciência que conhecemos hoje, o estudo e a compreensão dos fenômenos naturais do universo.

Ainda de acordo com Ramos e Costa (2017), no reinado de Elisabeth I, de Inglaterra, foram realizados os “Grand Tour”, no qual os jovens membros da corte se deslocavam para concluir a educação na França ou Itália. Os jovens além de estudar, conhecem outras culturas e presenciaram a vida em cidades grandes como Veneza e Paris. Esta experiência incentiva as viagens posteriormente (Holloway², *apud* Ramos e Costa, p.23, 2017). A evolução do ser humano, é o principal catalisador para a evolução das atividades humanas (Vasco, 2023), portanto, com o crescimento pessoal e a necessidade de ampliação dos conhecimentos e horizontes, é fundamental que este ser se desloque. Contudo, de início, o transporte surge primeiramente com a necessidade de facilitar o trabalho (Paolillo³, *apud* Vasco, p. 58, 2023). Vasco (2023) apresenta a distância como um antigo obstáculo ao ser humano, que foi vencido graças à evolução dos transportes que alcançou a velocidade graças ao conhecimento adquirido.

O conhecimento sobre a própria humanidade e sua dinâmica social e individual, também corrobora para com a evolução do turismo. Com a Revolução Industrial no Séc XIX, ocorreu uma grande mudança laboral com melhores salários, maior tempo livre com férias, melhores transportes e melhora na otimização dos locais de acolhimento nos destinos (Ramos e Costa, 2017). Com estas melhorias em prol da melhor saúde e melhora na produção fabril, os trabalhadores são incentivados e motivados a realizar viagens. Os fatores que contribuíram para com o desenvolvimento do turismo, portanto, foram os avanços técnicos nos transportes, na educação e comunicação, na saúde e bem estar geral e no trabalho. O desenvolvimento econômico permitiu o aumento da demanda pelo turismo, aumentando a renda e o tempo livre com salários mínimos e férias remuneradas. Portanto, é possível concluir que o turismo se desenvolve paralelamente às necessidades e inovações humanas.

3.2 Turismo como fenômeno e ciência

O turismo, ciência multi, pluri e interdisciplinar (Pakman, 2014), possui suas particularidades e, este estudo terá por objetivo apresentar essa característica individual, por necessitar não apenas do cuidado pessoal somado ao interpessoal durante sua prática. Será considerado também para a compreensão do turismo o cuidado com o meio físico abiótico,

² Holloway, J. **The business of tourism**, 4.ed, London Group Limited, England, 1994

³ Paolillo, A. M. R. **Transportes**. 2.ed. São Paulo

biótico e antrópico. Os elementos naturais, são considerados fundamentais para o desenvolvimento turístico, de forma que esta atividade não prescinde das questões ambientais e da Educação ambiental (Silva, Lima, 2023).

O turismo, até meados dos anos XX, foi estudado como uma ciência multidisciplinar, que evolui com base na redução do conhecimento em um aspecto geral em prol da especialização, o que se demonstrou ineficaz para compreender a complexidade deste fenômeno (Beni; Moesch, 2015). Para os autores mencionados, o turismo enquanto uma ciência é considerado um campo de saber que permanece em construção, a fim de superar abordagens fragmentadas, ou seja, ultrapassar a visão de um discurso.

O estudo do turismo, busca a compreensão de sua dinâmica e dos seus impactos em contextos sociais, ambientais e econômicos, de forma a remeter-se à geografia ao utilizar dos conceitos de Paisagem e Território para sua compreensão (Alves, Sales e Claro, 2010). Os autores afirmam que estas são categorias que contemplam elementos naturais, artificiais e aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais. De acordo com Silva e Lima (2023), o turismo como conhecimento científico, tem como base a compreensão e desenvolvimento de conhecimentos acerca das dinâmicas do fenômeno. Este fenômeno, de acordo com os autores, compreende o deslocamento do indivíduo fora de seu habitual local de permanência.

Para compreensão das particularidades e características desta ciência e do fenômeno enquanto atividade, foi realizado um estudo sobre a obra de Charles R. Goeldner e J.R Brent Ritchie (2011) *“Tourism Principles, Practices, Philosophies”*, a fim de alcançar o entendimento da necessária preparação do turismólogo para atuação em setores de turismo de forma que não sejam negligenciados setores e áreas codependentes ou suscetíveis à alteração devido à intensa ou moderada atividade próxima, sobre ou conjunta. Goeldner e Ritchie (2011), afirmam que o turismo envolve o turista e o destino de forma a ocasionar o contato entre as duas partes, de forma benéfica ou não. O turismo, para os autores, está a ser definido como um conjunto de processos advindos das relações e interações entre turista e local ou comunidade visitada. Os autores apresentam o turismo como atividade que engloba as relações para com a indústria (como a alimentícia, de transportes, de eventos, de hospedagem e de entretenimento), além de que o turismo pode alcançar o ambiente com atividades de recreação ao ar livre.

Goeldner e Ritchie (2011) apresentam os recursos contactados pelo turismo como naturais e locais, definindo-os como fisiográficos (a natureza e aparência da paisagem), climáticos (tipo de clima durante determinados períodos anuais e como condições climáticas) e, como parte do ambiente natural, as pessoas, que são categorizadas individualmente pelos

autores como os residentes pertencentes ao destino e os potenciais ou atuais visitantes ao destino/local. Estes recursos, portanto, estão suscetíveis a recepção do contato dos processos, atividades e resultados provenientes do turismo.

Seguindo as interpretações dos autores Goeldner e Ritchie (2011), o entendimento do fenômeno do turismo compreende as Ciências Humanas e Sociais (necessita de tratamento e estudo do comportamento, visitação, planejamento, estratégia, visão, organização, avaliação, filosofia, impactos e experiências), Exatas e da Natureza (investimento e monitoramento) e ainda áreas de Ciências interdisciplinares (Marketing, planejamento e desenvolvimento). O ambiente em que o turismo é construído, de acordo com estes autores, a depender da informação, tecnologia, governança, superestrutura e infraestrutura e cultura; Da hospitalidade fornecida pelos operadores do turismo (a indústria ou espaço físico) e; Do desenvolvimento, fomento e catalisador do turismo, que se dão pelo setor privado (Associações locais e regionais de turismo, convenções e indústrias) e pelo setor público (Escritórios locais, nacionais e globais governamentais de turismo e políticas públicas para o turismo).

Desta forma Goeldner e Ritchie (2011), consideram o ambiente construído como mais uma dimensão do fenômeno, uma dimensão criada pela humanidade que inclui a cultura dos residentes da região anfitriã, que não pode e não deve ser mudada ou adaptada apenas para melhoria do desenvolvimento turístico, pois essa é a mais permanente característica da sociedade. O turismo, desta forma, é visto como um fenômeno que ocorre em volta à diversas interações, e seu desenvolvimento só pode ocorrer com o planejamento dos mais diversos setores, e ainda, deve ser apoiado pela comunidade anfitriã.

O turismo como fenômeno global, segundo Mário Carlos Beni, está presente em todas as regiões do globo terrestre, de forma que é quase impossível a existência de um local onde o turismo não alcance (Beni⁴ 2002, *apud* Körössy, 2008 p.57). O turismo se apresenta como setor naturalmente suscetível à causa de danos ambientais, considerando a concepção de Goeldner e Ritchie (2011) sobre recursos naturais e locais e que para a realização da atividade turística, é exigido o deslocamento e contato do indivíduo até o destino (Cunha⁵ 1997 *apud* Körössy, 2008 p.58).

⁴ Beni, M. C.. Análise estrutural do turismo. Ed. Senac: São Paulo 2002

⁵ Cunha, L. Economia e política do turismo, McGraw-Hill: Alfragide, 1997

Esta predisposição a causar danos, é proveniente do fato de que excessos causam danos, principalmente ao haver mau planejamento e desconhecimento dos fatores relacionados às suas práticas e possibilidades de realização.

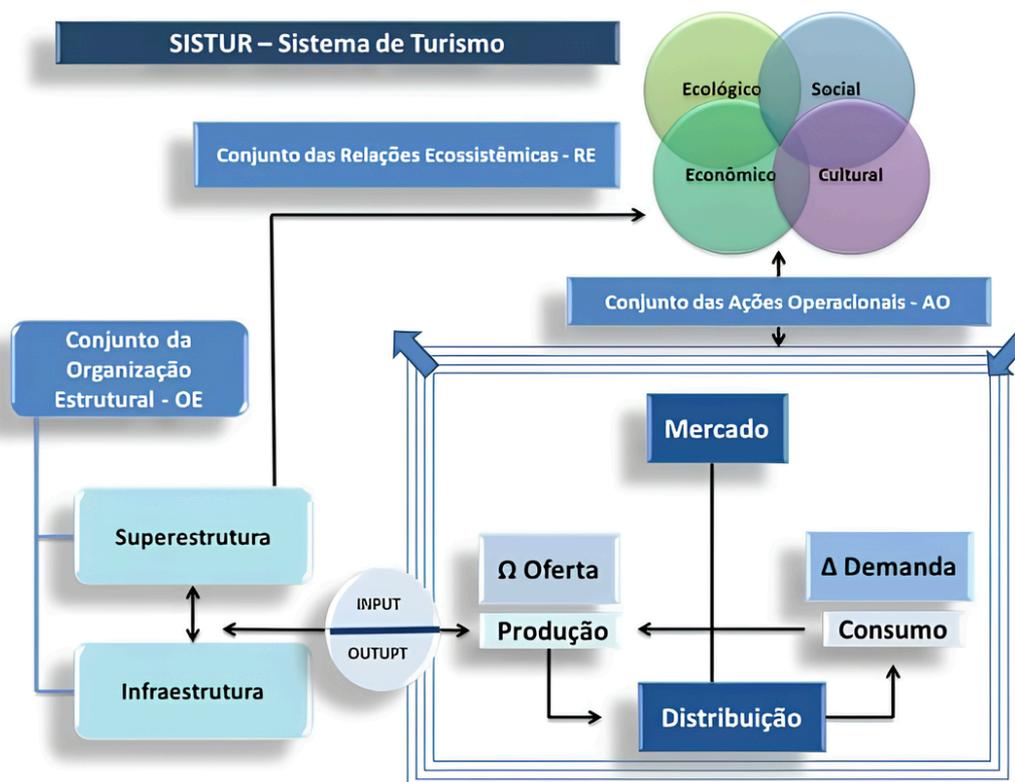
As consequências do grande afluxo de pessoas nesses ambientes - extremamente sensíveis - fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas se apresenta como fundamental para evitar os danos sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras. (Ruschmann, 2016, p.4)

A movimentação do turista até determinado lugar envolve o contato com outra cultura, meio ambiente ou com autóctones (Körössy, 2008 p.59). Este contato, quando não supervisionado e sob fraca ou nenhuma gestão preocupada com a incidência do turismo, resulta em ausência de sinalizações, vistorias e projetos, que ocasionam a realização do turismo de forma indevida e suscetível à incidência de crimes ambientais e acidentes. Esta informação, considera a transformação paisagística que o contato humano por meio do turismo pode causar, como os danos de fácil localização, danos que apenas serão notados posteriormente ou danos pouco visíveis mas que, poderão acarretar futuros desastres ou perdas paisagísticas (Faria *et al.* 2010).

Beni e Moesch (2015), apresentam o turismo enquanto ciência pela teoria da complexidade, abordando os conceitos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Estes conceitos, para os autores, possuem objetivos de superar possíveis limitações encontradas em abordagens anteriores. Os autores afirmam por meio dessa abordagem que o conhecimento deve passar por processos de construção diretamente relacionados à sua contextualização. Portanto o turismo enquanto ciência na visão dos autores, é interdisciplinar, deve caminhar entre duas disciplinas ou mais, de forma a desenvolver novos conceitos e categorias de análise. Deve também ser transdisciplinar, ultrapassando a disciplinaridade e reconhecendo a interdependência de cada aspecto a ser abordado, o que permite o relacionamento entre diversas áreas da ciência.

Compreende-se portanto, que o turismo possui uma grande complexidade a ser estudada e trabalhada pelos futuros e atuais profissionais da área. Mario Carlos Beni (2015) apresentou em 1990, o SISTUR (Sistema de Turismo), para suprir a necessidade de formas de se estudar profunda e rigorosamente, de forma científica, abrangente e ágil o turismo (Beni, 1990). Esta apresentação de Beni, apresentada pela **Figura 1**, tem como pressuposto a teoria dos sistemas ou abordagem sistêmica para compreensão do turismo como ciência.

FIGURA 1 – Sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni



Fonte: Reproduzido de Beni e Moesch (2017, p.443) e Beni e Moesch (2015, s.p.)

Beni conclui que a complexidade do fenômeno e da atividade do turismo, “pode ser reduzida a um modelo referencial, que utiliza a noção de Sistemas para retratar toda a riqueza e dinâmica das variáveis envolvidas”(Beni, 1990, p. 33). A partir do SISTUR, o turismo passa a ser analisado como uma atividade compreensível, apesar de toda a dinâmica que este fenômeno apresenta.

O SISTUR, enfim, instrumentaliza o estudioso, dando-lhe meios para utilizar matrizes de relações entre funções do turismo e operadores do sistema, convergentes para a adoção de modelos matemáticos que, além de serem inovadores, constituem-se em verdadeiros precursores de uma abordagem e de uma investigação rigorosamente científicas do turismo.(Beni, 1990, p. 34)

Esta compreensão que Beni pretende alcançar com o SISTUR (FIG. 1), pode ser analisada pelo Conjunto das Relações Ecosistêmicas (RE) e o subsistema ecológico apresentado. Este subsistema tem como elemento, de acordo com Beni, a contemplação e o contato com a natureza. Apesar do potencial de preservação ambiental, Beni apresenta as consequências do turismo realizado em ambientes naturais.

Compreender os resultados da ação humana em ambientes naturais é necessário para compreender a necessária gestão eficiente destes locais, mesmo que estejam fora de qualquer

legislação vigente de proteção ambiental, bem como o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). O *overtourism* já representa o primeiro erro da gestão de áreas naturais, com atividades fora de controle e de forma desordenada, sobrecarga de serviços e equipamentos ofertados (Vieira *et al.*, 2022, p.19). Seguindo o SISTUR, o *overtourism* em ambientes naturais, é representado pelo excesso da demanda, ou seja, o número de turistas excede a capacidade máxima da infraestrutura local.

Compreendendo as Relações Ecológicas, especificamente o sistema ecológico, os impactos negativos podem ser a degradação de ecossistemas, poluição e sobrecarga de recursos naturais. Quanto às Ações Operacionais, tem-se a oferta e demanda, que pode ser utilizado como ferramenta limitadora a este tipo de turismo por meio da gestão da capacidade de carga. Esta ação tem por objetivo controlar o uso dos recursos naturais como atrativos turísticos (Fernandes, 2005). O *overtourism*, portanto, de acordo com as características apresentadas pelos autores anteriormente citados, é decorrente de fatores gerenciais institucionais dos profissionais do turismo (A falta da definição de limites de carga) e municipais (A falta de limitações e restrições sobre os ofertantes de serviços turísticos e planos de ação para periódica avaliação dos recursos naturais).

Ao analisar o contexto da existência do turismo no globo terrestre passado por Beni (*apud* Körössy, 2008, p.57), em que o turismo está presente em qualquer lugar, inclusive em locais que devem ser protegidos das ações antrópicas, e de acordo com as concepções de Goeldner e Ritchie (2011) sobre os recursos necessários para a existência do fenômeno, estas regiões estão suscetíveis, independentemente das ações sobre tal para sua preservação, aos danos causados pelo ser humano. É indispensável a reflexão quanto às alternativas e possibilidades para viabilizar o turismo reduzindo os danos ambientais e realizar a gestão dos danos causados, contudo, não compete apenas aos operadores e responsáveis pela oferta turística e gestão do recurso natural, ele também depende do turista e da formação do indivíduo para se tornar turista (Faria *et al.* 2010).

Seguindo a definição de Beni⁶ (*apud* Fonseca Filho, 2007) sobre a complexidade do fenômeno, que caracteriza sua manifestação como algo turvo, impossível de ser apresentado exatamente como se deveria, existe a possibilidade de ambas as partes falharem durante o processo, tanto a região anfitriã quanto a população visitante. Portanto, ao considerar a epistemologia da ética e da hospitalidade, o turista deve ser acolhido com hospitalidade pela região anfitriã, enquanto este deve tratar com ética os valores sócio culturais, ecológicos e étnicos dos seus anfitriões e outros turistas.

⁶ Beni, M. C. Análise estrutural do turismo. 1998

O estudo de Beni realizado a partir do SISTUR, apresenta uma característica da aplicação do estudo científico do turismo. Esta análise, segundo Beni (1990) exige a aplicação de métodos e teorias científicas para análise e compreensão, a fim de solucionar complexos problemas associados ao turismo enquanto fenômeno. Este estudo científico do turismo, segundo o autor, envolve a compreensão de áreas como a geografia, sociologia, economia, ecologia e gestão, e ainda utiliza de ferramentas e modelos para que a compreensão do turismo enquanto fenômeno seja alcançada de forma sistemática e estruturada.

Para que seja possível a gestão eficiente do turismo em áreas naturais, é essencial o prévio estudo científico, além de análises interdisciplinares por parte de turismólogos e gestores ambientais e outros especialistas de áreas relevantes à atividade. Seixas e Lobo (2023), apresentam como exemplo, um gráfico mapeando diretrizes para a gestão responsável em praias turísticas, especificamente na UC do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Essa abordagem dos autores, demonstra a possibilidade de desenvolver o turismo de forma equilibrada, possibilitando ainda uma análise detalhada do espaço a ser estudado.

No **Quadro 2** é possível observar a gestão do uso de uma Unidade de Conservação (Parque Estadual de Ilhabela), ao pensar em atividades como eventos e seus impactos como o descarte de resíduos, considerando aspectos legais e diretrizes normativas. Considera também negócios e empreendimentos que oferecem serviços que contatem diretamente o meio ambiente, como os passeios náuticos. Os autores também consideram necessidades fisiológicas humanas e infraestrutura local, pública e privada para recepção turística e manutenção do espaço, sempre considerando opções sustentáveis para manutenção ambiental.

QUADRO 2 – Mapeamento de diretrizes para a Gestão Responsável das praias

Ponto de Fragilidade	Proposta de solução	Como solucionar
Eventos	Exigência de elaboração de protocolo de gestão de resíduos de eventos e empreendimentos	Lei municipal; Grupo de Gestão Colaborativa; Revisão do Plano de Manejo do PEIb e diretrizes para a gestão dos resíduos.
Empreendimentos turísticos na praia e proximidades (Alimentos e Bebidas)	Limitar crescimento e abertura de novos empreendimentos; Proibição de produtos descartáveis plásticos Incentivos fiscais aos que cumprirem com diretrizes responsáveis;	Revisão dos Planos Municipais (PGT, Diretor); Lei Municipal.

	Ações de educação dos empreendedores.	
Empreendimentos turísticos de esportes e passeios náuticos	Controle de uso do espaço por gestão coletiva; Controle de crescimento das marinas; Controle de resíduos sólidos; Políticas de incentivos fiscais.	Revisão de Planos Municipais (PGT, PMMA, Diretor); Lei Municipal; Criação de Câmara Técnica de Esportes e Passeios Náuticos, como parte do Conselho do PEIb, com voto e cadeira representativa.
Banheiro Público	Construção de banheiros ecológicos anexos aos empreendimentos de A&B, de livre acesso ao consumidor e não consumidor como medida de proteção e compensação ambiental	Revisão dos Planos Municipais (PGT, PMMA, Diretor) Lei Municipal
Espaço de uso coletivo (Toda a área da praia)	Proibição do consumo de cigarros em toda a área costeira	Lei Municipal
Consumo de bebidas alcóolicas	Informativos na praia dos perigos representados; Informativos na praia de responsabilização por acidentes ocasionados pelo consumo em local inapropriado	Lixeiras com sinalização e específicas; Instalação de placas informativas e responsabilidades assumidas; Ações de Educação Ambiental do Conselho Consultivo de Educação Ambiental e do Conselho do PEIb
Resíduos sólidos	Placas educativas de aspectos naturais e ambientais da vegetação, mangue e ambiente marinho; Disposição de lixeiras fechadas(a prova de ventos e chuvas); Placas estimulando responsabilização pelo lixo produzido.	Lei municipal; Aplicação de multas.
Atividades turísticas em áreas com comunidades tradicionais	Propostas passadas pelas comunidades e construídas coletivamente para engajamento, pertencimento, aprovação e funcionalidade	Conselho Deliberativo/ Consultivo - Comunidades Tradicionais; Revisão do Plano de Manejo do PEIb Lei Municipal;
Acesso turístico por via marinha em	Sob autorização e controle da comunidade local, via conselho	Conselho Deliberativo/Consultivo,

praias afastadas	consultivo	Comunidades Tradicionais Revisão do Plano de Manejo do Peib Lei Municipal.
------------------	------------	---

Fonte: Adaptado de Seixas e Lobo (2025, p.31 - 32)

Seixas e Lobo (2023) propõe soluções para pontos de fragilidade em uma Unidade de Conservação, utilizando de estudos científicos de diversas áreas para compreensão das atividades a serem realizadas, como a classificação e protocolos de tratamento de resíduos sólidos (Brasil, 2020). Ademais, a produção de placas informativas e educativas ou de interpretação ambiental de aspectos naturais e ambientais, acerca da fauna, flora e tipos de terreno, dependem do conhecimento da geografia e biologia, somados à Educação Ambiental e outras formas de passar o conhecimento e sensibilizar o visitante.

Portanto, de acordo com a definição de ciência, passada pelo autor Alan Chalmers, em sua obra “O que é ciência afinal?” (1993), este é um processo que utiliza da coleta de dados, debates teóricos, críticas e mudanças de paradigmas, que pode ser influenciado por teorias, contextos históricos e sociais. A ciência para Chalmers é uma construção complexa, que pode ser falível, mas ainda assim, é a melhor ferramenta para compreender o mundo de forma sistemática e crítica.

No caso do turismo e da governança regional/ local para o turismo, a ciência é posta em prática ao utilizar de estudos científicos para a gestão da atividade turística e da economia em prol do turismo, bem como demonstrado no **Quadro 2**. A coleta de dados, análises críticas e debates teóricos, também são fundamentais para esta governança, e segundo Chalmers (1976), esta abordagem reflete a aplicação da ciência.

Desta forma, conclui-se que o turismo é um fenômeno, decorrente do deslocamento de pessoas de um ponto a outro com objetivo de lazer, ocasionando o contato entre turistas, comunidades e com o ambiente físico e social (Trindade; César; Vianna, 2019) e uma ciência que torna crucial a compreensão dos aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos para o estudo e gestão do turismo. Este espaço em que o fenômeno ocorre, quando analisado enquanto atividade sócio-econômica, ambiental e cultural pode se tornar compreensível e gerenciável aos olhos da governança regional e local.

As instâncias de governança constituem espaços de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo sustentável. A cooperação entre organizações torna-se fundamental na estruturação da governança local em busca de um padrão sustentável de desenvolvimento e na busca por competitividade para as empresas. A governança regional e local, por sua vez, pode ser entendida como a capacidade que um

determinado governo tem para formular e implementar políticas, ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento de uma determinada região e/ou localidade. (Trindade; César; Vianna, p.656, 2019)

Esta governança, de acordo com os autores, pode advir da cooperação entre organizações, de forma “financeira, gerencial e técnica”, até que possa se tornar o principal instrumento para seu próprio desenvolvimento. Ruschmann⁷ (2003 *apud* Trindade; César; Vianna, 2019) define este planejamento, como um processo com vistas a determinar os objetos do trabalho, ordenar recursos materiais e de pessoas, definir métodos e técnicas aplicáveis, estabelecer formas de organização e expor apuradamente as especificações necessárias para a conduta durante execução dos trabalhos de forma a alcançar resultados esperados.

3.3 Meio ambiente para o turismo

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), artigos 2 e 3 da Lei Federal 6.938 de 31 de agosto de 1981, Meio ambiente se trata do conjunto de leis, condições, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, e este se trata de patrimônio público que deve necessariamente ser assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo sustentável. A PNMA tem por objetivo preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental benéfica à vida. Esta, busca assegurar no País as condições para o desenvolvimento sócio-econômico. Esta política também define como poluição a alteração negativa da qualidade ambiental direta ou indiretamente que prejudique a saúde dos seres vivos, bem estar da população, cria condições adversas à atividades sócio-econômicas, afetam negativamente a biota e afetam negativamente padrões ambientais estabelecidos.

O Decreto - Lei nº 134 de 1975 do Governo do Rio de Janeiro, art. 1º, define como meio ambiente todas as águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, o ar e o solo. Segundo a Lei Estadual de Santa Catarina, nº 5.793 de 1980, o meio ambiente é a interação de fatores químicos e biológicos que condicionam a existência dos seres vivos e dos recursos naturais e culturais. Este Decreto também estabelece que a poluição se trata de alterações, sejam físicas, químicas ou biológicas, causadas no meio ambiente por meio de matéria ou atividades humanas, sejam de forma direta ou indireta.

⁷ Ruschmann, D. V de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 2003

A lei nº 7.772 de 1980 do estado de Minas Gerais, define como meio ambiente no art. 1º, o espaço no qual são desenvolvidas as atividades humanas e a vida dos animais e vegetais. Reis (2001) afirma que o meio ambiente é a interação entre os meios físico, biológico e socioeconômico, de forma que o meio físico é responsável por propiciar suas características, isto por meio de fluxos de energia e matéria, enquanto os meios socioeconômicos possibilitam a regulação dos processos do meio físico. A poluição de acordo com esta lei, se refere a quaisquer alterações físicas, químicas ou biológicas que aflijam o meio ambiente e prejudicam a saúde de seres vivos, cria condições adversas à atividades sócio-econômicas ou ocasiona danos à acervos históricos, culturais e paisagísticos.

O meio físico, se trata portanto, de acordo com Reis (2001) de processos sucessivos com relação causa e efeito, que possuem como componentes materiais os solos, as rochas, o ar e as águas, além das formas de energia provenientes da gravidade, energia solar, energia interna terrestre, etc. O autor ainda apresenta como processos do meio físico, erosão pela água e pelo ar, a queda de blocos rochosos, inundações, radioatividade, etc. Desta forma, de acordo com o Roteiro Metodológico para Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo (2021), o meio físico, se trata da geologia, geomorfologia, clima, recursos hídricos superficiais e subterrâneos, pedologia e dos solos. O meio biótico se trata da vegetação, o que inclui sua tipologia, ocorrência e particularidades em um determinado local e também se trata da fauna.

O meio antrópico, em acordo com o Roteiro Metodológico citado, se refere ao histórico de ocupação da área de estudo, patrimônio histórico cultural e artístico, sítios arqueológicos e também do patrimônio imaterial. Esta definição, pelo referido Roteiro Metodológico, trata para além das questões históricas e patrimoniais, se refere também à ocupação humana e as populações; da dinâmica geográfica, como o crescimento demográfico e sua densidade; econômica, que se trata da empregabilidade e atividades econômicas; social, como as condições de vida e a matriz social; territorial, como as ocorrências de infrações ambientais e empreendimentos e; jurídico institucional como as políticas públicas e instrumentos de ordenamento territorial.

O meio ambiente, portanto, está relacionado também ao meio antrópico, considerando que, assim como mencionado anteriormente por Reis (2011), a dinâmica política, social e econômica, irá regulamentar o uso do meio ambiente pelo ser humano. Com estas ações, portanto, pode se tornar viável a presença antrópica de forma temporária ou permanente pela humanidade, que é garantido por regulamentações e leis de uso e ocupação do solo.

O art.225 da Constituição Federal de 1988, afirma que “ todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” e que é um bem de uso comum da população e é fundamental para a qualidade de vida. O art. 225 impõe não apenas ao poder público, mas também à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, com vistas à sua permanência às presentes e futuras gerações.

A Lei nº 6.938 de 1981, que dispõe da Política Nacional do Meio Ambiente, foi estabelecida em prol da proteção, preservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental. A Lei nº 9.605, de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas relacionadas aos crimes ambientais, nas quais, o indivíduo que pratica os crimes previstos na referida lei, ao saber da conduta criminosa alheia ou deixar de impedir a sua prática quando a poderia evitar, será penalizado de acordo com a gravidade.

Portanto, de acordo com a legislação brasileira, é de obrigação de todos a preservação e proteção do meio ambiente, sujeitos à sanções penais aqueles que não a cumprirem. Desta forma, para que sejam evitados os crimes ambientais, é válido que a Educação Ambiental seja aplicada de forma intrínseca à educação básica nacional. Quanto à conservação da natureza, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Esta Lei, define como UC o espaço territorial e seus recursos ambientais, com objetivo de conservação.

Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Brasil, art. 2º, II, 2000).

As Unidades de conservação, de acordo com o SNUC, podem ser classificadas como públicas ou privadas, estas têm por objetivo conservar e possibilitar o manejo de condições ambientais. Estas são áreas de proteção, que surgiram após seu primeiro marco, “a criação da primeira área protegida do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone (Yellowstone National Park) nos Estados Unidos, em 1872” (Cavalcante; Furtado, p. 02, 2011). O modelo deste parque, de acordo com os autores (Cavalcante; Furtado, 2011), originou uma grande estratégia de conservação da natureza, ao vincular a proteção do meio ambiente à exclusão de atividades de exploração de recursos. Ao mesmo tempo este modelo permitia seu usufruto em prol do lazer e turismo, apresentando de forma prática uma das formas da relação homem - natureza.

Para Cavalcante e Furtado (2011), as UCs, se constituem após estas estratégias de conservação do meio ambiente, devido ao período em que o meio ambiente preservado se

constitui como um forte produto turístico. Desta forma, os autores afirmam que áreas remotas e territórios com pouca ou nenhuma alteração ambiental, se transformam em destinos turísticos. As Unidades de Conservação são poderosos instrumentos para a promoção da EA, considerando a presença do ambiente preservado em suas limitações (Madeira, *et al.*, 2019). Os autores anteriormente citados, consideram como uma possibilidade de implementação da EA em UCs, a obrigatoriedade de visita à palestras de EA, incluindo trabalhos pedagógicos e práticos temáticos para recepções escolares, considerando também a entrega de materiais educativos e promoção de eventos sobre a EA para populações autóctones.

Algumas ações de EA que deveriam ser implantadas e trabalhadas de forma adequada para que o trabalho de conscientização seja eficaz, baseando-se em ações governamentais de apoio e incentivo a causa, como por exemplo, garantir recursos destinados às unidades de conservação para a formação de profissionais qualificados, realização de fóruns regionais de EA, nos momentos de visita às unidades tornar obrigatório primeiramente a passagem do visitante por uma palestra de educação ambiental, incluir trabalhos pedagógicos e práticos com o tema para receber grupos escolares, distribuição de material educativo, promover eventos com o tema para a população local. (Madeira, *et al.* p. 30, 2019).

Estas considerações dos autores, são ponderadas devido ao desenvolvimento das UCs e de comunidades regionais graças ao turismo, que interliga diversos segmentos que se encontram nas listas de consumos dos turistas. Por isso, os autores apresentam como uma necessidade o desenvolvimento planejado do turismo em ambientes naturais, de forma que não seja construído e mantido como atividade danosa, desordenada e degradante.

3.4 Educação ambiental

A Lei nº 9.795, de 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta lei apresenta a EA (Educação Ambiental) como um “componente essencial e permanente da educação nacional”, de forma que este deve ser presente de forma articulada “em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Esta Lei, elaborada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental, relaciona esta prática educativa à parte do processo educacional nacional em âmbitos formais e não formais. Da sua seção III que dispõe da Educação Ambiental Não Formal, “Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais”(Brasil, 1999), além da organização em prol da defesa da qualidade, preservação e conservação do meio ambiente. A Lei de Educação Ambiental, apresenta em parágrafo único o dever do Poder Público de todas

as esferas a sensibilizar a todos quanto ao meio ambiente e sobre a importância das Unidades de Conservação, além de incentivar o ecoturismo.

O Poder Público, de acordo com a referida lei, deve definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, de forma a promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, de forma a engajar toda a sociedade a proteger, conservar e melhorar o meio ambiente. Já as instituições de ensino, devem promover a educação ambiental de forma integrada a quaisquer programas educativos desenvolvidos (Brasil, 1999). A sociedade também tem seus deveres segundo a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, no caso, deve se manter em permanente formação e atentos aos valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva em prol da prevenção e solução de problemas ambientais.

Considerando a EA segundo a pedagogia de Paulo Freire, que a define como uma forma de educação política e não como forma de disseminação de conhecimento científico ambiental, esta é vital para a permanência da humanidade em um local preservado e equilibrado, considerando a escassez dos recursos e o uso e desuso irracional dos recursos naturais do planeta terra. Ao pensar criticamente na atual característica da sociedade, em seus escassos recursos e no setor industrial com o uso e desuso desenfreado, ao problematizar a humanidade e tal caráter, reeducar por meio da EA, pode ser possível a busca por alternativas às problemáticas desta época (Dickman, 2021).

A EA, como forma pedagógica, necessita de especialistas que irão cumprir o papel de educador. Para isso é considerável pensar em sua formação sob a ótica socioambiental, de forma a problematizar os processos de preparação à “práxis educativa”, desde o ensino básico ao superior, de instâncias informais de educação até processos de formação advindos de Políticas Públicas (Dickmann, 2021). Esta é “uma dimensão da educação, uma atividade que induz no desenvolvimento dos indivíduos um caráter social em sua interação com a natureza e com os seres humanos” (Santos *et al.* 2016).

Portanto, a EA deve ser compreendida como educação política, bem como na visão de Paulo Freire, em uma dimensão a ser trabalhada de forma interdisciplinar que seja necessariamente transversal à educação escolar, não se tornando uma disciplina isolada (Dickmann, 2021). De acordo com o autor, a Educação Ambiental se trata de um conjunto de práticas que possibilitam “a construção de uma práxis socioambiental”, de forma que os envolvidos adotem novas práticas e atitudes políticas, sociais, ambientais, históricas e culturais.

Ao considerar que todas as formas de relações sociais possuem como consequências, impactos positivos ou negativos, significantes e insignificantes, isto pela sociedade ser incapaz de existir fora do meio biofísico (Dickmann, 2003), é preciso que a educação haja anteriormente ao desenvolvimento social do individual e do coletivo, e ainda sobre as interações humanas e comportamentos sociais que envolvem o contato com os mais diversos ambientes.

A educação, para Brandão (2017), se trata de uma dinâmica de serviço ético e humilde, referente à contribuição para o desenvolvimento de laços e atitudes hospitaleiras do indivíduo. O autor traz a ideia de que todos os indivíduos possuem a qualquer momento de sua vida, a capacidade de se desenvolver e se aperfeiçoar. De acordo com o autor, todos podem aprender em qualquer momento da vida, definindo como ético e responsável da parte do ser hospitaleiro a disponibilidade de escutar, pois esta atitude é o que possibilita o anfitrião entender o hóspede.

3.5 Turismo no meio ambiente

De acordo com Luchiari (2000), o turismo em ambientes naturais, tem como pressuposto a qualidade de vida que estas áreas podem proporcionar ao indivíduo. Tulik (1992), aponta que a diversidade de características geográficas no mundo, desde a antiguidade, muitas vezes contribuem para a escolha do local das atividades de lazer. De acordo com o autor, a crescente preocupação com a preservação ambiental, com a saúde, descanso físico e fuga dos centros urbanos trouxeram para o patrimônio natural grande visibilidade.

Tulik (1992) relaciona a conquista trabalhista das férias ao turismo ocorrido em ambientes naturais, que antes era associada ao repouso e recuperação, porém foi tornando-se momento de aproveitamento máximo, “induzindo ao lazer ativo”, a descoberta, à aventura e ao conhecimento da variedade e riqueza cultural e natural”. A autora afirma também que a crescente preocupação populacional com o bem estar e a saúde somado a intensas propagandas turísticas, desenvolveram o turismo de meio ambiente.

Com o aumento populacional nos anos 1970 e o grande desenvolvimento industrial, houve como consequência impactos ambientais consideráveis, incumbindo à sociedade maiores preocupações com o chamado desenvolvimento sustentável (Körössy, 2008). Para a autora, o turismo como atividade humana foi de extrema relevância durante período de redução de tempo de trabalho e instituição de férias remuneradas.

Algumas das primeiras e mais conhecidas menções sobre a sustentabilidade, por Rachel Carson e Dennis & Donella Meadows, de acordo com Körössi (2008, p.60), associam os impactos ambientais negativos com o desenvolvimento tecnológico acelerado com vistas à lucratividade industrial. Ponderar as primeiras menções à sustentabilidade também é essencial, considerando um cenário no qual é comum a constante degradação ambiental em prol da lucratividade e a consideração do desenvolvimento sustentável para qualquer setor econômico.

O desenvolvimento sustentável se refere portanto, à harmonia entre os interesses econômicos e as questões ambientais Elkington⁸ (*Apud* Estender; Pitta, p.22, 2008). Este conceito passado por Elkington, foi aceito como um desafio que resultaria em eficiência e redução de custos. O conceito de desenvolvimento sustentável, por fim, evolui para a atualidade, de forma que este se compõe pelos três pilares: social, econômico e ambiental (Estender; Pitta, 2008).

Os autores (Estender; Pitta, 2008) apresentam os três pilares do desenvolvimento sustentável, e o primeiro, o pilar econômico, se refere à capacidade lucrativa de uma empresa, ou seja, está relacionado aos números destas. O pilar social, pode de acordo com os autores, estar relacionado à equidade social, enquanto também pode se referir apenas a qualidade do sistema social em prol do desenvolvimento econômico. Por fim, o pilar ambiental, para os autores, irá levar em consideração para o desenvolvimento econômico o capital ambiental disponível para uso, utilizado e a ser impactado pelas suas atividades, de forma a possibilitar uma análise sobre os significativos impactos negativos ao equilíbrio natural.

Quanto à ecologia, foi um termo pouco conhecido, que foi difundido e tornado uma causa social global atualmente, isso graças à publicação de Rachel Carson (1962) “*Silent Spring*”. Rachel apresenta a ecologia como uma ciência que estuda as interrelações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem, considerando também as consequências de perturbar estas complexas relações entre os seres vivos e o ambiente. Carson afirma que a humanidade faz parte do meio ambiente, e que a poluição que afeta os rios, animais, jardins e florestas também a afeta, para realizar esta comunicação, ela apresenta a destruição ecológica como uma violação do sistema ecológico, que pode ocasionar a extinção de espécies de fauna e flora. Além dos impactos naturais que podem surgir com estas situações, a autora ainda menciona o papel de cada espécie para a ecologia, cada uma com sua respectiva função.

O termo desenvolvimento sustentável foi estabelecido em 1987, durante o Relatório Brundtland da ONU, estabelecendo que o desenvolvimento sustentável significa satisfazer as

⁸ Elkington, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

necessidades do presente sem que sejam comprometidas as possibilidades e capacidades das próximas gerações satisfazerem as suas próprias (Torresi, Pardini e Ferreira, 2010). Este termo de acordo com os autores mencionados anteriormente, deve ter obrigatoriamente em consideração a sustentabilidade ambiental, econômica e sociopolítica.

Körössy (2008), afirma que o desenvolvimento sustentável está estreitamente associado ao turismo, mesmo que não tenha sido objeto de referência para a indústria durante o Relatório de Brundtland da ONU. Contudo, havendo conhecimento sobre esta relação turismo - meio ambiente - sustentabilidade, em 1981, é instituída uma política nacional de meio ambiente, junto com fortes tentativas de unir o turismo com questões ambientais (Becker, 2001). Para tanto, de acordo com Becker (2001), é lançado pela Embratur de forma oficial, o produto turismo ecológico. Becker (2001) e Körössy (2008) apresentam a Conferência Mundial Rio 92, adicionando o turismo na agenda 21, colocando a atividade como relevante instrumento para desenvolvimento regional. Lima (2021) apresenta o desenvolvimento sustentável, com base na *United Environment Programme (UNEP)* e *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*, afirmando que este é um processo que envolve alcançar melhoria de vida para comunidades.

O turismo desde seu surgimento, envolve o contato com o ambiente ao considerar o deslocamento do indivíduo de um lugar ao outro e, mesmo que não incluso dentre as principais áreas causadoras de impactos ambientais, ainda possui carga de responsabilidade, que pode ocorrer de forma direta ou indireta (Guimarães e Braga, 2024). Estes impactos ambientais, podem surgir diretamente em casos de uso impróprio do ambiente em que o turismo é realizado, ou seja, pelo contato humano com a natureza e de forma indireta pela má escolha da forma escolhida para a prática da atividade.

Impactos como a poluição atmosférica, no qual grande parte da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, são provenientes de companhias aéreas responsáveis pelo turismo, além de agências de viagem que operam ônibus vans e carros de turismo, estes, com mal escolha de combustível e às vezes transportando menos passageiros do que sua capacidade máxima, sem a opção de alterar para veículos menores. (Guimarães e Braga, 2024, p.173)

O turismo, por depender de energia proveniente de combustíveis fósseis para o transporte, se responsabiliza por grande carga de emissão de CO₂, além de outras formas de emissão, que são provenientes dos setores de alojamento e atividades de lazer e recreativas (Grimm; Sampaio, 2017). O turista conseqüentemente, ao entrar em contato com o meio ambiente, segundo os autores previamente mencionados, pode causar também impactos extra ambientais, bem como gerar empregos, aumentar a renda localizada e estimular o

desenvolvimento econômico em níveis locais, regionais, estaduais e nacionais (Hintze, 2009). Contudo, estes impactos podem também ser negativos, substituindo os empregos e ocupações tradicionais por subempregos ou más condições trabalhistas (Hintze, 2009), havendo ainda, a possibilidade da perda de valores e tradições ao considerar a homogeneização de culturas (Serrano⁹, *apud* Hintze, 2009).

3.6 Educação ambiental para o desenvolvimento do turismo

O desenvolvimento de quaisquer atividades com vistas à preservação ambiental, exigem como base o estudo da área a ser desenvolvida, bem como suas dimensões ecológicas, culturais e socioeconômicas (Bezerra; Feliciano; Alves, 2008). Para os autores mencionados, a existência desta necessidade, se dá pela fundamental compreensão dos diversos componentes ecossistêmicos, incluindo o ser humano e suas atividades.

Os autores afirmam a importância da compreensão do ser humano sobre o meio ambiente para a elaboração de estratégias de desenvolvimento ecológico. Portanto, para Bezerra (*et al.*, 2008), é necessária uma percepção ampla e conhecimento científico do meio ambiente por aqueles que irão atuar na promoção de atividades correlatas à natureza, atividades estas, nas quais se insere o turismo sustentável. Reigota¹⁰ (*apud* Carvalho e Costa, 2013), aponta também, a necessidade de conhecimento de visões ambientais específicas pelos profissionais a realizarem as atividades, isto para que seja possível identificar os mais diversos atores sociais envolvidos no contexto do meio ambiente.

No caso da atividade turística, que produz e se apropria dos espaços além de valorar determinadas paisagens, a conscientização ambiental torna-se necessária para que os diferentes sujeitos sociais envolvidos nestas práticas percebam suas ações diretas e indiretas no meio em perspectivas futuras. (Carvalho e Costa, 2013, p. 173)

Carvalho e Costa (2013) apontam a atividade turística como fenômeno que irá, necessariamente, utilizar do espaço para seu desenvolvimento, a ponto que, a atividade pode ser vista como geradora de notáveis transformações econômicas, somadas ao desenvolvimento da renda regional. Ao mesmo tempo, as autoras apresentam como uma contrapartida, a possibilidade do turismo contribuir para com crises ambientais, intensificado

⁹ Serrano, C. A., Bruhns, H. T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 4 ed. Campinas: Papirus. 150p. 2001

¹⁰ Reigota, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez: 1997

com a busca pelo meio ambiente natural e a fuga da urbanização por aqueles que buscam paz e equilíbrio físico e psicológico (Ruschmann¹¹, *apud* Carvalho e Costa, 2013).

Apesar da mencionada possibilidade do turismo desenvolver impactos diretos e indiretos no meio ambiente, é indispensável levantar a capacidade de atribuição de valor local e regional (Carvalho e Costa, 2013). A valorização de espaços naturais, sendo fundamentadas, desde os motivos de saúde física, mental e espiritual aos motivos de contemplação, podem e devem ser realizadas, de acordo com as autoras, para que o interesse e demanda sejam acrescidos. As autoras, afirmam que desenvolver atividades de educação ambiental em locais específicos que tratam do meio ambiente, podem ser fatores geradores de interesse do turismo ecológico. Ao disponibilizar atividades de EA para escolas, estudantes e para população, quando bem divulgadas, podem atrair também a comunidade e turistas que visitam os locais ao entorno (Carvalho e Costa, 2013).

Esta pesquisa demonstra, que o turismo de meio ambiente pode ser considerado uma atividade aliada à diversificação da oferta turística. Desenvolver produtos turísticos que visam à sustentabilidade, desde instalações energético-sustentáveis à áreas verdes, podem atrair e até mesmo desenvolver um público responsável preocupado com a sustentabilidade (Santos e Bernardes, 2019). A busca pela conscientização, criação e educação de um público consciente e preocupado com questões ambientais, deve ser ponderada ao buscar pelo desenvolvimento do turismo sustentável regional. Gândara, Brea e González¹² (*apud*, Santos e Bernardes, 2019), afirmam que o turismo sustentável deve ser considerado uma filosofia de desenvolvimento que possa definir metas de longo prazo, não apenas uma situação a ser alcançada.

O turismo é apontado como uma importante atividade geradora de desenvolvimento, não é a toa que em 2017 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas¹³, como o Ano Internacional do Turismo Sustentável, em reconhecimento ao grande potencial que o setor possui em contribuir para a redução da pobreza, promoção do entendimento entre os povos, respeito às diferentes culturas e preservação dos recursos naturais. (Santos e Bernardes, 2019, p. 670)

Assim como o turismo pode contribuir para geração de renda e diversificação da oferta turística, para as autoras o turismo sustentável pode contribuir para com o investimento em

¹¹ Ruschmann, D. **Turismo e Planejamento sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 1997

¹² Gândara, J. M. G., Brea, J. A. F., Gonzales, M. E. A. Hoteles sostenibles para destinos sostenibles. La Calidad Hotelera como instrumento para la sostenibilidad. In: **Congreso Hispano Francés de AEDEM**. n.19., 2005, Las Palmas, 2005

¹³ UNESCO. **A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. 2017. Disponível em:<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/>

medidas preservacionistas, valorização do meio ambiente e do contato com a natureza. As autoras mencionadas, também apresentam desenvolvimento social, o qual incentiva a participação e interação entre povos, possibilitando o encontro com outras realidades culturais.

A Educação Ambiental, quando promovida em conjunto à atividade turística, pode ser vista como uma forte aliada na prevenção de danos graves ambientais, sociais e econômicos (Santos e Bernardes, p 685). Esta união entre turismo e EA, para as autoras, pode “contribuir diretamente para a tomada de consciência e mudança de atitudes de turistas, funcionários e comunidade, estimulando a adoção de hábitos mais sustentáveis” (p. 685). A EA é definitivamente um exímio meio de alteração comportamental em relação ao meio ambiente, uma ferramenta que para além de possibilitar a melhoria da qualidade de vida, ainda pode atuar como principal meio de alcançar o Desenvolvimento Sustentável (Fernandes, 2015). O Desenvolvimento Sustentável, segundo Fernandes (2015), implica no progresso e na qualidade do progresso, além de integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões.

Para que o Desenvolvimento Sustentável seja alcançado por meio do turismo ecológico e de meio ambiente somado à EA, a diversificação da oferta turística é crucial, uma vez que esta favorece a valorização do produto regional e também a cultura de preservação local. Fernandes (2015), apresenta o desenvolvimento do turismo como um estímulo possível à conservação de ecossistemas, isto, a partir da introdução de princípios sustentáveis no setor.

Atividades de Educação Ambiental, podem ser desafiadoras para se aplicar ao público geral, contudo, ao serem vinculadas ao turismo, se tornam mais práticas e acessíveis. A EA pode surgir como um impulsionador do turismo, uma vez que, a partir de práticas experimentais, podem incentivar o afeto à natureza. Portanto, a sensibilização e consciencialização de populações locais, por intermédio de atividades de EA podem auxiliar no combate às práticas de turismo predatórias e prejudiciais ao ambiente (Fernandes, 2015).

A intervenção da EA não se limita à proteção do ambiente, mas também tem outros objetivos como: informar, consciencializar e sensibilizar a população de todos os setores, de todas as áreas sobre os problemas do ambiente e não só, problemas de outras áreas que afetam todo o planeta. A intervenção da EA é feita de várias formas, como por exemplo através do turismo, potencializando a participação da população na discussão e resolução destes problemas de uma forma mais informada e consciente, criando um desenvolvimento mais justo e sustentável. (Fernandes, 2015)

A natureza e o turismo, bem como a junção destes dois, podem ser vistos como recursos e fenômenos econômicos (Fernandes, 2015). Contudo, assim como qualquer recurso econômico, deve haver conscientização a respeito do seu fornecimento e consumo, para que

se torne mais acessível e melhor aproveitado pela população, de forma a também promover a oferta e a demanda destes fatores. Fernandes (2015) apresenta a atividade do turismo de meio ambiente como um espaço para aplicação da EA não formal, considera que, o turismo está cada vez mais necessitado da área ambiental.

Para a promoção do turismo por intermédio da EA, é necessária a sensibilização dos seres humanos com relação à natureza, como a vêem e como a utilizam. A EA, rompe as fronteiras da educação formal e se manifesta em comunidades tradicionais de maneira informal, alcançando estudantes de ensino básico, que podem gerar desenvolver vetores multiplicadores da EA, que irão atuar nesta sensibilização ambiental (Teixeira; Moura e Silva, 2018).

Teixeira (*et al.* 2018) apresenta a EA aplicada ao turismo, como uma ferramenta de melhoria e preservação do meio ambiente para a ocorrência e desenvolvimento do turismo enquanto fenômeno e atividade econômica. Isto, de acordo com os autores, ocorre devido a mitigação dos danos aos recursos naturais por meio da inserção da EA como teoria e prática no cotidiano da população circundante ao meio ambiente.

O desenvolvimento do turismo, se dá especificamente pela promoção da oferta turística de um destino, somado aos investimentos em infraestrutura para suporte do turista. Esta ação deve ser planejada e manifestada em conjunto à região, uma vez que o uso do espaço pelos moradores influenciará diretamente em sua conservação, promoção e manutenção. Portanto, a participação do Estado é direta, ao elaborar e aplicar políticas em busca de amplificar a viabilidade das atividades turísticas (Marques, 2025).

Este processo, para Marques (2025), não se restringe apenas ao campo do turismo, ao considerar que políticas públicas, quando bem desenvolvidas, em prol do planejamento e uso dos espaços, além de políticas de revitalização, ao serem postos de forma integrada à comunidade local e à iniciativa privada, podem desenvolver positivamente o turismo. Sauv e (1997) apresenta a tipologia das concepções sobre o ambiente na Educação Ambiental.

O **Quadro 3** apresenta de forma adaptada e reduzida, concepções passadas por Sauvé (1997) que representam o ambiente em rela o   sociedade, de forma a compreender a utiliza o e visualiza o.

QUADRO 3 – Tipologia das concep es sobre o ambiente na EA

Ambiente	Rela�o	Características	Metodologias
Como Natureza	Preserva�o	Natureza sagrada e intocável	Exibi�es; Imersão na natureza
Como recurso	Gestão sustentável	Uso racional para qualidade de vida	Certifica�es de sustentabilidade
Como problema	Solu�o de crises	Combate � polui�o e degrada�o	Projetos de recupera�o de áreas degradadas
Como lugar para viver	Cuidado e pertencimento	Integra�o cultural, natural, identitária	Mapeamento afetivo do território
Como biosfera	Como interdependência e compartilhamento	A Terra como Sistema independente (Gaia)	Narrativas científicas + Cosmovis�es indígenas e ancestrais
Como projeto	Participa�o e transforma�o social	Ambiente como espaço coletivo, justiça socioambiental	Projetos de economia solidária Fóruns participativos regionais Pesquisas participativas

Fonte: Adaptado de Sauvé, 1997 (Tipologia das Concep es sobre o ambiente na EA (Sauvé, 1992, 1994¹⁴))

Estas concep es passadas pela autora, demonstram diversas representa es do ambiente, e o trata além de algo material, o considera também como um conceito e uma problemática a ser questionada e solucionada. A autora apresenta, portanto, a EA como uma forma de cuidar do ambiente, utilizar de resgates históricos, lendas ou mitos da natureza e projetos sociais que incentivam o aprendizado sobre o meio ambiente.

¹⁴ Sauvé, L. ** l ments d'une théorie du design pédagogique en  ducation relative   l'environnement**, Th se de doctorat, Universit  du Québec   Montréal, 1992.

Sauvé, L. **Pour une  ducation relative   l'environnement**. Montréal/ Paris: Guérin/Eska, 1994.

Pode-se analisar estas tipologias de forma crítica e direcionada ao turismo, a partir de exemplos práticos, como representado no **Quadro 4**

QUADRO 4 – O turismo para as concepções do meio ambiente de Sauvé (1997)

Ambiente	Exemplo no turismo
Natureza Preservada Intocada	Ecoturismo em florestas como Amazônia; Observa�o de aves; Exibi�es de vídeo seguidas por experiências de imersão (Centro de visitantes em Unidades de Conserva�o)
Recurso Gestão sustentável Uso racional	Campanhas de certifica�o sustentável em negócios de turismo; hotéis com selos sustentáveis; Campanhas dos 3 Rs para empreendimentos turísticos; Auditorias ecológicas
Problema Crise Degradado	Projetos de recupera�o vegetal; debates e rodas de conversa sobre impactos ambientais; incentivo do Estado � empreendimentos e projetos de turismo regenerativos e de recupera�o (Biof�brica de Corais)
Lugar para viver Cuidado Integra�o	Jardins e hortas comunitárias em meios de hospedagem; incentivo ao consumo consciente; Conta�o de histórias e lendas; mapeamento afetivo; incentivo e apoio � arte e ao artista tradicional (Arte indígena e uso, reuso e valoriza�o de materiais da natureza para produ�o)
Biosfera Compartilhamento Independência	Turismo científico (Expedi�es na Antártica); Roteiros temáticos; Turismo de experiência e roteiros temáticas
Projeto Participa�o Justiça	Turismo de base comunitária e rural; roteiros participativos e colaborativos com popula�es locais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Considerando o ambiente como natureza, recurso, problema e como biosfera, pode ser visualizada como fundamental a preserva o e dissemina o de saberes tradicionais e culturais, de forma a compartilhar a compreensão do ambiente como uma “rede de interrela o pessoa - sociedade - natureza”, a ser percebida como um todo (Sauvé, 1997). Ao compreender que o ambiente   um local sujeito   ameaças e uso insustentável,   necessário atuar sobre para a preserva o, devido   rela o que o ambiente deve ter com a sociedade. Conclui-se portanto que, o ambiente além de lugar para ser vivido, também   um local de aprendizado, produ o e coleta de conhecimento, discussão e aprecia o.

Em suma, o turismo pode desenvolver atividades voltadas ao público, atividades que atuam como oferta turística e promovem a educa o e conscientiza o ambiental,

diversificando a oferta da atividade e solucionando problemas ambientais e de saúde pública. Portanto, desenvolver o turismo de forma ordenada e supervisionada pelo Poder Público, gestores do turismo e com apoio das comunidades e da iniciativa privada, considerando as particulares características ambientais de uma determinada região, pode gerar impactos positivos não apenas ao turismo, mas à qualidade de vida, economia e à cultura.

De acordo com Ruschmann (1992), o desenvolvimento sustentável no turismo, se dará a partir de medidas estruturais, como restrições de acesso e de desenvolvimento; limitações e custos extras para instalações, delegar poder de decisão e responsabilizar autoridades competentes às ações de desenvolvimento e privatizar recursos a fim de aprimoramento administrativo. Este desenvolvimento, também deve se embasar nas comunidades regionais, pois elas devem participar e compreender como se desenvolve o seu entorno e como suas vidas se beneficiam destas ações

O objetivo da Educação Ambiental, é estimular a conscientização ambiental, para transformar a forma em que se vive em uma determinada região. Com esta conscientização ambiental, é possível tornar o ramo do turismo sustentável, desenvolvendo também, produtos turísticos viáveis e aliados ao meio ambiente, diversificando também a oferta de serviços e conseqüentemente, espera-se atrair públicos com maior consciência ambiental.

A busca da sociedade por práticas socioambientais, principalmente dos turistas que clamam pela conscientização ambiental por quem os acolhe e recebe, torna viável o apoio do Estado à empreendimentos certificados ambientalmente (Matos e Costa, 2014). Este apoio surge por meio de políticas, como no caso do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que apoia projetos sustentáveis e ainda, apresenta em sua análise de impacto de operações, a responsabilidade ambiental de seus projetos financiados, oferecendo também apoio financeiro aos empreendimentos e iniciativas sustentáveis.

O BNDES, analisa os impactos e maturidade de gestão socioambiental dos clientes e para setores críticos, estabelece critérios e exige licenças ambientais como condição para apoio financeiro (BNDES, s.d.). Também, apoia com com financiamentos e fundos de investimentos empreendimentos que contribuem para o desenvolvimento sustentável (BNDES, s.d.). Este apoio pode vir a partir de uma análise de práticas sustentáveis realizadas pelo determinado negócio.

Os empreendimentos turísticos, podem atuar de forma sustentável pela forma em que tratam seus resíduos produzidos, utilizando de conceitos como os 3 Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), utilizar de energia limpa e renovável e quando possível utilizar de águas residuárias (Santos, *et al*, 2025). É interessante que negócios de turismo que possuem contato com o meio

ambiente, ou que atendem turistas que vão vivenciar o turismo de meio ambiente, possuam práticas de educação e interpretação ambiental em suas atividades e estabelecimentos (Santos, *et al*, 2025).

Com estas ações, incluindo práticas de apresentação de políticas internas e infraestruturas sustentáveis aos turistas, pode-se estimular o turista a demandar por este tipo de serviço. Atividades que incentivam a EA também podem ser divulgadas e promovidas por negócios de turismo em destinos promissores. É válido considerar que áreas com presença natural possuem suas particularidades para o desenvolvimento socioeconômico e estas podem ser exploradas, bem como as áreas de baixa renda e pouco viabilizadas por políticas públicas para a urbanização e turistificação. Mesmo assim, estas áreas podem ser consideradas de interesse de desenvolvimento, pois, neste caso, tem-se além do potencial, a possibilidade de diversificação da oferta turística somada ao desenvolvimento rural e regional.

Sousa e Carvalho (2021) apresentam o cicloturismo, passeios de bicicleta em âmbitos rurais, como uma atividade que possui potencial para valorizar o patrimônio natural, cultural e material. Além deste potencial, destacam a possibilidade de vivenciar atividades socioeducativas e maior interação entre turistas e comunidades locais, tudo isso em conjunto à compreensão da conservação do meio ambiente e das heranças culturais. Os autores afirmam que estes roteiros podem, enquanto ferramentas para diversificação econômica, valorizar a oferta turística regional, impulsionando o fluxo turístico em baixa temporada (Carvalho¹⁵ *et al*, *apud* Sousa e Carvalho, 2021).

Como resultados destas formas de turismo sustentável e não agressivas às comunidades, os autores mencionados apontam o início de novos negócios, como alimentação e hospedagem ao longo de percursos utilizados pelos turistas. Ainda mencionam negócios específicos, como no caso de lojas especializadas em vendas de produtos destinados aos turistas que praticam o cicloturismo.

Quando se menciona o turismo como ferramenta de desenvolvimento ou, neste caso, a Educação Ambiental como ferramenta para o desenvolvimento do turismo, deve-se considerar não apenas o desenvolvimento da atividade, mas também das regiões que podem se tornar viáveis ao turismo. A conservação e valorização do meio ambiente natural é um fator crucial ao turismo de meio ambiente, portanto, políticas de preservação, tornam-se ferramentas para o desenvolvimento do turismo destas regiões. Somados às políticas de preservação, com

¹⁵ Carvalho, T. J. L., Ramos, J. L. & Sydow, E. (2013). O cicloturismo como fator de desenvolvimento da atividade turística nas cidades de Araguaína e Nova Olinda (TO). Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, 6(4), pp. 63-82.

ênfoque no turismo, o incentivo à preservação por meio da educação do turista pelos profissionais, com a EA e IA (Interpretação Ambiental), pode se tornar um fator determinante para o desenvolvimento regional.

A prática constante do turismo em determinadas regiões, quando indicam potencial e constância de suas realizações, somados ao desenvolvimento de roteiros por parte de promotores do turismo, pode pressupor a alocação de infraestrutura e sinalização interpretativa (Sousa e Carvalho, 2021). O turismo ecológico é um segmento que cresce mais que a média de outras formas da atividade e por isso, busca-se maior conscientização para turistas e comunidades de regiões com potencial para a prática (Santos *et al*, 2025). Os autores mencionam que, a busca por este tipo de turismo só cresce, o que gera maior demanda por serviços e atividades sustentáveis, o que viabiliza o olhar econômico de gestores públicos à estas regiões, além de incentivos financeiros à negócios com práticas sustentáveis.

A hotelaria sustentável se apresenta como um caminho promissor para garantir um equilíbrio entre crescimento do setor e preservação dos recursos naturais, consolidando um turismo mais responsável e alinhado às demandas globais por sustentabilidade. O compromisso com a gestão ambiental pode fortalecer a competitividade dos meios de hospedagem, melhorar a experiência dos hóspedes e contribuir para a construção de um turismo mais responsável e sustentável, alinhado com as demandas globais por um desenvolvimento equilibrado e consciente (Santos *et al*, p. 480, 2025)

Portanto, esta análise demonstra que o turismo pode ser desenvolvido a partir de ferramentas de preservação como EA e Interpretação Ambiental. Este pode ser um desenvolvimento socioeconômico, por meio da implementação de infraestrutura turística e políticas de incentivo ao negócio local, valorizando culturas, saberes e práticas locais. Além do desenvolvimento direto, o desenvolvimento de políticas públicas para melhoria, manutenção e conservação de infraestrutura e acesso, preservação paisagística, viabilização do turismo, podem se tornar fator determinante para o desenvolvimento do turismo, da região e conseqüentemente para a diversificação da oferta turística.

O turismo no meio ambiente, também pode promover o desenvolvimento regional, principalmente quando atividades ecológicas distintas e específicas para determinadas localidades são desenvolvidas de forma sustentável. A promoção de roteiros, atividades e rotas de turismo, incluindo hospedagens, patrimônios e comunidades culturais e tradicionais, pode fomentar a educação socioambiental ao turista, inserindo valor às culturas distantes de grandes centros turísticos.

Segundo Battilani (2025) a atividade de observação de pássaros, apresenta benefícios à uma região, trazendo incentivos à conservação da biodiversidade e aumento da demanda por

áreas preservadas destas regiões. Esta prática, segundo o autor, também reafirma a capacidade de diversificação da oferta turística, valorização do conhecimento e da história regional, além de promover a capacitação e aumento nos níveis de empregos e capacitação de profissionais do turismo local. Esta atividade também valoriza a biodiversidade local, inserindo as aves como o principal motivo de deslocamento de turistas à uma determinada região e promovendo a consciência ambiental por parte dos turistas, para que a ave possa ser observada sem interferência em seu habitat natural preservado.

O turismo arqueológico, mais uma forma em que o turismo sustentável pode ocorrer embasado na Educação Ambiental, surge como uma área que pode beneficiar não somente a conservação, mas também beneficiar a infraestrutura e serviços turísticos regionais. Esta modalidade de turismo, bem como atividades em Unidades de Conservação, podem demandar a implementação de centros de visitação com informativos e infraestruturas de apoio ao turista, bem como aparatos de Interpretação Ambiental (Marques *et al*, 2025). Esta modalidade de turismo, não apenas promove a conservação do patrimônio natural e arqueológico, mas também cultural e histórico, beneficiando a economia local e geração de empregos para profissionais do turismo e outras áreas (Marques *et al*, 2025).

De acordo com os dados de frotas de veículos coletados pelo IBGE (2024), o crescimento de veículos automóveis apenas cresce desde 2006, o que contribui para com o aumento do trânsito e necessidade de políticas públicas de tráfego. O cicloturismo surge como uma atividade de grande potencial de desenvolvimento sustentável. Esta atividade, pode atuar como um interesse gradual no indivíduo, que decide sair de um lento trânsito de automóveis à uma mobilidade urbana mais sustentável, saudável e dinâmica. Esta prática no Brasil, exige elaboração de roteiros, que conseqüentemente, insere atrativos turísticos materiais e imateriais dentro de circuitos, agregando valor ao roteiro ou valorizando e conservando o patrimônio (Vale Junior, 2019). Além de benefícios ao profissional do turismo e ao patrimônio, esta atividade favorece as comunidades ao gerar empregos, auxiliar durante temporadas de baixa turística, aumentar a consciência de populações locais e de turistas quanto a proteção ambiental e patrimonial e também promovendo regiões, como no caso de municípios ligados pela Estrada Real¹⁶ (Vale Junior, 2019).

¹⁶ Estrada aberta pelos primeiros habitantes do Brasil, povos indígenas e exploradores. Caminho que formou rotas e vilas de comércio, e posteriormente utilizada para o turismo (Vale Junior, 2019)

4 PRESSUPOSTOS PARA APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TURISMO

4.1 Cursos superiores de turismo

Rejowski¹⁷ (*apud* Câmara, p. 47, 2004) afirma que o turismo passa a se desenvolver no país nos anos 70, enquanto o ensino superior de turismo no Brasil também tem grande crescimento após 1970 com o desenvolvimento das instituições particulares de ensino (Câmara, 2004). Ansarah e Rejowski¹⁸ (1996, *apud* Albuquerque, p.49, 2013), identificam a existência de 51 cursos de graduação em turismo.

O turismo começa sua trajetória acadêmica no país, inicialmente pouco conhecida e, gradativamente, tomando forma e se configurando, pela crescente demanda de público, como uma nova área de conhecimento, principalmente, das instituições de ensino superior privado. (Câmara, p.47, 2004)

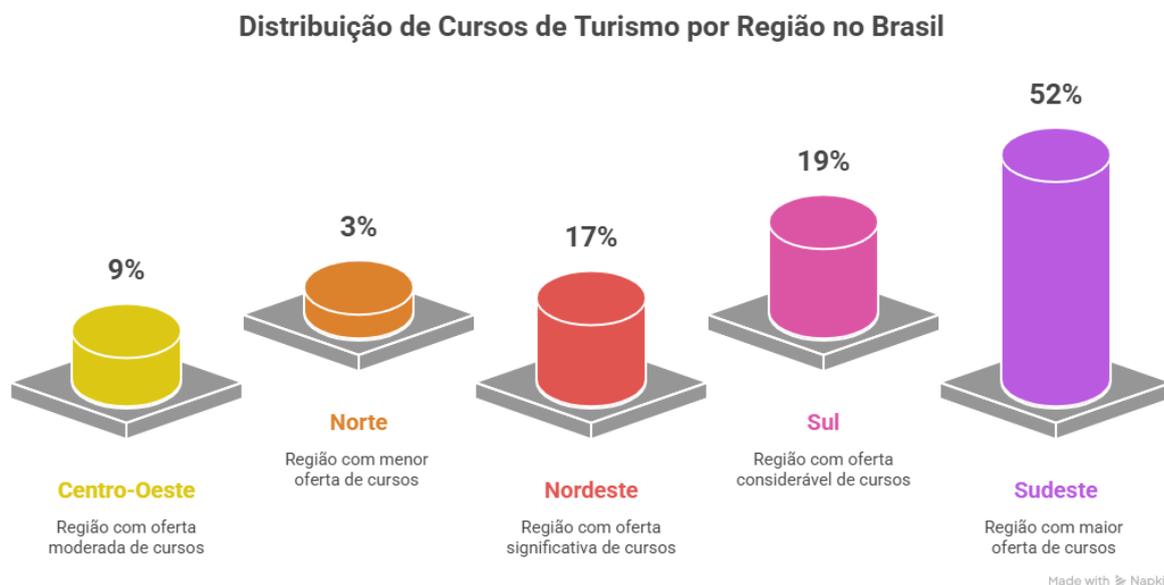
Matias (2002), apresenta que a partir entre 1970 e 1980, surgem 23 cursos superiores de turismo no Brasil, sendo 15 no Sudeste, 2 no Centro Oeste, 3 no Sul e 3 no Nordeste. Contudo, de acordo com Câmara (2004), esta expansão apresentou uma queda substancial devido à crise econômica causada pelo extremo aumento inflacionário.

Um estudo realizado por Ansarah (2002, *apud* Albuquerque, p.50, 2013), em comparação ao estudo anterior de Ansarah e Rejowski em 1999, aponta a existência de mais de 200 cursos de graduação em turismo. Em outro estudo realizado pela autora, foi identificado que no período de 2001 até 2002, houve crescimento de 726,8% nos cursos de turismo no Brasil, totalizando 339 cursos. A **Figura 2**, demonstra a presença dos cursos de turismo a partir da divisão regional do Brasil.

¹⁷ Rejowski, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002

¹⁸ Ansarah, M., Rejowski, M. Panorama do ensino em Turismo no Brasil: Graduação e Pós Graduação. In Revista Turismo em Análise. São Paulo: Ed. ECA - USP, 1996, p. 36- 61

FIGURA 2 – Cursos de turismo a partir da divisão regional brasileira, Distribuição, por região, dos cursos de turismo no Brasil: 2001 - 2002



Fonte: Adaptado de Ansarah, (2002), in Albuquerque (p. 50, 2013).

Esta expansão dos cursos de turismo no Brasil, se dá pelo crescimento dos meios de hospedagem (Albuquerque, 2013). O turismo então, de acordo com o autor, passa a ser divulgado de forma mais constante pela mídia, fomentando o turismo doméstico e marítimo por meio de cruzeiros. O autor também menciona a mudança de comportamento dos brasileiros e o fomento do interesse e possibilidade de realizar viagens, o que torna o turismo um setor que necessita de investimento e estudo.

Com a criação da Divisão de Turismo, na década de 1930 como setor do Departamento de Imprensa e Propaganda, seguido pela criação da Combratur em 1958, extinta em 1962, diversas diretrizes propostas para a execução da Política nacional de turismo foram extintas (Carvalho, 2000). Estas ações, de acordo com Carvalho (2000) vieram para auxiliar na gestão do turismo que tinha grande potencial e crescimento exponencial ao longo do período.

Após a criação da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), em 1991, com o Decreto - Lei 55/66, até 1991 com a lei 8.181, de 1991, editada durante o governo de Collor, o turismo “passa a receber tratamento explícito como atividade estratégica de desenvolvimento econômico” (Carvalho, 2000, p.101). Com o Decreto - Lei 55, de 1966, o Sistema Nacional de Turismo é criado, definindo o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), com objetivo de

garantir o desenvolvimento uniforme da atividade turística, coordenar a política nacional de turismo e incrementar e fiscalizar e classificar o desenvolvimento do turismo e suas atividades no Brasil (Carvalho, 2000).

O Sistema Nacional de Turismo, então, apresenta grande fracasso, promovendo o incentivo apenas ao setor hoteleiro com o grande desenvolvimento do turismo no país entre os anos 70 e meados dos anos 80. A partir disso, o autor apresenta a busca do Sistema Nacional de Turismo pelo apoio de organizações internacionais como da Organização dos Estados Americanos - OEA e OMT (Carvalho, 2000). Destes, são extraídas metodologias de formação de pessoas e estratégias de marketing e análises estatísticas (Paiva¹⁹, *apud* Carvalho, p.106, 2000).

Apesar de se caracterizar como órgão controlador/ protecionista, na qual prevalecia a hegemonia dos Estados Unidos da América, as estratégias da OEA contribuíram para a formação de quadros técnicos, adoção de metodologias, realização de estudos, elaboração de legislação relativa a áreas turísticas prioritárias e adoção de sistemas estatísticos (Carvalho, p.106, 2000)

A partir do Centro Interamericano de Capacitação Turística (Cicatur), no México, de acordo com Carvalho (2000), a produção científica com abordagem crítica, aponta em determinados estudos, o mal desenvolvimento do turismo no Brasil, que contribui para com a exploração negativa do turismo sobre a natureza, sociedade e cultura. O autor também menciona os primeiros técnicos especializados em turismo no Brasil, formados pelo Cicatur. Portanto, o autor aponta o Cicatur como uma grande influência sobre a estrutura de diversos cursos superiores de turismo.

No Brasil, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96 – e das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação (DCNs), nos anos 1990, houve maior direcionamento das políticas educacionais para modelos de formação e revisão curricular dos cursos superiores (Ruschmann; Tomelin 2013). Os autores, apresentam a reconfiguração das políticas curriculares das IES e conseqüentemente o projeto pedagógico para os cursos superiores de Turismo e Hotelaria.

De acordo com os autores, o ensino superior em Turismo tem como objetivo, a formação de profissionais qualificados e preparados para a expansão do turismo enquanto atividade econômica no país. Portanto, os autores apresentam, que a base para este ensino, permeia o desenvolvimento de habilidades, capacidades e preocupações como: Criatividade; Capacidade de desenvolver e planejar organizacionalmente; Comunicação interpessoal; Visão sobre a realidade sócio econômica e cultural e; Constante preocupação com a construção e

¹⁹ Paiva, M. Das G. M. Sociologia do turismo. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Turismo)

fomento de cultura administrativa e tecnológica. Os autores definem como multi e interdisciplinar estes cursos, devido ao necessário “cruzamento horizontal e vertical” das disciplinas lecionadas.

A dosagem da oferta curricular com aulas teóricas e práticas, juntamente com a ambientação profissional, retroalimentam o programa, permitindo que o acadêmico mostre seu rendimento no dia a dia, obtendo parâmetros que auxiliam na configuração dinâmica de seu perfil profissiográfico (Ruschmann e Tomelin, p.147, 2013)

Os autores explicam a necessidade da interação entre uma disciplina e outra dentro dos currículos dos cursos superiores de turismo devido a interação de um segmento e outro no setor do turismo. Portanto, afirmam que para alcançar o perfil profissional adequado do turismólogo, é fundamental que haja a articulação da interdependência dos conteúdos, de forma que estas, sejam ofertadas “horizontal e verticalmente organizadas”.

Câmara (2004) apresenta os fatores externos e internos que afetam a construção de matrizes curriculares, dentre estes, estão as políticas educacionais, leis e contextos da época e condições das áreas de conhecimento presentes no currículo dos cursos. De acordo com pesquisa realizada no portal e-Mec, a base nacional de dados oficiais dos cursos e IES, foram constatados 466 Instituições que contemplam o curso de Bacharelado em turismo de caráter presencial, destas, 63 são gratuitas.

Com base no parecer n. 35/71, do Conselho Federal de Educação - CFE, aprovado em 28 de janeiro de 1971 (Ansarah²⁰, *apud* Câmara, p.51, 2004), é criada a Resolução que determinou a estrutura do ensino superior no Brasil, além de conteúdos mínimos e duração dos cursos superiores de turismo (Câmara, 2004).

Por essa resolução foi determinada carga horária mínima de 1600 (mil e seiscentas) horas, integralizadas no mínimo em dois e no máximo quatro anos, incluindo disciplinas tais como: Estudos Brasileiros, Geografia do Brasil, História do Brasil, História da Cultura, Introdução à Administração, Noções de Direito, Sociologia, Planejamento e Organização do Turismo e Técnica Publicitária. Com estrutura curricular fragmentada a divisão dos conteúdos ficava distribuída entre núcleo básico, profissionalizante e disciplinas complementares. (Câmara, p.51, 52 2004)

De acordo com Sogayar e Rejowski (2011), os cursos de turismo sofrem pela falta de maturidade, sendo considerado um curso com teorias pouco consolidadas, e que possui suas maiores consolidações em outros campos do conhecimento, como no caso da economia e geografia. As autoras apresentam como um fator condicionante à fraqueza e inconsistência

²⁰ Ansarah, M. G. dos R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**: Reflexões e Cadastro das Instituições Educacionais do Brasil. São Paulo: Aleph, 2002.

dos cursos, isto no quesito professores, que vieram de formações de outras áreas das ciências sociais.

As autoras, afirmam que o turismo no Século XXI, como um ensino científico, passa por desafios maiores, visto que a sustentabilidade passa a ser vista como uma premissa ao sustento socioeconômico global. Panosso Netto e Trigo²¹ (2003, *Apud* Sogayar e Rejowski, p. 290, 2011) apontam como uma necessidade do campo do turismo, a reconsideração do modelo de desenvolvimento socioeconômico na atualidade e conseqüentemente na formação de turismólogos.

Embora o turismo tenha sido ensinado, discutido e vivenciado sob a ótica de uma atividade econômica, com visão mercantilista, é importante ressaltar, sem desmerecer os efeitos econômicos positivos da atividade, seus desdobramentos no ambiente social, político, cultural e ambiental; ou seja, distinguir apenas uma de suas faces pode ser desastroso no planejamento e na articulação da atividade para a sustentabilidade integrada dos destinos. Tal reflexão perpassa, obviamente, por questões singulares como a cidadania, o ambiente, a ética, a sustentabilidade e a necessidade de inclusão social, pois estas e outras questões correlatas não são exclusivas do setor público, mas de toda a sociedade. (Sogayar e Rejowski, p.290, 2011)

Desta forma, as autoras afirmam a necessária adequação dos objetivos educacionais, de forma a inserir as necessidades contemporâneas da sociedade no centro da formação de profissionais do turismo ou de qualquer área do conhecimento.

4.2 Currículo dos cursos superiores de turismo

“Disciplinas são constructos sócio - histórico - culturais e não um agrupamento de temas e conteúdos como habitualmente são entendidas” (Tavano, 2023). Para a autora, as disciplinas indicam quais disputas construíram o currículo, são chamadas de disciplinas por que disciplinam os educandos e suas mentes, possuem o objetivo de disciplinar.

As disciplinas são construídas a partir de discussões e lutas internas, do que foi considerado necessário educar e disciplinar (Tavano, 2023). A autora apresenta que as disciplinas podem sim parecer estáveis, contudo, existem de forma menos aparente por trás de sua existência, as subcomunidades disciplinares, lutando para provar seu valor e, com este conflito, o que parecia sólido pode deixar de existir ou ser integrado a outros aglomerados.

Tavano (2023) mostra que as disciplinas parecem estáveis e presentes nas grades curriculares, contudo, o grau técnico e científico das universidades é bastante vasto. Não existem disciplinas de maior relevância a outras, uma vez que a formação do educando é

²¹ Panosso Netto, A., Trigo, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009

pensada previamente à sua inserção acadêmica, Todavia, não existe espaço para que todas sejam tratadas com o mesmo afinco, portanto, aquelas disciplinas que devem ser tratadas como obrigatórias devem ter seu lugar definido e o debate quanto a isto não deve ser interrompido, estando sempre em afirmação.

O turismo abrange um conjunto de atividades que cruza diversas culturas. Por isso a cultura, na maioria dos casos, constitui um factor importante para o desenvolvimento do turismo e para a captação de turistas e/ou visitantes [...]. Daí, é que os promotores do turismo recorrem à cultura para identificar ou ‘vender’ um lugar. (Marujo, 2015)

Noemi Marujo (2015) demonstra a necessidade da dinâmica da antropologia nos cursos superiores de turismo. Assim como o campo da geografia, que possui estreita relação com o curso de turismo, existem disciplinas que não possuem carga horária suficiente para trabalhar suas questões centrais, mesmo que façam parte da formação básica no ensino em Turismo.

Portanto, considerando a problemática de representar todas as questões centrais das necessárias disciplinas do turismo, é fundamental, previamente à análise dos currículos destes cursos, compreender quais são as suas necessidades básicas. Portanto, foram analisadas as diretrizes que orientam a elaboração, definição e reformulação dos currículos nacionais referentes aos Cursos Superiores de Turismo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Turismo, aprovado em 2003, e a mais recente Resolução, de nº13 de 24 de novembro de 2006, as IES devem na elaboração do Projeto Pedagógico dos cursos de graduação, se contextualizar em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, incentivar a pesquisa e prolongamento da atividade de ensino como instrumento para iniciação científica e compor atividades teóricas, práticas e complementares.

O perfil desejado do formado pelas diretrizes, aponta o dever dos cursos de graduação em turismo, de oportunizar a formação de profissionais aptos à atuação em mercados que irão ter significativo e profundo impacto na vida social, econômica e no meio ambiente. Quanto a estes cursos, devem exigir segundo a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE):

uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico (p.4)

Ainda de acordo com o CES/CNE, os cursos de turismo, devem possibilitar a formação de turismólogos com pelo menos algumas competências e habilidades, dentre elas está, “utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas...”. Desta forma, é fundamental que o discente do Turismo, se forme capaz de utilizar recursos turísticos, como o patrimônio, seja cultural, natural ou histórico, para a educação do turista, do cidadão, das empresas ou instituições.

4.3 Turismólogos e educação ambiental

É notável que a preocupação ambiental tem sido destaque desde há alguns anos, o que é possível ser observado a partir de publicações da ONU, noticiários e relatórios climáticos. Esta preocupação, de acordo com Azevêdo (2014) pode ter gerado maior procura pelos ambientes naturais. Desta forma, segundo a autora, o turismo de meio ambiente pode ser intensificado e, conseqüentemente, implementada maior estrutura para recepção do turismo nestes ambientes.

Ao considerar a atual preocupação quanto ao meio ambiente, ou a forma que é negligenciada por alguns setores econômicos, surge a proposta do desenvolvimento sustentável, no qual o turismo se apoia fortemente em diversas segmentações. Contudo, esta ideia do ecologicamente correto e sustentável, muitas vezes tem sido utilizado como forma de agregar valor ou mascarar o uso e insustentável de recursos naturais.

[...] O discurso do desenvolvimento sustentável, do planejamento e da cobrança pelo uso de recursos naturais, hoje, tão difundido como “salvação” do planeta é, não apenas na área do turismo, mas em várias outras, uma forma de mascarar a realidade e vender a ideia de que está tudo sob controle. Na indústria turística, em particular, os conceitos de “turismo sustentável” e “ecoturismo” e/ou outras formas de “turismo na natureza” têm sido amplamente utilizados para a criação de novos destinos turísticos. Acredita-se que o ecoturismo é uma das formas de implantação do turismo sustentável e por isso os destinos que começam a se desenvolver podem e devem seguir várias diretrizes de implantação do turismo sustentável. (Gonzalez, p. 28, 2008)

É sabido que o turismo irá provocar impactos ambientais, mesmo que tenha sido planejado com excelência pelos representantes governamentais e pelos fornecedores do turismo (Gonzalez, 2008). Contudo, existem ainda medidas cabíveis para a mitigação destes impactos, Gonzales (2008) apresenta como respostas a estes impactos “palpáveis”, a limitação de visitantes e as campanhas de Educação Ambiental.

Uma resposta à questão de como o turismólogo pode atuar pela utilização da EA para a mitigação de impactos ambientais provenientes da prática do turismo, é desenvolver no turista a preocupação quanto à necessidade de preservação (Azevêdo, 2014). A autora apresenta como forma de desenvolver esta percepção do turista, a simples visitação e apresentação de formas de preservação, o que está completamente ao alcance do profissional do turismo.

Azevêdo (2014) afirma que é fundamental a adequação de todas as atividades que atuam de forma direta ou indireta com o meio ambiente, para mitigar os impactos ambientais. Portanto, é fundamental que o turismólogo possua em sua formação conteúdo teórico e prático que irá desenvolver sua capacidade neste quesito. A autora menciona como problemáticas no turismo de meio ambiente a ampliação de infraestrutura turística e até mesmo o próprio turista, devido a sua educação, cultura, hábitos e atividades.

Além disso, é possível que órgãos governamentais colaborem para com a má execução do turismo em relação ao meio ambiente. De acordo Ruschmann²² (*apud* Azevêdo, 2014), isto pode ocorrer a partir do momento em que o responsável pelo fornecimento dos serviços voltados ao turismo não se responsabiliza pela atitude do turista e o estado não aplica sanções ou elaborar legislações práticas para o controle ambiental. Ao compreender, portanto, que o turismo pode de fato prejudicar o meio ambiente, é fundamental também compreender que esta atividade ainda pode ser benéfica.

Pode-se mencionar a diversificação da economia local e regional, a geração de empregos diretos e indiretos, a melhoria e a adequação da infraestrutura básica de saneamento e transporte, a criação de parques, as reservas, os corredores ecológicos, dentre outros espaços que favoreçam a prática turística, contribuindo, assim para proteger e conservar os espaços naturais. (Azevêdo, p. 81, 2014)

O turismo, conseqüentemente, para a autora, pode ser benéfico e contribuir fortemente para a preservação e geração de agentes disseminadores de boas práticas ambientais. Para tal, é de fundamental importância a execução e condução do turismo de forma consciente, pensando diretamente nos impactos e nas formas de prevenção, almejando a valorização dos recursos naturais.

Hillel²³ (*apud* Azevêdo, 2014) afirma que o ato de viajar sempre foi uma eficiente maneira de se aprender algo e, de acordo com Azevêdo (2014), pelo turismo ocorrer em grande parte no ambiente natural, a atividade turística deve ser composta por atividades que

²² Ruschmann, D. V. de. M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do Meio Ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo)

²³ Hillel, O. Turismo Ambiental: Uma Jornada de Conhecimento. In: Camargo, L. O. de L. (Org.). **Perspectivas e Resultados de Pesquisa em Educação Ambiental.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999

vão de encontro à conservação ambiental. Para a autora, “Isso é possível através da adoção de um meio de produção e transmissão de conhecimentos sobre a importância da proteção ambiental” inserido pelo profissional e representante do turismo, inclusive pelo poder público e pela divulgação do turismo.

4.4 Educação ambiental nos cursos superiores de turismo de Minas Gerais

Em se tratando da educação no Brasil, a abordagem do meio ambiente e sua conservação é imprescindível na composição de currículos, estabelecida por Leis que tratam da educação ambiental (como a Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental).

Foram selecionadas todas as Universidades Federais do estado de Minas Gerais para apresentação das matrizes curriculares, dentre elas a UFOP, a qual representa o local de publicação desta monografia. As Universidades Federais foram analisadas independentemente de suas disponibilidades de matrizes curriculares, projetos pedagógicos ou ementas de disciplinas, portanto, caso uma delas não disponibilizasse de forma pública, seria solicitado à coordenadoria dos cursos via e-mail. Caso não houvesse resposta ou houvesse negativa, seriam ainda analisados os materiais disponibilizados.

Este trabalho, busca compreender a atual situação dos cursos superiores de turismo no Brasil e se estão em acordo a mais recente Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Turismo, a Resolução, de nº13 de 24 de novembro de 2006²⁴, a qual define como fundamental os Cursos Superiores de Turismo se contextualizarem à sua inserção institucional, política, geográfica e social. Para isso, se necessário, será buscado pelo Plano Diretor, Plano de Turismo ou características da região em que se insere a IES. Em sequência a esta análise, será verificada a existência da EA em qualquer dimensão nas respectivas matrizes curriculares.

Esta análise é realizada a partir da compreensão de que mensurar o quanto os cursos ofertados pelas IES preparam os discentes para atuação protetora e conservadora do meio ambiente (Câmara, 2004). Neste caso, os futuros turismólogos, que atuarão com o desenvolvimento do turismo planejado e comprometido com a sustentabilidade. Câmara 2004,

²⁴Art. 2º,§ 1º O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções - institucional, política, geográfica e social;[...]. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Conselho Nacional de Educação Superior**, Resolução N.13, de 24 de Novembro de 2006

afirma que a melhor forma para alcançar o desenvolvimento sustentável, reduzindo danos de ações antrópicas, inclusive do turismo, é por meio da educação ambiental.

Em escolas de ensino médio, nota-se a dificuldade de se aplicar a EA de forma transversal e interdisciplinar, devido à falta de espaço, recursos e materiais adequados, somado ao direcionamento natural para as áreas relativas à ciências da natureza (Vieira; Santana, 2023). Contudo, as Universidades Federais, não possuem essa limitação, uma vez que os professores não se submetem a um livro didático específico e disciplinas correlatas podem existir, mesmo fora biologia e geografia.

Um fato é que muitos estudantes universitários das ciências sociais, não possuem sensibilidade ambiental ou possuem pouco interesse no estudo de áreas correlatas, problemáticas que podem ser fatores interdependentes (Amin *et al*, 2022). Portanto, a análise realizada das IES Federais de Minas Gerais, surge para que seja analisada a presença da Educação Ambiental nos cursos superiores de turismo, se esta está sendo tratada de forma obrigatória ou se o discente pode deixar de estudar a temática caso haja desinteresse.

Existem fatores determinantes para o discente realizar ou não as atividades de cunho eletivo/ optativo ofertados pelas respectivas IES, como a presença de carga horária mínima obrigatória nestas disciplinas. Cada uma das Universidades possui suas respectivas matrizes e disciplinas de caráter eletivo aos discentes, estas não serão mencionadas, apenas considera-se que o discente pode ou não optar por não realizar qualquer atividade relacionada à atuação no meio ambiente natural ou sensibilização ambiental.

4.4.1 UFOP

A página oficial do curso de turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (UFOP, 2018), teve sua última atualização visível em 14 de agosto de 2024 e não possui informações visíveis a respeito do projeto pedagógico. As matrizes curriculares das disciplinas estão com sua última atualização desde o segundo período do ano de 2018 (UFOP, 2018). De acordo com a mesma página do curso de graduação em turismo da UFOP, a sua matriz curricular foi desenvolvida a partir de análises e avaliações acerca de aspectos em torno dos “valores quantitativos e qualitativos na formação do bacharel em turismo, relacionados às condições de operacionalização e integralização das atividades acadêmicas” (UFOP, 2018).

O objetivo do curso, segundo o mesmo site oficial, é formar turismólogos com domínio do significado e da importância do Turismo e da Hospitalidade, além de desenvolver

habilidades em gestão do patrimônio e dos meios de hospedagem, como empreendedor e capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico. As áreas de atuação mencionadas para o turismólogo são “atividades em empresas turísticas, relacionadas a eventos, meios de hospedagem, gastronomia, patrimônio, processos de gestão e intervenção no espaço em que estão inseridas as atividades afins” (UFOP, 2018). O **Quadro 5**, apresenta as disciplinas eletivas e obrigatórias ofertadas pela UFOP, que se relacionam com o aprendizado e atuação do discente e futuro turismólogo com o turismo sustentável.

QUADRO 5 – Disciplinas de Turismo da UFOP com possibilidade aplicação da EA de forma transversal e interdisciplinar.

Obrigatórias	Eletivas/ Optativas
Percepção e Interpretação Do Patrimônio Ambiental Urbano Turismo E Produção Do Espaço Planejamento E Organização Do Turismo I Turismo E Meio Ambiente	Direito Ambiental Educação Ambiental Aplicada Ao Turismo Ecossistemas Turismo Em Unidades De Conservação Planejamento E Organização Do Turismo II

Fonte: Produzido pelo autor, 2025

O curso possui duas disciplinas obrigatórias que tratam da participação do turismólogo no meio ambiente, e uma obrigatória direcionada à geografia e à sustentabilidade. Além destas, foram apontadas 7 disciplinas sem nome representativo ou descritivo, no caso de “Tópicos Especiais em Turismo”, Educação no Turismo, III, IV, V, VI, VII, VIII, VA, que, assim como as eletivas, não possuem ementa disponível em página oficial do Curso de Turismo da UFOP. A disciplina “Percepção e Interpretação do Patrimônio Ambiental Urbano” apresenta em sua ementa, disponível no site oficial do curso (UFOP, 2018), “Modalidades de percepção ambiental; Registros físicos e sensoriais; Leituras da paisagem; Imagem do meio ambiente natural e construído; Memória, espaço afetivo e mapa mental e Semiologia do espaço.”

“Turismo e Produção do Espaço”, disciplina com maior enfoque na geografia, trata da também da sustentabilidade no turismo e do turismo e produção do espaço em áreas litorâneas (UFOP, 2018). Sua ementa apresenta: “Estudo da geografia humana e de sua aplicação ao turismo. Análise geográfica dos conceitos e discussões sobre o turismo e sua influência no processo de produção e organização do espaço no mundo atual.” “Planejamento e Organização do Turismo I” e II, são disciplinas voltadas para os fundamentos teóricos e práticos do turismo, com enfoque na organização e planejamento do turismo e suas ferramentas e instrumentos que mencionam diretamente o planejamento de um turismo

sustentável. A disciplina tem como ementa “Organização estrutural do Turismo; O processo de planejamento em Turismo; Ciclo de vida das destinações turísticas; Pesquisa da oferta e da demanda em turismo; Políticas públicas de Turismo; Organizações nacionais e instituições de Turismo e; Potencialidades e tendências da indústria turística.”, além de sua bibliografia que contém textos destinados à sustentabilidade no turismo e turismo em Unidades de Conservação²⁵ (UFOP, 2018).

“Turismo e Meio Ambiente”, também obrigatória, tem em sua ementa (UFOP, 2018), “Análise do Ecoturismo na conjuntura das questões ambientais nacionais e internacionais, abordando seus conceitos e as diretrizes do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento e estudo dos grupos e categorias de unidades de conservação e impactos sociais do estabelecimento”. As disciplinas eletivas não possuem em site oficial ementas disponíveis, contudo, a disciplina eletiva “Educação Ambiental Aplicada ao Turismo”, apresenta exatamente o que este estudo busca encontrar, a aplicação da educação ambiental no turismo e a apresentação desta aos discentes do curso. Mesmo que esta se trate uma disciplina de cunho eletivo, não obrigatório, existem ainda 4 disciplinas obrigatórias que tratem de forma direta ou de forma transversal a atuação do turismólogo no meio ambiente, apresentando a sustentabilidade, ética e interpretação ambiental.

O curso foi avaliado como o 33º melhor no país e como a 2º de Minas Gerais, e sua ambientalização é condizente ao local em que se situa a Universidade (RUF, 2019). A UFOP está localizada em uma cidade histórica, Patrimônio Cultural Mundial da Unesco, contando com 21 Unidades de Conservação e 12 distritos (Machado, 2021). Das UCs, 5 são municipais, 11 estaduais e 1 federal. De acordo com Machado (2021), as Municipais são: Parque Natural Municipal das Andorinhas, Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada, Parque Natural Municipal Horto dos Contos, Parque Natural Municipal de Cachoeira do Campo, Monumento Natural Municipal Gruta de Nossa Senhora da Lapa.

As 11 UCs Estaduais são o Parque Estadual do Itacolomi, Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas, Estação Ecológica Estadual do Tripuí, Monumento Natural Estadual de Itatiaia; Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, Reserva do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Nascir, RPPN Fazenda do Córrego Acima, RPPN Sítio Mata da Cruz, RPPN Quinta dos Cedros, RPPN Vale das Borboletas, RPPN Vale Verde (Machado

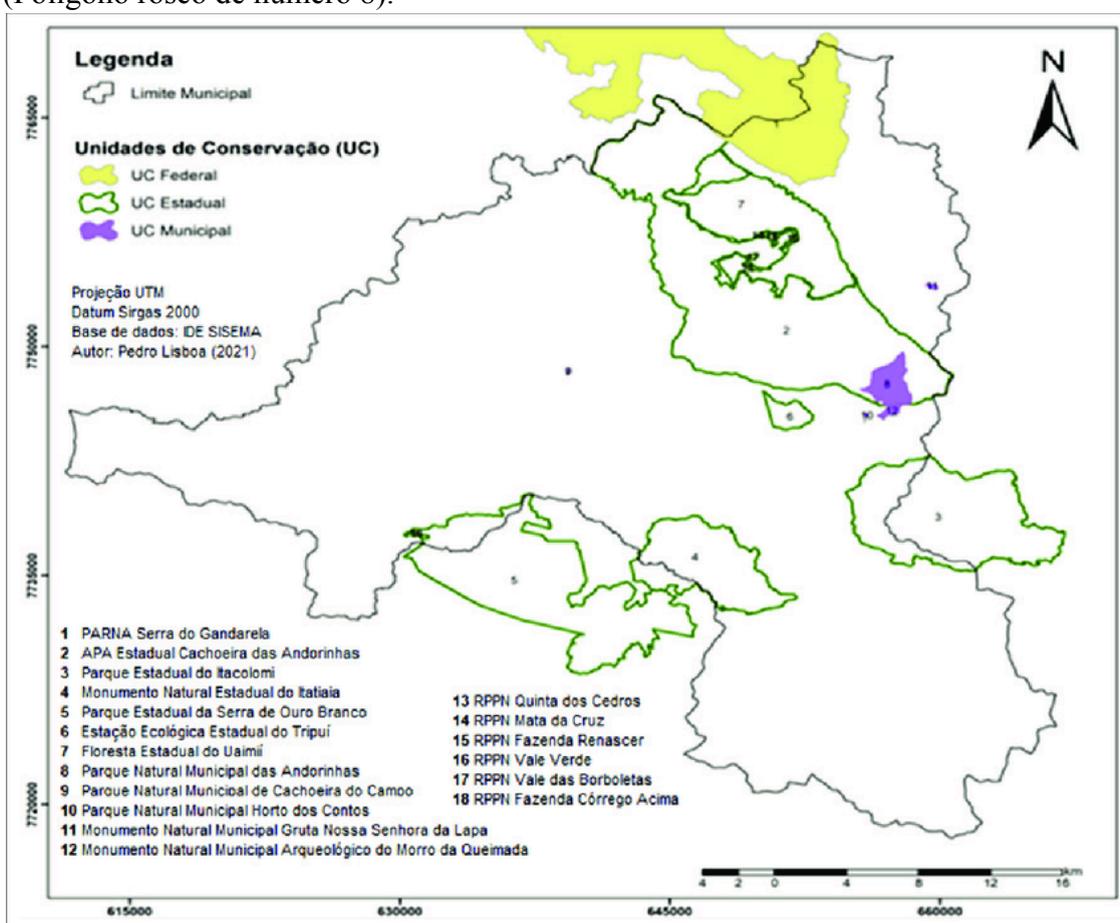
²⁵Ruschmann, D. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

Bedim, B. P. O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca: Simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”. (Cap.6 e 7). Disponível em < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/> >
Bedim, B. P. Os usos culturais do tempo no limiar de um destino turístico

2021). A UC Federal é o Parque Nacional da Serra do Gandarela, possuindo ou fazendo parte, assim como as outras citadas, de áreas de interesse para a conservação e o turismo, como o Jardim Botânico de Ouro Preto, Geoparque do Quadrilátero Ferrífero, Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e Fazenda da Brígida (Machado, 2021).

Além do rico patrimônio natural presente no município de Ouro Preto, a autora apresenta a sua localização estratégica, que viabiliza o turismo de meio ambiente para turistas de todo o mundo, como representado na **Figura 3**.

FIGURA 3 – Mapa de localização das UCs de Ouro Preto (MG) com destaque para o PNMA (Polígono róseo de número 8).



Fonte: Reproduzido de Lisboa²⁶ (*Apud Machado et al*, p. 564, 2023)

O município de Ouro Preto, está localizado próximo à capital de Minas Gerais e a 115 km de distância do aeroporto da Pampulha e a quase 150 km do Aeroporto de Confins, o que possibilita o turismo nacional e internacional. Considerando a presença da Instituição em Município com alta presença de Unidades de Conservação e áreas verdes, baseando-se nas

²⁶ Lisboa, P. H. A. B. **Mapa das Unidades de Conservação de Ouro Preto**. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2021

DCNs dos Cursos Superiores de Turismo, faz se necessária a representada presença da dimensão ambiental no curso ofertado pela UFOP. Esta presença se mostra crucial, pois, além de estar em acordo às DCNs dos cursos, contextualiza suas inserções geográficas e sociais no que se refere ao meio ambiente do Município de Ouro Preto.

Ao realizar uma busca na internet, de forma superficial via buscador Google pelo Município de Ouro Preto e o turismo, o que encontra-se, são 11 fotografias relacionadas às igrejas, museus e arquitetura e apenas uma foto relacionada à todo o seu ambiente natural, neste caso a Cachoeira das Andorinhas. Quando pesquisado por roteiros montados para conhecer Ouro Preto, em uma busca superficial pelos primeiros resultados no buscador Google, apenas são mencionados roteiros destinados ao turismo de meio ambiente naqueles organizados para serem feitos em três ou mais dias.

A UFOP possui 4 disciplinas obrigatórias voltadas para a atuação do turismólogo no meio ambiente ou que buscam desenvolver em algum momento da disciplina, a consciência ambiental em sua área de atuação, independente de qual setor seja. A UFOP também possui 5 disciplinas eletivas que buscam estes mesmos objetivos. Dentre estas disciplinas opcionais, foi verificada também a disciplina “Educação Ambiental Aplicada ao Turismo”, que busca apresentar a aplicação da EA pelo turismólogo.

Esta Universidade se mostra coerente às DCNs dos Cursos Superiores de Turismo, uma vez que a mesma se situa geograficamente em uma região de grande interesse e procura pelo turismo ambiental e economia sustentável, ainda que, dividindo esse espaço com o turismo cultural e de massa que são mais visíveis pela cidade, pois dominam o Centro Histórico e as Igrejas, que são imagens identitárias da cidade.

É possível concluir, que a UFOP possui uma matriz curricular coerente, pois enfatiza a cultura, hospitalidade, planejamento e organização do turismo, mas não negligencia o desenvolvimento do turismo sustentável. Pelo contrário, a UFOP traz uma gama de disciplinas eletivas e obrigatórias fundamentais e complementares ao discente que irá compreender a possibilidade de desenvolvimento do turismo, em quaisquer representações de forma sustentável, mesmo em um município que apresente contradições, como o turismo de massa e a mínero dependência do município (Carvalho et. al, 2012).

4.4.2 UFMG

No site oficial do Curso de Turismo da UFMG (UFMG, 2025), a última atualização percebida é recente, do ano de 2025. Neste é mencionado, como uma necessidade do

graduando em turismo, “o espírito” empreendedor e a disposição para criação de alternativas de desenvolvimento inovadoras, isto pelo turismólogo atuar principalmente no planejamento e gestão de empresas ou desenvolvimento de comunidades, a partir de seus conhecimentos e atividades ligadas ao turismo.

Os campos de atuação apontados pela UFMG englobam os setores públicos e privados, o turismólogo pode atuar em setores empresariais e públicos, com meios de hospedagem, empresas de consultoria, agências operadoras de viagens, espaços culturais, eventos, em órgãos e entidades de turismo de âmbito municipal, estadual e federal e outros não mencionados. O docente do curso, segundo a página, deve se dedicar ao desenvolvimento de pesquisas em turismo, como “epistemologia e produção do conhecimento científico, gestão pública e privada, sociedade e natureza, planejamento territorial...” e outras áreas do turismo.

O **Quadro 6** apresenta as disciplinas que são ofertadas no curso superior de turismo pela UFMG, que podem se relacionar ao aprendizado e atuação do futuro profissional do turismo visando a sustentabilidade e disseminação de práticas ecológicas.

QUADRO 6 – Disciplinas de Turismo da UFMG com possibilidade aplicação da EA de forma transversal e interdisciplinar.

Disciplinas Obrigatórias	Eletivas/optativas
Geografia: Espaço e Natureza	Geol. e Mineração no Potenc. Turist. de Mg; Geologia como Atrativo Turístico; Geografia de Minas Gerais; Geografia e Turismo; Interpretação Geo-Ambiental; Elaboração e Formatação De Roteiros Turísticos; Turismo em Espaço Rural; Turismo e Desenvolvimento Regional; Turismo, Natureza e Educação; Turismo e Meio Ambiente; Geodiversidade e Turismo; Gestão Responsável de Destinos Turísticos; Paisagem, Território e Turismo; Bases Ecológicas Para o Desenvolvimento Sustentável; Paisagens e Turismo.

Fonte: produzido pelo autor, 2025.

O curso possui apenas uma disciplina obrigatória que menciona o espaço e a natureza, além de duas disciplinas sem nome representativo ou descritivo, no caso de “Tópicos Avançados” I e II. Possui uma disciplina que menciona a educação relacionada ao meio ambiente e ao turismo, bem como a UFOP apresenta a disciplina “Educação Ambiental

aplicada ao Turismo”. Contudo, assim como no caso da UFOP, esta não é uma disciplina de caráter obrigatório.

Contudo, a referida IES possui uma vasta gama de disciplinas opcionais ao discente relacionadas à práticas do turismo em ambientes naturais e rurais, além de disciplinas que envolvem o conceito de ecologia, desenvolvimento e outras que favorecem a aplicação da EA de forma transversal.

Quanto à inserção geográfica da UFMG, Belo Horizonte é reconhecida pela sua diversificação de eventos, cultura, identidade gastronômica e arquitetura (Belo Horizonte, 2023). O Plano Estratégico de Turismo de Belo Horizonte (2023), aponta os segmentos consolidados do turismo que são consolidados, como o Histórico - Cultural, Gastronômico, de Eventos e de Negócios, definindo o turismo de Natureza como um segmento em potencial, que de acordo com o Plano, precisa de maior desenvolvimento em “infraestrutura (urbana, transporte e sinalização)”(Belo Horizonte, p.16, 2023).

De acordo com o Plano Estratégico de Turismo de Belo Horizonte para o ano de 2023 - 2027, o turismo de Negócios e Eventos representa a maior parte da atividade, seguida pela gastronomia e turismo Histórico e Cultural. O Plano apresenta como principais motivações dos turistas que visitam a cidade o lazer, a visita a parentes e amigos e a participação em eventos. A Matriz SWOT realizada para analisar o Ambiente Interno de Belo Horizonte, apresenta a sustentabilidade apenas em um ponto, no caso o de fraqueza, devido a “falta de regulamentação, sustentabilidade e implementação do Fundo Municipal de Turismo”

A baixa presença de disciplinas de caráter obrigatório que relaciona o turismo ao meio ambiente, portanto, é justificável em conformidade às DCNs dos Cursos Superiores de Turismo, considerando a região intensamente urbanizada. Contudo, a página inicial da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte, afirma a necessidade de implementação de “ações ambientais capazes de proporcionar um equilíbrio harmônico” no processo de urbanização (Prefeitura de Belo Horizonte [s.d]).

Desta forma, pode ser considerada esta IES coerente às DCNs dos Cursos Superiores de Turismo, mas não coerente ao planejamento e necessidade do Município de Belo Horizonte, que busca pelo desenvolvimento sustentável, pois o discente pode optar por não participar de nenhuma atividade eletiva voltada para a atuação com turismo no meio ambiente natural ou com vistas ao desenvolvimento sustentável do turismo.

4.4.3 UFJF

O site oficial do curso de Bacharelado em Turismo da UFJF apresenta como objetivo do curso, formar turismólogos capazes de refletir sobre o turismo enquanto fenômeno e atuar no planejamento e gestão de ações, estratégias e ferramentas do turismo. “O curso possui o enfoque em duas áreas, que podem ser cursadas de acordo com o interesse de cada aluno: ênfase em Gestão de Organizações Turísticas e ênfase em Patrimônio e Planejamento de Destinos Turísticos” (UFJF, [s.d]).

A ênfase em Patrimônio e Gestão de Destinos Turísticos abrange as relações entre ambiente, sociedade e patrimônio, que favoreçam o planejamento, a implementação, o monitoramento e a intermediação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento turístico em localidades, com foco nos interesses sociais, históricos, culturais, políticos e ambientais. Também possibilita a atuação em organizações públicas, privadas e civis que visem ao desenvolvimento turístico alternativo e complementar aos moldes mercadológicos convencionais, privilegiando iniciativas turísticas de interesse social e público. (UFJF, [s.d])

O site oficial do curso da UFJF, aponta o enfoque humanista do curso, com objetivo de formar profissionais capacitados para planejar e executar o turismo sustentável e colaborar com o desenvolvimento de políticas para o turismo e coordenar pesquisas, trabalhos e estudos técnicos, além de outras competências de planejamento, coordenação, desenvolvimento de projetos, consultoria empresarial e política e prestação de serviços.

O **Quadro 7** mostra as disciplinas obrigatórias e eletivas ofertadas pelo curso superior de turismo da UFJF, que consideram o aprendizado e atuação do futuro turismólogo no que se refere ao turismo sustentável.

QUADRO 7 – Disciplinas de Turismo da UFJF com possibilidade aplicação da EA de forma transversal e interdisciplinar.

Disciplinas Obrigatórias	Eletivas/optativas
Ambiente e sociedade	Gestão de atrativos naturais Turismo e geografia da natureza Turismo e ruralidade Turismo e áreas protegidas

Fonte: Produzido pelo autor, 2025

Esta Universidade possui demanda quase que exclusiva com o turismo cultural, histórico e urbano, podendo ser considerada majoritariamente um turismo urbano. O Plano Municipal de Turismo de Juiz de Fora, publicado em 2020, aponta o turismo cultural como maior atrativo, que se apoia no turismo de experiência e no reforço da identidade territorial.

Esta IES ainda que de forma eletiva/optativa, apresenta disciplinas correlatas à atuação sustentável do turismólogo, o que pode contribuir para com o desenvolvimento sustentável do turismo, mas não com a atuação direta do turismólogo em ambientes naturais.

A disciplina “Ambiente e sociedade”, única de cunho obrigatório dedicada à formação de turismólogos sustentáveis, apresenta em seu conteúdo, disponível no site oficial do curso da Universidade, alguns conceitos da Educação Ambiental. Seus pontos fortes são a abordagem interdisciplinar com a filosofia, economia e geografia, o que torna a disciplina completa no que se refere à sensibilização dos futuros turismólogos.

De acordo com o Plano de Turismo de Juiz de Fora (Juiz de Fora, 2020), a cidade possui duas UCs em área urbana, o Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora e o Parque Natural Municipal da Lajinha, que contam com aproveitamento das mesmas para prática de educação ambiental.

De acordo com o Plano, Juiz de Fora se destaca pelo “Expressivo apelo cultural”, considerando os museus e edifícios ligados à história da cidade, do estado e do país. Os maiores destaques da cidade, de acordo com o Plano são o Museu Mariano Procópio (11,68%), Morro do Imperador (Morro do Cristo) (10,22%) e o comércio local que fornece entretenimento noturno e diurno (8,76%).

O Plano define como seus aspectos positivos os atrativos e opções culturais, conservação urbanística e atrativos como o comércio e entretenimento dia e noite. A demanda turística em Juiz de Fora, de acordo com o plano, está em 40,6% em visita a amigos e parentes, 19,8% em negócios, e 14,6% para motivos de saúde como tratamento ou consulta médica. O prognóstico do Plano de Turismo, apresenta a pretensão de se apoiar nos conceitos de “identidade territorial e turismo de experiência”

Por identidade territorial entendem-se as características materiais e simbólicas que distinguem lugares e regiões. Por turismo de experiência compreendem-se as experiências turísticas marcantes, memoráveis, possibilitadas por ofertas turísticas inovadoras (Juiz de Fora, p.9 2020)

A Universidade Federal de Juiz de Fora possui uma estrutura curricular eletiva diferente das duas outras IES selecionadas. Possui do segundo ao quarto período, 20 disciplinas eletivas do ciclo profissionalizante em duas linhas, sendo 10 para “gestão de empreendimentos turísticos” e 10 para “patrimônio e gestão de destinos turísticos”. Apenas na segunda linha existem disciplinas voltadas para o meio ambiente.

Nota-se a existência de uma disciplina obrigatória voltada para o turismo no meio ambiente natural, que aborda crises ambientais e a dialética entre a Sociedade e a Natureza e

também apresenta a Educação Ambiental como uma prática transformadora (UFJF [s.d]). A baixa gama de disciplinas obrigatórias voltadas para a EA no campo do turismo, é justificável conforme as DCNs dos cursos de turismo, devido ao mencionado “apelo cultural” e baixa presença do turismo de meio ambiente apresentado pelo Plano de Turismo de Juiz de Fora (Juiz de Fora, 2020).

Apesar desta baixa presença, de disciplinas voltadas para o turismo de meio ambiente, elas ainda existem e estão de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, principalmente por apresentar ao menos uma disciplina obrigatória, que busca de acordo com o conteúdo programático da mesma, alcançar a compreensão do “campo da cultura ao campo do meio ambiente: Contextos e Conflitos” (Juiz de Fora [s.d]).

4.4.4 UFVJM

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, possui curso de bacharelado em turismo avaliado como o 51º melhor entre as IES do país. de acordo com o Ranking de Cursos Universitários Folha (RUF, 2019) A visão desta IES sobre o Mercado de Trabalho do turismólogo, insere o Meio Ambiente como um dos âmbitos nos quais pode se inserir profissionalmente e possui como objetivo “formar um profissional com visão ampla, apto a se inserir e a transformar mercados de trabalho nas áreas correlatas ao turismo. (UFVJM, 2020)”.

O Projeto Pedagógico disponibilizado pela página da UFVJM (2020), informa que o curso foi criado para atender demandas globais e regionais, com formação adequada para atuação com responsabilidade socioambiental. Esta instituição afirma que o turismo é uma atividade capaz de atuar de forma associada à ao patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e também ecológico presente na região em que a Universidade se encontra. A UFVJM, também afirma sua busca pela garantia de formação educacional de forma a promover e intensificar a sustentabilidade.

Sua missão, valores e princípios, explícitos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), afirma seu compromisso com o respeito à natureza, produzir e disseminar conhecimento em prol do desenvolvimento regional e nacional e ainda se qualificar como uma das melhores IES do país, buscando pelo desenvolvimento não apenas dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, mas também nacional.

A apresentação do **Quadro 8**, aponta as disciplinas de caráter eletivo/optativo e obrigatórias do curso superior de turismo da UFVJM, que possuem relação com a educação ambiental e a atuação do profissional do turismo e que também podem estreitar esta relação.

QUADRO 8 – Disciplinas de Turismo da UFVJM com possibilidade aplicação da EA de forma transversal e interdisciplinar.

Disciplinas Obrigatórias	Eletivas/optativas
Meio Ambiente e turismo Geografia do turismo	Educação e interpretação ambiental Geoprocessamento Gestão de áreas protegidas Técnicas de monitoramento socioambiental do turismo História meio ambiente e educação ambiental Educação ambiental Avaliação de impacto ambiental e unidades de conservação Fundamentos da arqueologia Introdução ao direito ambiental Meio ambiente e sociedade População espaço e ambiente Questões urbano-ambientais Representação da paisagem pelo olhar de viajantes naturalistas Unidades de conservação e conflitos socioambientais

Fonte: Produzido pelo autor, 2025

Esta IES apresenta diversas disciplinas correlatas à atuação do profissional de turismo sobre ambientes naturais e áreas de preservação. Contudo, no que se refere ao objeto principal do estudo, disciplinas obrigatórias de EA nos cursos superiores de turismo, não foram identificadas em sua matriz curricular disciplinas voltadas ao tópico.

Em contrapartida à esta ausência de disciplinas obrigatórias voltadas para a EA, a disciplina de Turismo e Meio Ambiente pode facilmente atuar sobre este desfalque, uma vez que a realização do turismo ético no meio ambiente exige conhecimentos básicos de EA. Ao analisar a missão, valores e princípios da universidade, considera-se que em ambas as disciplinas obrigatórias que promovem o contato com o conhecimento empírico de atividades correlatas ao meio ambiente, podem ser entregues a devida importância e formas de atuação sustentáveis pelos discentes.

Diversas atividades são voltadas para a geografia, incluindo disciplinas de arqueologia, representação da paisagem pelo olhar de viajantes naturalistas e geoprocessamento. O geoprocessamento, por fornecer técnicas e metodologias que favorecem a compreensão e análise de questões socioambientais, pode gerar uma relação interativa entre o profissional do turismo e o meio ambiente e sociedade ao entorno. Este conhecimento também pode favorecer a análise de viabilidade do turismo em determinadas regiões, além de coletar informações, que podem ser utilizadas para analisar áreas preservadas, desenvolvimento urbano, uso do solo, redução de recursos naturais e pontos viáveis para o turismo.

A disciplina “Representação da paisagem pelo olhar de viajantes naturalistas”, pode conter um contexto histórico, além de análises documentais, que levam os discentes a discutir sobre ciências naturais e comparar a paisagem contemporânea com paisagens do passado, trazendo à tona uma crítica ao desenvolvimento urbano insustentável e exploração abusiva de recursos naturais. Esta disciplina também pode favorecer o debate sobre a influência das viagens de naturalistas como Alexander Von Humboldt (Lubrich, 2017;), Charles Darwin junto à James Cook (Geikie, 1909; Herbert, 1980).

A cidade de Diamantina, sede da Universidade onde se localiza a referida IES, apresenta em seu portal oficial da prefeitura (Diamantina, 2022), o Plano de Turismo de Diamantina para os anos de 2022 até 2025. Superficialmente, ao analisar o plano, nota-se a valorização municipal aos seus recursos naturais, dedicando tópicos ao turismo de aventura correlacionados ao meio ambiente e outro tópico para o plano de implementação deste programa. Foi considerado também durante o desenvolvimento deste plano, como uma diretriz a promoção de uma rede cooperativa no município em busca de uma economia firmada em “uma indústria limpa, inesgotável e sustentável” (Diamantina, p.6, 2022). Além desta , também se encontra no plano as seguintes diretrizes:

Promover ações no campo do TURISMO que tenham como objetivo a sustentabilidade ecológica, social, cultural, econômica e espacial, de modo a garantir a preservação dos recursos naturais, distribuição de renda, valorização da identidade regional, profissionalização dos serviços e descentralização da atividade turística no território.

Qualificar os prestadores de serviço que já atuam e também aqueles que desejam prestar serviços no campo do turismo, promover a educação para o turismo junto À comunidade e a viabilização de serviços, de estruturas e de equipamentos que contribuam para a melhor recepção dos turistas em locais estratégicos [...]
(Diamantina, p.6, 2022)

Conclui-se portanto que a UFVJM está inserida em um município que se preocupa com a sustentabilidade no turismo e também, com a educação do turista, por meio da

formação de profissionais do turismo em prol do turismo consciente e responsável. Esta preocupação é justificável devido a alta demanda e capacidade de oferta do turismo de meio ambiente no município. Diamantina possui como atração o Parque Estadual do Biribiri, diversas cachoeiras, o Caminho dos Escravos (um percurso histórico com notável beleza cênica) e ainda, diversas possibilidades para o turismo e esportes de aventura.

Contudo, de acordo com o PDI da IES, está inserida em quatro Regiões Geográficas Imediatas de Minas Gerais e isto deve ser considerado ao analisar sua visão quanto ao curso de turismo e sua construção curricular, mesmo que o referido curso esteja presente apenas no Campus de JK, localizado em Diamantina.

“Diamantina (13 municípios e um total de 126.144 habitantes), sede da universidade; Janaúba (11 municípios e um total de 208.743 habitantes), Teófilo Otoni (27 municípios e um total de 453.423 habitantes) e Unai (11 municípios e um total de 186.741 habitantes). Isso representa a abrangência de 62 municípios e uma população total de 975.051” (UFVJM, 2024)

Desta forma, pode-se considerar coerente as duas disciplinas de caráter obrigatório voltadas para o conhecimento do turismólogo do meio ambiente e da atuação sobre este de determinadas maneiras, além da vasta gama de disciplinas eletivas voltadas para a atuação em ambientes naturais, coerente conforme previsto pelas DCNs sobre a EA dos Cursos Superiores de Turismo. Esta pesquisa considera importante a aplicação obrigatória de disciplinas sobre EA aos cursos superiores de turismo nas IES do estado de Minas Gerais, e a UFVJM apresenta duas disciplinas de caráter obrigatório, não específicas sobre a EA e o turismo, mas que podem abordá-la de forma interdisciplinar, colaborando para com a formação de turismólogos preparados para atuar de forma sustentável no município e no país.

4.5 Análise das Universidades Federais Selecionadas

Foram analisadas as propostas das Universidades Federais de Minas Gerais, para reafirmar sua visão institucional quanto ao desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões em que se inserem. Esta análise é realizada visando encontrar mais uma justificativa à inclusão da EA de forma obrigatória nos cursos superiores de turismo. Esta análise é realizada a fim de identificar a motivação institucional no que se refere ao incentivo à adoção de matrizes curriculares integradas à responsabilidade ambiental. As quatro IES, apresentaram PDIs a serem concluídos até 2029, sendo a UFOP até 2025, UFMG até 2029, UFJF até 2027 e UFVJM até 2028.

São analisados apenas os PDI, relevando informações externas à estes, considerando que, todas suas ações, propostas e projetos devem estar inseridos nestes planos, junto à sua visão, objetivos e missão. Desta forma, no **Quadro 9**, são identificadas as propostas das IES para a inserção da Sustentabilidade Institucional e formação de agentes disseminadores de boas práticas ambientais e produtores de conteúdo científico nesta temática, considerando a EA como um meio de atingir este objetivo.

QUADRO 9 – Análise de propostas das IES para a inserção da Sustentabilidade Institucional e formação de agentes disseminadores de boas práticas ambientais e produtores de conteúdo científico sobre a temática.

	Objetivos	Missão	Visão
UFOP	Se firmar e afirmar como capaz de construir uma sociedade pautada na sustentabilidade	Produzir e disseminar conhecimento científico ambiental, formar profissionais críticos - reflexivos, empreendedores e construtores de uma sociedade justa.	Educação e pesquisa para desenvolvimento sustentável. A educação superior deve enfrentar problemas sociais e ambientais.
UFMG	Não menciona em seus objetivos o desenvolvimento sustentável, apenas considera o desenvolvimento regional	Ser referência institucional, formar indivíduos críticos e éticos, comprometidos com a redução da desigualdade, e assimetrias regionais, bem como o desenvolvimento sustentável.	“Ambiente e Sustentabilidade”, “Agenda UFMG para o Ambiente e Sustentabilidade”, integrar áreas, órgãos e setores para alcançar a formação ética e produzir conhecimento.
UFJF	Não menciona em seus objetivos o desenvolvimento sustentável	Não menciona em sua missão, valores e princípios ou em suas Políticas Institucionais a formação para o desenvolvimento sustentável, apenas menciona o compromisso no auxílio de problemas sociais e econômicos.	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental – GEA.
UFVJM	Foco nos 3 Rs, estímulos à EA no ambiente acadêmico, quantificar e caracterizar consumo, descarte e coleta.	Sustentabilidade como um valor mas sem descrição. Análise SWOT sem menção à sustentabilidade. Contudo, apresenta como um objetivo a sustentabilidade ambiental	Não menciona em sua visão o desenvolvimento sustentável

Fonte: adaptado pelo autor, 2025 baseado em Bonin, p. 71 - 72, 2016.

A sustentabilidade, é um tópico que deve estar presente em quaisquer planos de desenvolvimento de uma instituição federal, contudo, esta pesquisa busca encontrar a Educação Ambiental nos planos destas instituições. Esta busca tem por objetivo identificar a EA como um princípio institucional, que pode atingir todos os cursos de graduação ofertados pela UF. Ao utilizar a ferramenta “Google Pinpoint” para encontrar a Educação Ambiental nos Planos de Desenvolvimento Institucional, foi possível identificar que as IES analisadas possuem preocupações quanto à sustentabilidade e Educação Ambiental. Realizar esta análise é fundamental, uma vez que planos institucionais devem refletir nos cursos ofertados.

O resultado desta busca, demonstra que a UFOP, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (UFOP, 2015), tem a sustentabilidade como um de seus valores. A Educação Ambiental, mesmo que não citada diretamente com frequência, é um dos pilares da UFOP, visto que de acordo com o PDI, existe intenso interesse em desenvolver uma gestão sustentável e atuar como agente transformador, formando cidadãos conscientes e engajados com questões ambientais. O PDI (UFOP, 2015) apresenta como um dos eixos centrais o uso eficiente de recursos naturais, como gestão hídrica, iluminação sustentável e consumo reduzido de energia, além de desenvolvimento de programas para conscientização do uso de recursos energéticos. A UFOP apresenta também um uma infraestrutura física, para oferecer ambientes de permanência sustentáveis, que podem ser considerados exemplos de sustentabilidade aplicada em uma instituição.

A UFMG considera responder à Agenda 2030 da ONU e os ODS, destacando a importância da EA em nível global e localizado (UFMG, 2024). Esta IES aponta que o posicionamento das Universidades Federais é crucial para alcançar os ODS e que a estruturação de sistemas de EA para o público em geral é indispensável (UFMG, 2024). Para esta instituição é essencial intensificar e expandir a oferta de atividades de EA integradas ao uso e conhecimento dos espaços universitários (UFMG, 2024). O PDI, portanto, enfatiza uma necessidade de atuação educacional voltada à disseminação de boas práticas ambientais, alinhadas com metas globais de sustentabilidade, como no caso dos ODS.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF (UFJF, 2022), no que se refere à sustentabilidade e Educação Ambiental, possui destaque para o Jardim Botânico como um espaço de aplicação da EA e como espaço a ser constantemente melhorado. Este representa um avanço na estruturação da EA, por incluir atividades de pesquisa e extensão, além de contribuir para com a recuperação de áreas degradadas e restauração florestal com mudas nativas pelo Viveiro de Mudas do Jardim Botânico (UFJF, 2022). Este viveiro, possui visitas guiadas para escolas e grupos, o que favorece o desenvolvimento de projetos educacionais

voltados para causas socioambientais em conjuntos aos cursos ofertados pela UF, considerando também que este espaço valoriza a interação da biodiversidade com saberes tradicionais de povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares (UFJF, 2025).

O valor que a UFJF dá ao Jardim Botânico é justificável, visto que, neste espaço, mencionam os projetos de capacitação de pessoas para práticas sustentáveis (UFJF, 2025). Destacam ainda, o sistema agroflorestal, que promove a capacitação sustentável interna e externa, com cursos, minicursos, seminários e *workshops*, com objetivos de aprimorar a visão ambiental social e obter retorno social por meio de conhecimentos e práticas inovadoras (UFJF, 2025). O Jardim, portanto, consolida-se como um centro de referência em Educação Ambiental, unindo conservação, arte, pesquisa e extensão para formação de cidadãos conscientes.

A UFVJM apresenta como estratégias para a sustentabilidade e conscientização, seu comprometimento com a promoção de ações de Educação Ambiental, arborização e gestão de resíduos (UFVJM, 2023). Essa IES, possui planos para o desenvolvimento do espaço físico da UFVJM por fomentar práticas sustentáveis em toda a comunidade acadêmica, além do desenvolvimento de ações de arborização e paisagismo em seus campi (UFVJM, 2023). Seu PDI, também menciona a realização de campanhas educativas que estimulam a conscientização ambiental com temas de consumo responsável, preservação de recursos naturais e manejo adequado de resíduos. Estas são ações do “Plano Transversal de sustentabilidade”, que integra a educação com pesquisa e gestão do meio ambiente na UFVJM, que possuem resultados divulgados anualmente, reforçando seu papel na EA por formar cidadãos críticos e comprometidos com o meio ambiente (UFVJM, 2023).

Desta forma, percebe-se que todas as IES Federais de Minas Gerais, possuem seus respectivos planos para o desenvolvimento institucional sustentável por meio da Educação Ambiental. Espera-se com esta pesquisa, dar o passo inicial à busca pelo reflexo desses planos nos cursos superiores de turismo, e para isso, será necessário encontrar as ações dispostas pelas IES analisadas para os discentes.

A análise individual dessas IES, evidencia as particularidades de cada proposta pedagógica. Para aprofundar a compreensão e extrair conclusões tangíveis, foi realizada uma análise comparativa, sintetizando os dados coletados. Desta forma, foram contrastadas as diferentes abordagens curriculares, verificando em que medida refletem as DCNs, as próprias inserções geográficas e perfil turístico de cada localidade.

Para facilitar esta análise integrada, foi elaborado o **Quadro 10**, organizando as informações em eixos centrais.

QUADRO 10 – Análise comparativa da Dimensão ambiental nos cursos de turismo das UFs Mineiras

IES	UFOP	UFMG	UFJF	UFVJM
Contexto turístico	Turismo Histórico e cultural; Forte presença de patrimônio natural; 21 UCs e potencial para turismo de natureza	Turismo consolidado em segmentos de gastronomia, negócios e eventos; Turismo de natureza precisa de desenvolvimento	Apelo pelo turismo cultural e urbano; 02 UCs em áreas urbanas	Alta demanda e oferta para turismo de natureza; Indústria limpa e sustentável.
Ambientalização curricular Obrigatória	Robusta. Garante sólida base ambiental aos discentes	Generalista. A abordagem ambiental não é um eixo central	Pontual. Garante um contato inicial à EA	Intermediária. Garante base comum às disciplinas obrigatórias
Ambientalização curricular Eletiva	Ampla. Disciplinas específicas, permitindo especialização	Muito Ampla. Suficiente para aprofundamento	Específica. Ênfase em gestão do patrimônio natural	Muito Ampla. Diversidade de eletivas e diversificação e especialização
Alinhamento com as DCNs e inserções geográficas	Alto alinhamento. Currículo responde diretamente ao potencial natural da região de Ouro Preto; Cumprimento com a orientação das DCNs. Base obrigatória sólida e coesa.	Alinhamento contextual. Reflete o perfil de Belo Horizonte, direcionamento ambiental à carga horária eletiva; Lacunas na formação de turismólogos especializados em outras áreas.	Alinhamento contextual. Currículo coerente ao perfil urbano; Aprofundamento condicionado a específica linha de formação; Decisão de graduando ter base para atuação com turismo sustentável.	Alto alinhamento. Currículo e visão institucional coerente ao Plano de Turismo; Reflete o potencial do ecoturismo para a região.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos Projetos Pedagógicos de Turismo analisados.

4.6 Sensibilização ambiental para a profissionalização no turismo

Para que a educação ambiental se torne aliada do desenvolvimento regional por meio do turismo, é crucial que haja investimento institucional, que permita sua aplicação pelos docentes (Câmara, 2004). De acordo com a autora, é fundamental que a EA seja introduzida nos documentos oficiais dos cursos superiores de turismo, tornando-a obrigatória. Para a autora, também é essencial que haja:

uma reformulação curricular que permita uma efetiva incorporação da educação ambiental, a capacitação de docentes para a ação interdisciplinar, o incentivo à participação na pesquisa e na extensão, a adoção e implementação de estratégias pedagógicas interdisciplinares e uma avaliação permanente e coletiva de todo o processo formativo. (Câmara, p.7-6, 2004)

A referida importância se dá pelo atual cenário de desenfreado uso de recursos naturais do planeta e desinteresse em aprendizado ambiental de discentes de cursos superiores das ciências sociais. Contudo, existem ainda formas de ser trabalhada esta dimensão, uma destas, é a aplicação de disciplinas ambientalizadas direcionadas à atuação do turismólogo. Disciplinas assim, foram apresentadas apenas em 50% das IES analisadas. A UFMG e UFJF apresentam, apenas uma disciplina de caráter obrigatório que trata a geografia e o ambiente e sociedade respectivamente, mas não sobre a atuação do turismólogo, assim como a UFOP e a UFVJM.

Embora o curso superior de turismo possua décadas de consolidação, sua trajetória na realidade dos ensinos superiores é relativamente recente no que se refere às áreas tradicionais. Portanto, este curso pode ser considerado como um curso superior em desenvolvimento. A pesquisa realizada por Câmara em 2004, revela resultados menos expressivos na temática que os atuais, indicando uma evolução contínua na qualidade da formação de turismólogos pelas IES Federais.

Em 2006, uma pesquisa realizada por Peciar (2006), dentre 13 instituições pesquisadas ao menos uma disciplina voltada para a área ambiental foi identificada, mesmo que neste período a Educação Ambiental não fosse uma exigência direta das DCNs do curso de turismo. A pesquisa de Peciar (2006) identificou que os conteúdos correlatos à atuação do turismólogo de forma sustentável no meio ambiente, não foram alocados de forma explícita nas ementas observadas.

Outra pesquisa realizada por Gonzalez (2008), demonstrou que dentre os 124 cursos de turismo existentes no Estado de São Paulo, apenas 2 não apresentavam em suas estruturas curriculares uma alusão direta às temáticas ambientais. A autora menciona que a questão da sustentabilidade no turismo merece mais pesquisas e as IES que ofertam o curso de turismo

precisam de maior coerência quanto à esta necessidade de nosso planeta. Gonzalez afirma que o turismo cresce e continuará crescendo fortemente devido às facilidades de se conseguir viajar e isto demanda por parte do setor, maior busca pela transformação da atividade em relação à sociedade e natureza.

Em 1999, Hartmann (*apud* Pedrini, 2005), identificou as maiores dificuldades ou, obstáculos, para o desenvolvimento de um turismo mais sustentável no Brasil, o que incluía:

- Ação ineficaz da iniciativa privada e insuficiente atuação do poder público;
- Falta de conscientização ou educação inadequada dos turistas interessados pelo turismo sustentável;
- Escassez de atividades comunitárias integradas;
- Deficiência em infraestrutura adequada para o turismo em ambientes naturais;
- Falta de profissionais capacitados;
- Desconhecimento de gestores do turismo e do patrimônio sobre critérios sustentáveis.

Estes obstáculos apresentados por Hartmann em 1999, representam um déficit na formação de profissionais do turismo. Contudo, a análise realizada neste trabalho, apresenta que a preocupação com a capacitação sustentável do turismólogo tem se fortalecido com o passar dos anos. No contexto acadêmico, este trabalho demonstra que, todas as Universidades Federais de Minas Gerais possuem atividades correlatas ao meio ambiente. Duas das IES analisadas não possuem atividades direcionadas à atuação do turismólogo em ambientes naturais, contudo verifica-se em panorama geral, forte presença de atividades direcionadas ao conhecimento, mesmo que em sua maioria opcionais, a respeito da gestão, tratamento e análise, disciplinas como:

- Turismo e meio ambiente;
- Educação ambiental aplicada ao turismo;
- Turismo em Unidades de Conservação;
- Turismo em espaço rural;
- Turismo, natureza e educação;
- Gestão responsável de destinos turísticos;
- Gestão de atrativos naturais;
- Turismo e geografia da natureza;
- Turismo e ruralidade;

- Turismo e áreas protegidas;
- Meio ambiente e turismo;
- Gestão de áreas protegidas;
- Técnicas de monitoramento socioambiental;
- Avaliação de impacto ambiental e Unidades de Conservação.

Desta forma verifica-se que a evolução dos cursos superiores de turismo no Estado de Minas Gerais tem se adaptado às necessidades globais pela sustentabilidade. Este direcionamento das universidades ofertantes dos cursos superiores de turismo, se apresenta como resultado do direcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais, somado às normativas voltadas à EA e à educação superior no Brasil.

Nota-se em todos os Projetos Pedagógicos e Planos de Desenvolvimento Institucional, direcionamentos à sustentabilidade institucional. Isto demonstra o desenvolvimento positivo quanto à sustentabilidade. A análise destes documentos fornecidos pelas IES analisadas demonstra seus respectivos compromissos para com a sustentabilidade, e espera-se que o curso de turismo, bem como os outros cursos ofertados, se adequem às visões, missões e objetivos gerais.

Este estudo, por buscar pelas disciplinas ao longo da formação de turismólogos, que têm como objetivo formar profissionais dedicados e comprometidos à produção e fornecimento do turismo sustentável, responsável e ético, alcança uma análise panorâmica das IES do Estado de Minas Gerais. Procura também pela Sensibilização Ambiental do turismólogo como um fator essencial à formação de profissionais do turismo, uma vez que confirmada à capacidade transformadora que o setor possui no mundo.

Considera-se para esta pesquisa, que as visões institucionais, são refletidas por todos os setores de uma IES, incluindo os cursos superiores ofertados por esta. Portanto, uma Instituição preocupada com questões ambientais, pode resultar em cursos superiores comprometidos com a formação e capacitação sustentável. A **Figura 4** apresenta um infográfico sobre a percepção das IES analisadas quanto à sustentabilidade, e facilita a visualização da atual preocupação destas quanto ao desenvolvimento institucional sustentável, que deve alcançar cada um dos cursos ofertados por estas, e contribuir para com a integração destes valores nos profissionais formados por cada uma delas.

FIGURA 4 – Abordagens Universitárias à Sustentabilidade (Minas Gerais)

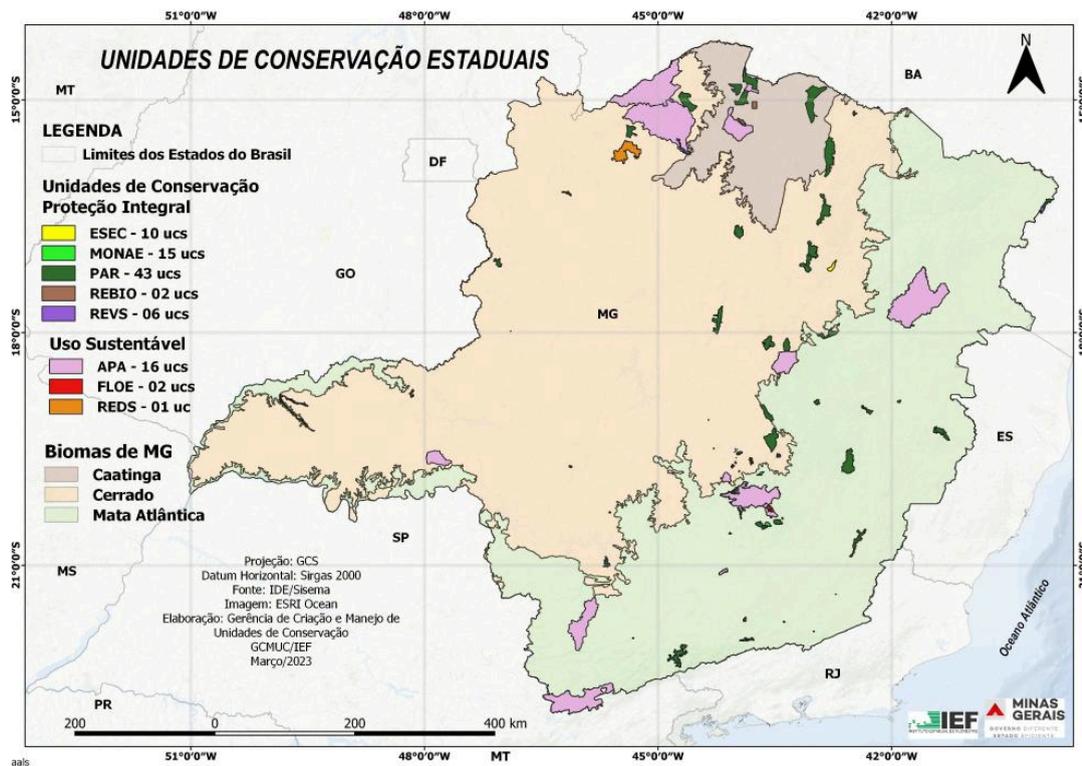


Fonte: Gerado pelo autor (2025)

O infográfico analisa as informações coletadas nos documentos institucionais de cada IES Federal de Minas Gerais e demonstra que a sustentabilidade e a Educação Ambiental, além da capacitação através de temáticas ambientais, tem se tornado um tema de grande relevância no ensino superior. A inclusão da temática nestes documentos refletem o alinhamento das IES com as demandas globais e locais. Em relação às pesquisas realizadas anteriormente sobre o tema, nota-se gradual desenvolvimento nos cursos superiores de turismo, e esta preocupação socioambiental pelas universidades têm refletido nos cursos superiores de turismo a mesma preocupação quanto à sustentabilidade.

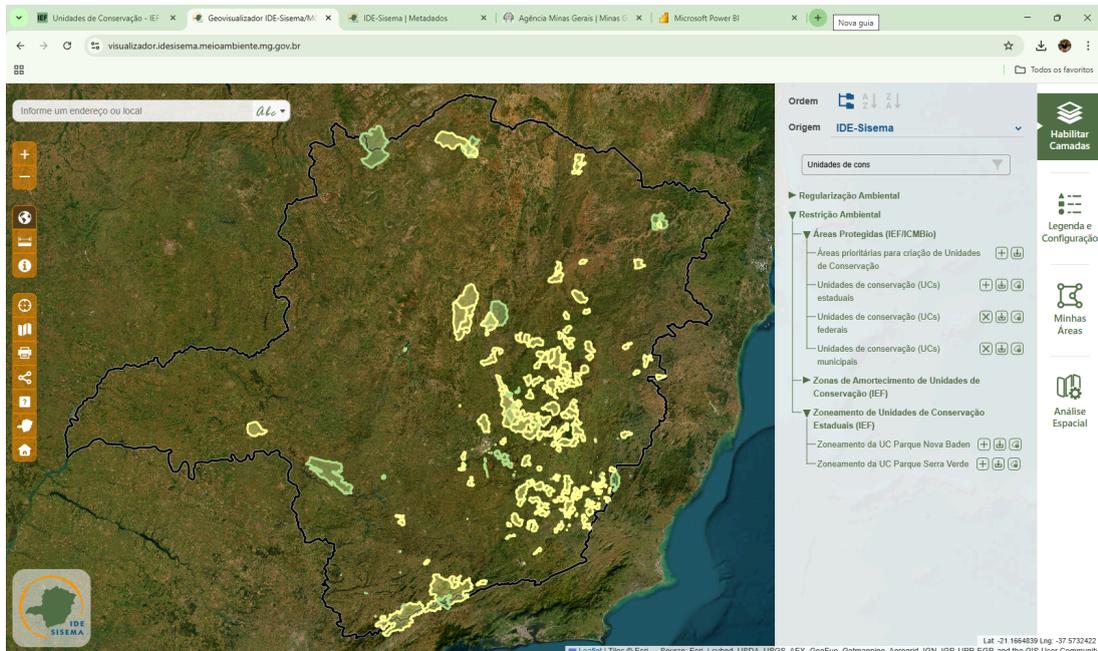
Esta pesquisa foi realizada levando em consideração o Estado de Minas Gerais, considerando dois aspectos: a quantidade de Unidades de Conservação presentes no Estado e o crescimento do turismo. Atualmente, Minas Gerais possui cadastrado no SNUC, 95 Unidades de Conservação Estaduais, como representado na **Figura 5**, não contabilizando as UCs Federais e Municipais presentes nos limites do Estado, conforme a **Figura 6**.

FIGURA 5 – Mapa das Unidades de Conservação Estaduais



Fonte: Instituto Estadual de Florestas (2023)

FIGURA 6 – Mapa das Unidades de Conservação Federais e Municipais localizadas em Minas Gerais



Fonte: IDE-Sisema, 2022

Este rico patrimônio natural protegido e sob gestão, somado ao desenvolvimento do turismo no Estado de Minas Gerais, que lidera a atividade já a dois anos, com crescimento superior a 100% de acordo com o IBGE (Agência Minas, 2025), representa uma oportunidade de apoio ao desenvolvimento ordenado e uma necessidade de melhorias constantes em gestão.

As Universidades Federais, podem atuar em atividades de Educação Ambiental nestas diversas UCs. De acordo com o site oficial da UFOP (2023) e da UFJF (2019) os alunos realizam visitas técnicas às Unidades de Conservação de Minas Gerais, incluindo o Parque Estadual de Ibitipoca. Não foram encontradas outras informações em portais oficiais a respeito destas visitas por parte das IES analisadas, contudo, é conhecida a possibilidade de serem realizadas pelas Instituições Federais.

As visitas técnicas oferecidas pelas Universidades Federais, podem ensinar a EA na prática aos alunos e desenvolver a sensibilização ambiental por parte de profissionais do turismo a partir da observação, registro e contato e comunicação com os profissionais das UCs (Silva *et al.* 2019). Silva (*et al.*, 2019), apontam que estas visitas podem formar agentes de proteção e conservação ambiental, além de compreender a importância dos visitantes, acadêmicos e turistas.

Considerando que estas visitas a serem realizadas em UCs necessitam também de infraestrutura, é importante mencionar que deve ser sustentável assim como o comércio local, de forma que turistas que buscam pela sustentabilidade possam ser também sustentáveis em suas atividades e até mesmo em sua simples permanência. As visitas técnicas podem também valorizar o patrimônio natural, demonstrando que não são apenas locais para ciência, mas também de apreciação, encontro pessoal e interpessoal e conhecimento.

Minas Gerais, portanto, demonstra rico patrimônio natural, com diversas possibilidades para práticas sustentáveis e práticas das mais diversas formas de turismo. Ao mesmo tempo, nota-se por meio das análises documentais realizadas neste que, o estado de Minas Gerais possui 4 cursos superiores de turismo ofertados de forma gratuita por intermédio de Universidades Federais. Estas 4 IES analisadas, apresentam também projetos, visões e missões sustentáveis, todas buscam pela capacitação profissional de indivíduos comprometidos com a melhora da qualidade ambiental e educação do turista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa compreende o turismo como uma atividade de complexa gestão, que deve ser analisada de forma panorâmica em relação à sua demanda social e espacial. O turismo pode ocorrer em qualquer parte do mundo, das áreas mais remotas como expedições à Antártida até áreas que remetem à tempos obscuros como o turismo do Holocausto Alemão. Isto significa, que o turismo alcançará qualquer local, seja este um local de memória ou de preservação.

Mesmo havendo um ambiente natural de preservação, o turismo pode alcançá-lo, e para isso surge a necessidade da existência de políticas que impeçam interesses econômicos de atingir negativamente o meio ambiente natural e interesses de comunidades tradicionais e suas culturas. Para isso, surgem ações como a Política Nacional da Educação Ambiental, Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras referentes à preservação, conscientização e educação, somados às sanções para descumprimento destas.

Esta massiva quantidade de peculiaridades se dá pela necessidade de um estudo integrado do turismo e sua promoção com comunidades e ambientes, visto que os profissionais de turismo, não possuem formação em biologia e direito socioambiental para compreensão técnica acerca das temáticas. Considerando esta dificuldade, é fundamental que o turismo enquanto ciência e curso superior, passe o conhecimento interdisciplinar para o discente a respeito de seu papel como gestor do patrimônio natural, fornecedor de serviços e formulador de políticas públicas para o turismo em ambientes naturais.

Além do conhecimento acerca de sua atuação sobre ambientes naturais, os cursos superiores propostos à formar turismólogos, precisam também sensibilizar o futuro profissional quanto à preservação e desenvolvimento sustentável. O turismólogo também precisa estar apto à disseminar boas práticas ambientais e sustentáveis em suas atividades, educar o turista e atuar como agente compartilhar da Educação Ambiental.

É fundamental que o profissional de turismo, não apenas forneça serviços sustentáveis, mas também se mantenha contextualizado, capacitado e informado sobre as suas respectivas inserções geográficas, estando devidamente sensibilizado ambientalmente. Isto é importante para que a educação ambiental e a educação do turista sejam postas em prática pelos profissionais e pela comunidade, em qualquer local que o turista tenha acesso. Para que seja inserida a sustentabilidade como política básica em um destino turístico por meio dos serviços, é imprescindível que haja apoio e incentivo do poder público e iniciativa privada, ao

promover programas de capacitação, roteiros específicos para o profissional do turismo e incentivos ao pequeno e médio empresário do setor.

Os cursos superiores de turismo gratuitos ofertados pelas Universidades Federais, são uma ferramenta pública para a formação profissional e podem fornecer com apoio governamental ou privado, programas de capacitação profissional. Esta monografia, portanto, considera a EA como um componente indispensável aos estudantes de turismo, devido à capacidade que o profissional da área possui para a educação dos turistas. O turismólogo pode educar o turista e visitantes sobre a importância de respeitar os ambientes visitados, culturas, habitantes e a ecossistemas. A EA, não apenas funciona como uma ferramenta educadora, mas também como uma ferramenta transformadora, com a qual se é possível valorizar o patrimônio natural e cultural. Esta, é fundamental para a formação de profissionais do turismo e conseqüentemente de turistas, que serão capazes de promover e praticar respectivamente, o turismo sustentável, com objetivos pré estabelecidos de preservar e respeitar.

Com a procura por pesquisas relevantes ao tema da EA nos cursos superiores de turismo, foi possível identificar a importância do tema. O objetivo da pesquisa foi de conferir se as IES possuem o objetivo de preparar adequadamente os futuros turismólogos para uma atuação sustentável no mercado, situado em nossa realidade de uso desenfreado de recursos naturais. Esta busca evidenciou que existe uma escassez de trabalhos acadêmicos atualizados sobre esta temática, dificultando uma análise aprofundada sobre a evolução dos cursos superiores de turismo em relação à EA.

Ao realizar uma análise acerca das Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, especificamente pelos cursos de turismo ofertados por estas instituições, identificou-se que apenas duas apresentam a EA como um componente curricular obrigatório direcionado à atuação profissional no setor do turismo. Mesmo assim, todas as quatro IES ofertam disciplinas obrigatórias relacionadas à atuação do turismólogo no meio ambiente natural, que de forma transversal e interdisciplinar, podem apresentar a EA aos discentes. Estas disciplinas evidenciam uma coerência, a qual esta pesquisa buscou identificar, a respeito do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais pelas Universidades Federais, considerando que foram identificadas as possibilidades para a promoção do turismo sustentável e mudança do mercado, tornando o turismólogo um agente transformador que irá educar o turista e o mercado.

Esta pesquisa, identifica a importância da Educação Ambiental inserida na base da formação profissional de um setor que possui grande taxa de crescimento no país. Tal apontamento evidencia a capacidade transformadora que possui o turismo, isto quando bem

aplicado e gerenciado com vistas à sustentabilidade, por isso considera também a educação ambientalizada do futuro profissional como um fator essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável. Por isso, a pesquisa relacionou a visão das UFs ofertantes dos cursos de turismo em Minas Gerais com as DCNs e legislação nacional vigente sobre o desenvolvimento sustentável e EA, identificando em suas respectivas inserções geográficas, o contexto do desenvolvimento socioeconômico ambiental por meio das UFs e seus projetos.

O estudo demonstrou que o turismo no meio ambiente pode ocorrer de diversas formas, com atividades de observação, como o *birdwatching* ou de contato físico, com o *bouldering*. Portanto, o turismo em ambientes naturais, em qualquer forma que se manifeste, deve sempre ser visualizado como uma atividade sustentável, em que as interferências humanas sejam mínimas e as ações antrópicas para o seu desenvolvimento e promoção, não interfiram em ecossistemas e culturas. O mesmo deve ser considerado pela iniciativa privada, que oferece serviços à turistas em locais propensos à recepção do turismo de meio ambiente. Esta pesquisa revela que o turismo possui potencial para modificar o ambiente de forma positiva quando bem promovido, valorizando a cultura e paisagem de regiões de pouco interesse econômico, como as zonas rurais suas estradas, como no caso da Estrada Real.

Ao inserir a Educação Ambiental como um componente curricular obrigatório à formação profissional em turismo, abordando a atuação em ambientes naturais, pode-se alcançar o desenvolvimento sustentável a partir da atividade. Esta é uma proposta que visa encontrar formas de reduzir impactos antrópicos em regiões com vasta presença ambiental e ainda, diversificar a economia e a oferta turística em locais onde a atividade já é presente. Portanto o resultado desta pesquisa, poderá ser utilizado como uma base para futuros estudos científicos a respeito da ambientalização do turismo por meio da inserção da EA na formação de turismólogos. Esta pesquisa também poderá ser utilizada como uma recente fonte de informações a respeito da EA no turismo, auxiliando outros pesquisadores a produção teórica no campo da Educação Ambiental.

A pesquisa alcança a conclusão de que, apesar de a sustentabilidade ser um valor presente em planos institucionais das Universidades Federais analisadas, a EA ainda não é tratada de forma universalmente obrigatória e específica. Foi identificado que a formação para a atuação responsável em ambientes naturais é predominantemente opcional, o que traz o questionamento se a EA é de fato um componente curricular essencial e permanente na educação nacional. O trabalho reforça a importância de se inserir a EA na formação de turismólogos para que estes profissionais possam atuar como agentes transformadores no desenvolvimento de um turismo sustentável.

Apesar de existir uma forte relação entre turismo e meio ambiente, e esta ser considerada um tema amplamente discutido, esta monografia apresenta uma forte contribuição ao apresentar uma atualizada análise da real estrutura curricular das UFs do Estado de Minas Gerais. A pesquisa realizada para a construção deste trabalho, preenche portanto, uma lacuna entre as diretrizes de Educação Ambiental e sua inserção na formação de profissionais do turismo.

Como proposta à solução da problemática mencionada neste trabalho, sugere-se uma reformulação estrutural do currículo, incluindo no mínimo uma disciplina obrigatória com foco na intersecção entre Educação Ambiental, sustentabilidade e turismo. Estas disciplinas, a exemplo da eletiva “Educação Ambiental Aplicada ao Turismo” identificada na análise realizada da UFOP, deveria ser um pilar na formação, de forma a assegurar à todos os estudantes de turismo, independentemente de sua área de interesse e especialização, uma formação condizente à atuação como educador e gestor do turismo sustentável.

O fortalecimento da interdisciplinaridade também surge como uma possibilidade, para além de uma disciplina isolada. Esta proposta sugere o desenvolvimento de eixos temáticos transversais de sustentabilidade, a fim de que sejam abordados em disciplinas isoladas dos cursos superiores de turismo. Tal proposta permitiria que temas como gestão de resíduos, certificação ambiental e turismo regenerativo fossem temas discutidos em disciplinas relacionadas à hotelaria, geografia e patrimônio, assegurando ainda a EA como atividade prática para além de um conceito teórico.

As atividades de extensão também poderiam ser elaboradas baseadas em conceitos de sustentabilidade e integração de comunidades com as UFs, de forma a preparar os universitários à prática de atividades complexas e elaboração de projetos, assegurando ainda a participação de comunidades com as UFs. Um estudo poderia ser realizado ainda, para analisar o impacto destas disciplinas e projetos na formação de profissionais do turismo.

REFERÊNCIAS

- Academia Brasileira de Letras, **Educomunicação**, s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>. Acesso em 16 mai. 2025
- Albuquerque, F. de A. M. Trajetória histórica dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte (1974 - 2012): **Entre o determinismo do mercado e a crise da formação profissional** (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013, Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13654/1/TrajectoriaHistoricaCursos.pdf>. Acesso em 17 mar. 2025
- Alves, F. D.; Sales, E. J. C. G.; Claro, C. R. O estudo do turismo na ciência geográfica: Propostas teórico-metodológicas. **VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: interfaces**. Anais, Caxias do Sul - Rs: Universidade de Caxias do Sul, p.1-11, 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_semintur/anais/gt01/arquivos/01/O%20estudo%20do%20turismo%20na%20ciencia%20geografica%20propostas%20teorico.pdf. Acesso em 18 fev. 2025
- Amin, S.; Sumarmi, S.; Bachri, S.; Susilo, S.; Mkumbachi, R. L.; Ghazi, A. Improving environmental sensitivity through problem-based hybrid learning (PBHL): an experimental study. **Jurnal Pendidikan IPA Indonesia**. v. 11, n. 3, p. 387 - 398, 2022. Disponível em: DOI: 10.15294/jpii.v11i3.38071. Acesso em 05 ago. 2025
- Antunes, J.; Costa, A. Turismo de saúde e bem estar: explorando as motivações para o turismo termal em Portugal. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, Lousada, ed. 69, mai. 2024p. 233 - 246. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/4e0fe374d1fdab84cb31d2fa99e99472/1?cbl=1006393&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 5 fev. 2025
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Conselho Nacional de Educação Superior**, Resolução N.13, de 24 de Novembro de 2006. Disponível em: http://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res_CES_13_2006_11_24.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2025
- Azevêdo, A. S. de C. A Educação Ambiental no Turismo Como Ferramenta para a Conservação Ambiental. **Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v3, n.1, jan/jun, p.77-86, 2014. Disponível em: <https://revistas.unama.br/aos/article/view/81>. Acesso em 04 jun. 2025
- Battilani, G. T.; Braga, S. S.; Siqueira, A. J. S. A observação de aves como promotora da valorização do patrimônio natural e cultural do município de Ouro Preto (MG) em seus espaços marginalizados pelo turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 18, n.1, jan 2025, p. 28-52. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/19313/13338>. Acesso em 08 ago. 2025

Becker, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil, **Caderno virtual de turismo**, v.1, n.1, p. 1-7, 2001, Disponível em: <https://cvt.emnuvens.com.br/caderno/article/view/2/1>. Acesso em 21 fev. 2025

Belo Horizonte, **Plano Estratégico de Turismo de Belo Horizonte 2023 - 2027**, 2023.

Disponível em:

https://portalbelohorizonte.com.br/sites/default/files/arquivos/cmtbh/plano_estrategico_de_turismo_de_belo_horizonte.pdf. Acesso em 21 mar. 2025

Beni, M. C.; Moesch, M. A teoria da Complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo - visão e ação**, v.19, n. 3, p. 430 - 457, 2017. Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056114003>. Acesso em 3 mar. 2025

Beni, M. C.; Moesch, M. Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo, **Seminário da Anptur**, v.11, 2015. Disponível em:

<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002740362.pdf>. Acesso em 03 mar. 2025

Beni, M.C. **Sistema de Turismo - SISTUR: Estudo do turismo face à moderna Teoria de Sistemas**, Universidade de São Paulo, v.1, n.1, 1990. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v1i1p15-34>. Acesso em 03 mar. 2025

Bezerra, T. M. O.; Feliciano, A. L. P.; Alves, A. G. C. Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da estação ecológica de Caetés - Região metropolitana do Recife - PE. **Revista Biotemas** v. 21, n.1, p. 147 - 160, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/2175-7925.2008v21n1p147/18990>.

Acesso em 10 jul. 2025

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.) **Onde atuamos: Meio ambiente**. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/meio-ambiente>. Acesso em 16 jul. 2025

Bonin, S. M. **Turismo e Educação Ambiental: Uma Análise a Partir de Instrumentos Legais e Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1389/Dissertacao%20Sara%20Massoti%20Bonin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 04 jun. 2025

Brandão, P. S. D. S. Pedagogia social, uma antropologia de proximidade, hospitalidade e serviço. **Cadernos de Pedagogia Social**, n. 1, p.105 - 115, 2007. Disponível em

<https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2007.1917>. Acesso em 30 jan. 2025.

Brasil. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Superior. Parecer CES 288/2003. Brasília. DF: CNE/CES, 2003. Disponível em:

https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Par_CES_288_061103.pdf. Acesso em 29 jan. 2025

Brasil. Constituição Federal. Art. 225. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2025

Brasil, **Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)**. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PRGS) da ENAP. v.2 Brasília: ENAP, 2020, Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4923/1/PGRS_ENAP_R2.pdf. Acesso em 02 mar. 2025

Brasil. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 set. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em 8 fev. 2025

Brasil. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. DF, 27 abr. 1999. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 08 abr. 2025

Brasil, **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 abr. 2025

Brasil, Ministério da Educação. e-MEC: **Cadastro de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 16 jan. 2025

Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares: Cursos de Graduação, **Parecer CNE/CES nº288/2003**, aprovado em 6 de novembro de 2003. DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES_0288.pdf. Acesso em 08 abr. 2025

Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares: Cursos de Graduação, **Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006**. DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf. Acesso em 08 abr. 2025

Câmara, M. M. D. **Educação ambiental no curso superior de turismo: Estudo em curso pioneiro de Belo Horizonte**, Dissertação (Mestrado) - Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 147 p. 2004. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_CamaraMM_1.pdf. Acesso em 05 jul. 2025

Carvalho, A. F. de. Políticas públicas em turismo no Brasil, **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.3, n.1-2, p. 97 - 109, jan- dez. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312129006.pdf>. Acesso em 17 mar. 2025

Carvalho, B. C.; Costa, V. C. da. Educação Ambiental na visão ecoturística: turismo e desenvolvimento local no município de Rio das Ostras (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan/abr. 2013, p. 171 - 190. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6277>. Acesso em 10 jul. 2025

Carvalho et al. A dependência da arrecadação do município de Ouro Preto do setor mineral. **REM: Revista Escola de Minas**, n.65, v. 3. P. 385-391. Set. 2012. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/rem/a/JY6LcTRRJy9mhK3k5Ysgqvc/?lang=pt>. Acesso em 27 mai. 2025

Castro, C. Y. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. **Partes**, São Paulo, v.30, 11 p.2006. Disponível em: <https://fundacao.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.pdf>, Acesso em 31 jan. 2025

Cavalcante, M. B.; Furtado, E. M. Políticas públicas de turismo em Unidades de Conservação, **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 21, p. 133 - 146, Fortaleza, 2011. Disponível em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273619432010>. Acesso em 26 mar. 2025

Cellard, A. A análise documental, Petrópolis: **Vozes**, 2010. p. 295 - 316. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-estadual-do-ceara/metodologia-da-pesquisa-i/cellard-andre-analise-documental/79955946>. Acesso em 02 jun. 2025

Chalmers, A. F. **O que é ciência afinal?** Sydney, Austrália: Ed. Brasiliense, 210 p. 1976

Creswell, J. W. **Investigação qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**, 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014

Copernicus, **Climate Change Service**. “Global Climate Highlights 2024” European Union, 2024. Disponível em: <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>. Acesso em 04 mar. 2025

Cunha, L. A definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. **FCSEA - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**. 22p. Jan. 2010. Acesso em 08 set. 2025

Delabary, B. F.; Guerra, R. S.; Garcia, T. da S.; Bastiani, T. M. de. Bioma Pampa: tema gerador em uma atividade interdisciplinar para educação ambiental. **Revista Monografias Ambientais**, v.3, n.3, p.396 - 403. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/223613083308>. Acesso em 09 mar. 2025

Diamantina (MG). Plano de Turismo de Diamantina 2022 - 2025. **Diamantina: Prefeitura Municipal**, 2022. Disponível em: https://www.diamantina.mg.gov.br/arquivos/plano-de-implementa---o-da-pol--tica-municipal-de-turismo-2_15095441.pdf. Acesso em 30 jul. 2025

Dickmann, I.; Carneiro, S. M. M. **Educação Ambiental Freiriana**, Chapecó - Santa Catarina, Ed. Livrologia, 237 p. 2021.

Faria, A. C. V. et al. Turismo e Impactos Ambientais: um estudo sobre a trilha e a Cachoeira dos Macacos: Distrito São Sebastião das Águas Claras, Nova Lima/ MG, **Caderno de Geografia**, v. 20, n. 34, p.1-7, 2010, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=333227270006>. Acesso em 19 Dez. 2024.

Fernandes, L. R. A. Capacidade de carga como instrumento do planejamento turístico sustentável em áreas litorâneas. **Anais do III Seminário de Pesquisa em Turismo do**

Mercosul, Caxias do Sul, 2005, Disponível em:

<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt4-a-capacidade.pdf>. Acesso em 3 mar. 2025

Fernandes, M. G. Educação Ambiental como meio para o desenvolvimento local: Contributo de quatro instituições da região de Bragança. (Dissertação) **Mestrado em Educação Ambiental do Instituto Politécnico de Bragança**, Portugal, 2015. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/entities/publication/e142ccb1-c299-4ba1-8d2b-d20cf41f8992>.

Acesso em 10 jul. 2025

Simões, J. F.; Lima, Z. M. C.; Ribeiro, S. C.; Oliveira, C. G. S. de; Terto, M. L. de O. Oficina de mapeamento didático e geodiversidade: relato de experiência. **Revista Contexto Geográfico**. v.9, n. 18. p. 197 - 208, disponível em:

<https://doi.org/10.28998/contegeo.9i.18.16823>. Acesso em 09 mar. 2025

Folha de São Paulo. **Ranking Universitário Folha**, Ranking de Cursos, 2019. Disponível em

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-cursos/turismo/>. Acesso em 25 mar. 2025

Fonseca Filho, A. da S. Educação e turismo: Reflexões para elaboração de uma Educação Turística. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**, v.1, n.1, p. 5 - 33, 2007. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/77>. Acesso em 04 abr. 2025

Geikie, A. Charles Darwin as a geologist: The Rede lecture given at the Darwin centennial commemoration on 24 June 1909. **Darwin Online**: Cambridge University Press. 1909.

Disponível em: https://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1909_Geikie_A211.pdf. Acesso em 30 jul. 1909

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Goeldner, C.; Ritchie, J. R. B. **Tourism: Principles, Practices, Philosophies**. 12th ed. New Jersey, Published simultaneously in Canada: John Wiley & Sons, Inc., 2011. 494 p.

Gonzalez, L. T. G. **A temática Ambiental e os Cursos Superiores de Turismo do Estado de São Paulo**. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/fb1848a0-7b2f-4563-a371-261c8e9c2da7>.

Acesso em 04 jun. 2025

Grim, I. J.; Sampaio, C. A. C. Crise ambiental, política climática e o turismo: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**. n.44, p. 95 - 112, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820170164>. Acesso em 26 mar. 2025

Grünewald, R. de A. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v.9, n.20. out. 2003.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008>. Acesso em: 5 fev. 2025

Guimarães, H. N.; Braga, S. de S. A emissão de CO₂ e a depredação ambiental provocada pela atividade turística: Considerações sobre os impactos da visitação em recifes coralíneos, In: **Soluções Educacionais, Reconecta, Práticas em Ensino, Conservação e Turismo no Brasil**, São José do Rio Preto - SP, Editora Reconecta Soluções Educacionais, v.3, p. 172-182, 2024, disponível em:

https://www.reconectasolucoes.com.br/_files/ugd/db03c2_f41dff54b944bcb9cd75e9958f6a95a.pdf, acesso em 21, fev. 2025

Henry, J. **A revolução Científica e as origens da ciência moderna**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998

Hintze, H. C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, 2009, p. 57 - 100.

Disponível

em: https://vidasilvestre.org.uy/wp-content/uploads/2012/08/Revista-Brasileira-de-Ecoturismo_Ecoturismo-na-cultura-de-consumo_possibilidade-de-Educacao-Ambiental-ou-espeta%CC%81culo_Art.-7.pdf. Acesso em 25 mar. 2025

Hojcska, A. E.; Szabó, Z. Investigating natural Treatment factors and inequalities of medicinal water institutions in the aspect of tourism in Hungary. **GeoJournal of Tourism and Geosites**. Year XIV, vol. 36n. 2spl, 2021, p. 555 - 562. Disponível em:

<https://dea.lib.unideb.hu/server/api/core/bitstreams/0568b6cc-7a45-4c23-aa7f-e00a3562ef0e/content>. Acesso em 5 fev. 2025

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil/ Frota de Veículos. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/22/28120?localidade1=31&localidade2=35&tipo=grafico>. Acesso em 08 ago. 2025

IDE - Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), Geovisualizador IDE - Sisema/ MG, **Governo de Minas Gerais**, publicado em fev. 2018, revisado em ago. 2022. Disponível em:

<https://visualizador.idesisema.meioambiente.mg.gov.br/>. Acesso em 07 ago. 2025

IEF- Instituto Estadual de Florestas. Unidades de Conservação, **Governo de Minas Gerais**, elaborado por Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação/ IEF, ago. 2023.

Disponível em: <https://ief.mg.gov.br/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 07 ago. 2025

Ignarra, L. R. **Fundamentos do turismo**, Editora Senac Rio (3º ed), 228 p. 2020

Juiz de Fora, Plano Municipal de Turismo, Síntese Executiva, 2020. Disponível em:

https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/arquivos/plano_turismo/sintese_executiva.pdf. Acesso em 21 mar. 2025

Körössy, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**. [S.l]. v.8, n.2, 2008. Disponível em:

<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/238>. Acesso em: 4 dez. 2024.

Lima, J. F. D. Desenvolvimento regional sustentável. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v.11, p. 132 - 143, 2021, disponível em:

<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3454>. Acesso em 21 fev. 2024

Lubrich, O. Alexander von Humboldt: Revolucionando a Literatura de Viagem. **Floema. Caderno de Teoria e História Literária**. [s.l.]. n.6. 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/floema/article/view/1764>. Acesso em 30 jul. 2025

Luchiari, M. T. D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, nº1, p. 35-43, 2000, Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/63507>, acesso em, 31 jan. 2025

Lunetta, A. de.; Guerra, R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica, **Revista OWL (OWL Journal)**. v.1, n.2, Campina Grande, p. 149 - 159, ago. 2023. Disponível em : <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48/53>. Acesso em 04 abr. 2025

Machado, S. F.; Lobo, H. A. S.; Nogueira, S. M. A.; Fonseca, R. Análise do perfil do visitante do Parque Natural Municipal das Andorinhas , Ouro Preto (MG). **Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 21, n.3, p. 563 - 578, jul - set 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.039>. Acesso em 25 mar. 2025

Machado, S. F. **A análise da sustentabilidade do Parque Natural Municipal das Andorinhas, Ouro Preto, MG**. Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental - Mestrado Profissional. 182p. 2021 (Dissertação) Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/465032dc-2669-489c-b242-feae9b1ff827>. Acesso em 26 mar. 2025

Madeira, P. A.; Coelho, M. A. P.; Laureano, R. C.; Cherigati, W. G. A importância da Educação Ambiental em Unidades de Conservação para promover a conscientização de turistas. **Revista Mythos**, v.10, n.2, p. 24 - 31, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/mythos/article/view/228>. Acesso em 25 mar. 2025

Marques, A. B. S.; Xavier, W. S. A relação entre o desenvolvimento do turismo e o processo de gentrificação em Pirenópolis - GO. **Organizações e Sociedade**. v.32, p.22. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302025v32n0005PT> . Acesso em 11 jul. 2025

Marques, A. J. M.; Azevedo, B. B.; Marques, A. F. M.; Barra, J. M.; Gomes, C. M. M.; Silva, M. N. E. S.; Paula, M. T. Desenvolvimento socioeconômico e preservação cultural: o papel do turismo Arqueológico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 18, n. 2, fev-abr. 2025, 297-311. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/19760/13403>. Acesso em 08 ago. 2025

Marujo, N. Antropologia e Turismo: A importância da antropologia nos cursos superiores de turismo em Portugal. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v.5, n.2, p. 44 - 60, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/1849>. Acesso em 26 fev. 2025

Matias, M. **Turismo: Formação e profissionalização - 30 anos de História**. São Paulo, Editora Malone Ltda, 106p. 2002

Matos, J. K. E. de.; Costa, M. A. N. Hotelaria, Sustentabilidade e Certificação: um estudo bibliométrico. **Revista Vértices**, [s.l.], v. 16, n.1, p. 51-75, 2014. Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140004>. Acesso em 16 jul. 2025

Meira, F. B.; Meira, M. B. V. Considerações sobre um campo científico em formação: Bourdieu e a “nova ciência” do turismo, **Cadernos EBAPE. BR** v.5, n° 4, Dez. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/cm8tpLZh8bXD5LdL4XHdym/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 fev. 2025

Minas Gerais - Agência Minas, **Minas Gerais lidera o turismo no Brasil pelo segundo ano consecutivo**. 14 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-lidera-o-turismo-no-brasil-pelo-segundo-ano-consecutivo>. Acesso em 07 ago. 2025

Minas Gerais, **Lei n. 7.772 de 1980**. Dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 8 de set. de 1980. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=262408#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20melhoria%20do%20meio%20ambiente.&text=Art.,no%20Estado%20de%20Minas%20Gerais>. Acesso em 8 abr. 2025

Moresi, E (org.). **Metodologia da Pesquisa**. Pró-Reitoria de Pós Graduação - PRPG. Programa de pós-graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34909124/MetodologiaPesquisa-Moresi2003-libre.pdf?1411907393=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMetodologia_da_Pesquisa_PRO_REITORIA_DE.pdf&Expires=1746535892&Signature=VVFvjhmLdkn2V5xXs2Vf0WN9kuCQTDX1AGYh3RgFu~tIxFVqcm6s0eiE9qRa3xqn-oPfHrL54dbvHBaADuMWsWKCT2Yan2kk9JfcXbHj~bMxMhYiZseMdyDlaAgRIOEIGenZIONoJsDJkG~ARXV~sdv2eKZZLqnuKdfjoGT9S~w50HwVxee9jewb3AJNVcOixYTrjUsVdjV5LkM56R6uCO05jF27CsRtt4MDw6I0zzADnZFLmLetUGatBVdMEygaiJiPdkYSdsZXmGgEEbg7ZfItW-0wLsZDeAu4aAT-VxM6fjipJBWLNREU4BHMhQVrxH8WwtBcA8mMy8sYgh4zg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 5 fev. 2025

Neto, A. S. D. A. Olhares de estranhamento: Pensando a cidade como patrimônio público, **XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011, 9 p. Disponível em:

https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849197_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf, Acesso em 31 jan. 2025

Organização das Nações Unidas no Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. ONU Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 29 jul. 2025

Organização das Nações Unidas, **ONU alerta: O mundo não está cumprindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 01 jul. 2024. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/272903-onu-alerta-o-mundo-n%C3%A3o-est%C3%A1-cumprindo-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em 24 fev. 2024

Pakman, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós**

Graduação em Turismo, v.24, n. 11, 2014. Disponível em:
<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>. Acesso em 08 set. 2025

Prefeitura de Belo Horizonte. Meio Ambiente. **Prefeitura de Belo Horizonte**, [s.d].
Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente>. Acesso em 08 mai. 2025

Ramos, D. M., Costa, C. M. Turismo: tendências de evolução, **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v.10, nº1, p. 21-33, jan./jun.2017, Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/233923130>, acesso em: 18 fev. 2025

Reis, F. A. G. V. **Curso de Geologia Ambiental Via Internet**. Módulos 4, 5 e 6, Unesp. 2001, Disponível em:
http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/ead/estudos_ambientais/pag02c.html, Acesso em: 30 jan. 2025

Rio de Janeiro. **Decreto - Lei n. 134, de 16 de junho de 1975**. Dispõe sobre a prevenção da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 1975, 16 jun. 1975. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/83b1e%2011a446ce7f7032569ba0082511c/20e029cb4455f7dc03256b6d00638572?OpenDocument#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20PREVEN%C3%87%C3%83O%20E,JANEIRO%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS>. Acesso em 8 abr. 2025

Ruschmann, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do Meio Ambiente** 1º ed. Papirus Editora, [S.l], 2016. 192 p.

Ruschmann, D. V. de M., Tomelin. C. A. **Turismo e práticas interdisciplinares** - Barueri: São Paulo, Editora Manole, 2013. 460 p.

Herbert, S. The Red Notebook of Charles Darwin, **University of Maryland**: British Museum (Natural History), Baltimore County Baltimore, Maryland, London, 1980. Disponível em:
https://darwin-online.org.uk/converted/published/1980_RedNotebook_F1583e/1980_RedNotebook_F1583e.htm. Acesso em 30 jul. 2025

Santa Catarina, **Lei n. 5.793 de 1980**. Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências. Diário do Executivo, Santa Catarina, 22 out. 1980. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-5793-1980-santa-catarina-dispoe-sobre-a-protecao-e-melhoria-da-qualidade-ambiental-e-da-outras-providencias>. Acesso em 8 abr. 2025

Santos, B. R. dos; Farias, C. A.; Oliveira, C. M. de; Junior, O. P. de A. Importância da implantação de práticas sustentáveis nos serviços de hotelaria. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [s.l.] , v. 18, n.3, p. 463-484, 2025. Disponível em:
<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2025.v18.16607>. Acesso em 31 jul. 2025

Santos, G. N. C.; Bernardes, M. B. J.; Turismo Sustentável e Educação Ambiental: dois importantes aliados na promoção do Desenvolvimento Sustentável. **Caderno de Geografia**, v.29, n.58, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/19392/15058>. Acesso em 10 jul. 2025

Santos, H. Q. S.; Santos, J. da S. C.; Silva, H.; Richter, M. **A importância da Educação Ambiental para o turismo sustentável em áreas protegidas uma análise**, [s.l.] 2p. 2016. Disponível em: <https://eventos.ufrj.br/raic/files/2016/06/2307-9133-1-SM.pdf>. Acesso em 25 mar 2025

São Paulo (Estado). **Roteiro Metodológico para Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo**, 2021, 73p. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2020/01/roteiro_metodologico_10.pdf, acesso em: 30 jan. 2025

Sauvé, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: Uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**. v. 10. n.1, 1997. Disponível em <https://cursoeduambientalifbaiano.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/08/sauvc3a9-edu-cac3a7c3a3o-ambiental-e-desenvolvimento-sustentc3a1vel.pdf>. Acesso em 11 jul. 2025

Seixas, C. L.; Lobo, H. A. S. Diretrizes preliminares para o turismo responsável em praias turísticas insulares no entorno de áreas naturais protegidas, **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ, v. 11, n.16, p 20 - 36, 2023 Disponível em: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2023.v11n16p20>. Acesso em: 3 mar. 2025

Silva, D. A. D.; Lima, T. P. Turismo e educação Ambiental: percepções dos alunos do Curso de Turismo do Campus de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão, **Infinitum, Revista Multidisciplinar**, v.5, n° 9, p.79- 97, 26 jun 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/17366>. Acesso em: 24 jan 2025.

Silva, E. G. A.; Filho, F. P. S.; Rocha, J. K. V.; Santos, M. R. A visita técnica como recurso metodológico ao estudo do turismo e geografia em Unidades de Conservação, **Entrelugar**, v. 10 n.19, 245 - 273, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/9803/5204>. Acesso em 08 ago. 2025

Soares, S. de J. Pesquisa Científica: Uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**, Montes Claros, v. 1, n. 3, p. 168 - 180, jan/dez. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/download/314/348>. Acesso em 5 fev. 2025

Soares, I. de O. **Educomunicação**. 2º ed. São Paulo, Paulinas, 2011. Disponível em: https://statics-americanas.b2w.io/produtos/7415522/documentos/7415522_1.pdf. Acesso em 16 mai. 2025

Sogayar, L. R.; Rejowski, M. Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. **Turismo: Visão e Ação**, v. 13, n. 3, art. 1, p. 282 - 298, 2011

Souza, R. O. C.; Carvalho, K. D. Cicloturismo como promotor do desenvolvimento de áreas rurais: Possibilidades na região do Baixo Parnaíba Maranhense. **Turismo: Visão e Ação**. v. 23, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/17628>. Acesso em 31 jul. 2025

Tavano, P. T. **História das disciplinas escolares: Aproximações no ensino superior** - Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2023. 254 p.

Teixeira, N. F. F.; Moura, P. E. F.; Silva, E. V. Educação Ambiental em paisagem cárstica para o desenvolvimento do turismo sertanejo no semiárido cearense. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, v. 13, n. 1. p. 262 - 271, 2018. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/rn6j3albgvbt3d63wmfnwnxeyq/access/wayback/https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/2311/1465>. Acesso em 10 jul. 2025

Torresi, S. I. C. D.; Pardini, V. L.; Ferreira, V. F. O que é sustentabilidade, **Química nova**, v.33, n.1, p.1-1, 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422010000100001>, acesso em 21 fev. 2025

Trindade, B. da S.; César, P. A. B.; Vianna, S. L. G. Governança do turismo: planejamento e gestão local e regional em Gramado - RS, Brasil. **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, v.11, n.2, pp. 653 - 663, jul-set, 2019, disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v11i3p653>. Acesso em 10 mar. 2025

Tulik, O. Turismo e meio ambiente: identificação e possibilidades da oferta alternativa, **Turismo em Análise**, v.3, n.º 1, 1992, São Paulo, Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i1p21-30>, Acesso em 31 jan. 2025

UFJF - Currículo do Curso: Ingressantes via Bach- SISUMEC e PISM/UFJF a partir de 2017/1. **Universidade Federal de Juiz de Fora**, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/turismo/curso/curriculo-do-curso/ingressantes-via-bach-sisumec-e-pismu-fjf-a-partir-de-2017-1>. Acesso em: 30 maio 2025.

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental**, 2025. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/geaufjf/>. Acesso em 04 jul.

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2022 - 2027)**, Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora – CONSU/UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/prograd/wp-content/uploads/sites/21/2022/12/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>. Acesso em 04 jul. 2025

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **Graduação/ Turismo**. [s.d] Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/graduacao/turismo/>. Acesso em 25 mar. 2025

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **Jardim Botânico UFJF**, 2025 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/jardimbotanico/>. Acesso em 25 mar. 2025

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. **Relatório Fotográfico**. PROGRAD, 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/prograd/wp-content/uploads/sites/21/2019/12/Relat%C3%B3rio-Fotogr%C3%A1fico.pdf>. Acesso em 08 ago. 2025

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais - **A Universidade** [s.d.]. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade>. Acesso em 04 jul. 2024

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, **Instituto de Geociências da UFMG (IGC)**. Graduação em Turismo. Disponível em: <https://www.igc.ufmg.br/graduacao-em-turismo/>. Acesso em 25 mar. 2025

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, **Plano de Desenvolvimento Institucional (2024 - 2029)** Conselho Universitário – CUNI, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade/gestao/plano-de-desenvolvimento-institucional>. Acesso em 14 jul. 2025

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. News/ Visita Técnica - Ibitipoca **Curso de Turismo**, 2018. Disponível em: <https://turismo.ufop.br/news/visita-t%C3%A9cnica-ibitipoca>. Acesso em 20 mai. 2025

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. **Curso de Turismo**, 2023. Disponível em: <https://turismo.ufop.br/>. Acesso em 20 mai. 2025

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. **Matriz Curricular do Curso de Graduação em Turismo, 2018**. Disponível em: <https://turismo.ufop.br/graduacao/matriz-curricular>. Acesso em 25 mai. 2025

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2016 - 2025)**, Conselho Universitário – CUNI, 14 dez. 2015. Disponível em: http://ufop.br/sites/default/files/pdi_ufop_2016_2025.pdf. Acesso em 13 ago 2025

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2024 - 2028)**, Coordenadoria de Comunicação Social, 23 fev. 2024. Disponível em <https://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2024-2028/view>. Acesso em 13 ago. 2025

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Turismo**, 2020. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade/cursos/trs>. Acesso em 29 jul. 2025

UN, General Assembly - **Promotion of sustainable and resilient tourism, including ecotourism, for poverty eradication and environmental protection**, General Assembly, A/RES/71/240, 21 dez. 2016, Disponível em: <https://docs.un.org/A/RES/71/240>. Acesso em 07 fev. 2025

UN, General Assembly - **Promotion of sustainable and resilient tourism, including ecotourism, for poverty eradication and environmental protection**, General Assembly, A/RES/77/178, 14 dez. 2022, Disponível em: <https://docs.un.org/A/RES/77/178>. Acesso em 07 fev. 2025

UNESCO, L'éducation Relative à L'environnement, **Connexion**, v. 17, n. 1-2, 2002, Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146295_fre, Acesso em: 29 de jan. 2025.

Vale Junior, A. R do. O cicloturismo na Estrada Real: Experiências e percepções no Caminho Velho. 2019 Monografia – Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de Turismo,

2019. Disponível em:

https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2516/1/MONOGRAFIA_CicloturismoEstradaReal.pdf. Acesso em 08 ago. 2025

Valente, S.; Figueiredo, E. O turismo que existe não é aquele que se quer. **1º Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2 - 4 out. 2003. Disponível em:

https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=O+turismo+que+existe+n%C3%A3o+%C3%A9+aquele+que+se+quer...+TER+Turismo+em+Espa%C3%A7os+Rurais+e+Naturais&author=Valente+SSim%C3%B5es+O&author=Figueiredo+ECrist%C3%B3v%C3%A3o+A&publication_year=2003&pages=95-106. Acesso em 26 mar. 2025

Vasco, D. J. Análise histórica da evolução dos transportes no mundo em particular Moçambique, distrito de Tete. Impacto da revolução industrial nos sectores dos transportes. **Revista Portuguesa Interdisciplinar**, V.4, nº2, p-56-73, ago/dez; 2023. Disponível em:

<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpi/article/download/653/934>, acesso em: 18 fev. 2025

Vieira, G. A.; Gonçalves, J. P.; Oliveira, R. R.; Lima, R.M.; Alves, T.M. (2022). Overtourism: O Acidente e o desastre Capitólio-MG. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v.8, n.5, Edição Especial "Turismo para além de viagens", p. 18-22. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/38926>

Vieira, J. C. da S. M.; Santana, C. de C. S. Educação ambiental interdisciplinar sob a ótica de professores do ensino médio. **Revista Observatória de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n.9, p. 13329 - 13349. 2023. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1271/996>. Acesso em 05 ago. 2025

Vitória, Prefeitura Municipal. **Prestação de serviço técnico especializado para elaboração do plano de manejo da área de proteção ambiental municipal - APA Baía das Tartarugas**, Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2023, disponível

em: <https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/27142058000126/compras/2023/530/arquivos/1>, Acesso em: 07 fev. 2025

Zanella, L.G.H. **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Departamento de Ciências da Administração. Florianópolis, 2ºed. 2011, Disponível em

https://faculdefastech.com.br/fotos_upload/2022-02-16_10-05-41.pdf. Acesso em: 17 jan.2025.